



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO-PPG
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO- CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL- PPDSR/UEMA

ALEXSANDRA DE SOUSA AICK

**O TRABALHO DAS MARISQUEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA**

São Luís - MA

2021

ALEXSANDRA DE SOUSA AICK

**O TRABALHO DAS MARISQUEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Neuzeli Maria de Almeida Pinto

São Luís - MA

2021

Aick, Alexsandra de Sousa.

O trabalho das marisqueiras e suas implicações no desenvolvimento local no município de São José de Ribamar - MA / Alexsandra de Sousa Aick. – São Luís, 2021.

154 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Neuzeli Maria de Almeida Pinto.

1.Trabalho. 2.Desenvolvimento local. 3.Divisão sexual do trabalho. 4.Relações de gênero. I.Título.

CDU: 911.372.2:305-055.2(812.1)

ALEXSANDRA DE SOUSA AICK

**O TRABALHO DAS MARISQUEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovado em 13 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Neuzeli Maria de Almeida Pinto (Orientadora)

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Dra. Zulene Muniz Barbosa

Doutora em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a Dra. Maria Mary Ferreira

Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Dedico a Deus, autor da minha vida, tudo é dele e para ELE.

Aos meus pais (in memoriam), José Alles Aick e Cecília de Sousa Aick
que não eximiram esforços em investir na minha educação. Saudades!

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu socorro bem presente que supriu todas as minhas necessidades e me ajudou a vencer este desafio;

À minha orientadora, prof^a. Dra. Neuzeli Maria de Almeida Pinto que caminhou passo a passo comigo na elaboração desse trabalho, obrigada pela paciência e compreensão;

À coordenadora do curso PPDRS, prof^a Dra. Zulene Muniz Barbosa, pelo exemplo de dedicação no que faz;

Ao corpo docente do PPDRS, pelo empenho e conhecimento adquirido;

À minha família, em especial minha tia, por ser minha companheira e amiga, principalmente quando me sentia sozinha e cansada;

Às minhas sobrinhas, Namibya e Michelli, obrigada pela cooperação;

Ao Orlando, companheiro e incentivador dos meus sonhos;

À Igreja Batista da Reconciliação, pelas constantes intercessões;

À todos (as) os nossos(as) entrevistados(as): marisqueiras, pescadores, gestores, servidores, em especial, Chiquinho, Ana Isabel, Vilacir e Carliete, sem a participação de vocês, não seria possível concluir este estudo;

Às convidadas da banca, suas contribuições enriqueceram a conclusão desse trabalho;

À Thamires, mestrande do PPDRS, agradeço pelas boas dicas;

À Lilyan Borralho, professora de lingua inglesa, que gentilmente traduziu o resumo desta dissertação;

À direção e equipe de trabalho do IFMA, pela compreensão da minha ausência;

À turma do PPDRS/2019, muito acolhedora e solidária, pelos muitos risos e desafios compartilhados, sentirei muita saudade;

Enfim, **gratidão** é a palavra que expressa o desejo do meu coração a todos e todas que estiveram comigo nessa caminhada.

“Se o trabalho é atividade social do sujeito, ainda que possa estar alienado, considerá-lo é atentar para os indivíduos sociais que o realizam, em suas características econômicas, socioculturais e políticas”

Marilda Villela lamamoto.

RESUMO

Este estudo objetiva analisar as implicações do trabalho das marisqueiras para o desenvolvimento local no município de São José de Ribamar. Contextualiza o mundo do trabalho e as relações de gênero para entender as condições sociais e de vulnerabilidade social em que estas estão inseridas. Identifica as formas de produção sócio econômica dos mariscos para o desenvolvimento local olhando ainda a divisão sexual do trabalho dentro da comunidade de pesca artesanal e traçando o perfil dessas mulheres. Para nortear essa análise, utilizou-se o método materialismo histórico dialético como fundamento teórico- metodológico, no intuito de entender as contradições existentes nas categorias que envolvem este estudo, bem como as suas determinações históricas e materiais. Para tanto escolheu-se a pesquisa qualitativa e quantitativa para analisar criticamente as particularidades das condições de vida das marisqueiras dentro do seu contexto socioespacial. Usou-se como técnicas auxiliares, a observação participante, entrevista semi estruturada, levantamento bibliográfico e documental em fontes oficiais primárias e secundárias, com dados estatísticos. A pesquisa de campo foi auxiliada por anotações em diário de campo das histórias orais, registros fotográficos e gravações em áudio. O resultado desta pesquisa mostrou que o trabalho das marisqueiras é possível contribuir para o desenvolvimento local e geração de renda, no entanto existem muitas dificuldades que precisam ser superadas. Constatou-se que é necessário o fortalecimento da organização social e política das marisqueiras, assim como políticas públicas de gênero que contemplem suas reais necessidades. Os programas governamentais e a casa de beneficiamento do marisco, projetos considerados de desenvolvimento local pelos gestores públicos exigem também mais ampliação e divulgação bem como aceitação da comunidade. Por outro lado, os paradigmas da divisão sexual do trabalho legitimam as condições de precariedade ainda existente no meio das marisqueiras prevalecendo em situações de desigualdades e de invisibilidade do seu trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Desenvolvimento Local. Divisão Sexual do Trabalho. Relações de Gênero.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implications of the work of shellfish gatherers for local development in the municipality of São José de Ribamar. It contextualizes the world of work and gender relations to understand the social conditions and social vulnerability in which they are inserted. It identifies the forms of socioeconomic production of seafood for local development, analyzing the sexual division of labor within the artisanal fishing community and profiling these women. To guide this analysis, the dialectical historical materialism method was used as a theoretical and methodological basis, in order to understand the contradictions existing in the categories surrounding this study, as well as their historical and material determinations. To this end, qualitative and quantitative research was chosen to critically analyze the particularities of the living conditions of the shellfisherwomen in their socio-spatial context. We used as auxiliary techniques participant observation, semi-structured interviews, bibliographic and documentary research in primary and secondary official sources, with statistical data. The field research was aided by field diary entries of oral histories, photographic records, and audio recordings. The result of this research showed that

the work of shellfish gatherers is possible to contribute to local development and income generation, however, there are many difficulties that need to be overcome. It was found that it is necessary to strengthen the social and political organization of shellfish gatherers, as well as gender public policies that respond to their real needs. Government programs and the seafood processing plant, projects considered as local development by public administrators, also require more expansion and dissemination, as well as acceptance by the community. On the other hand, the paradigms of the sexual division of labor legitimize the precarious conditions that still exist among shellfish gatherers, prevailing in situations of inequality and invisibility of their work.

Keywords: Labor, Local Development, Sexual Division of Labor. Gender Relations.

ILUSTRAÇÕES (figuras, gráficos, tabelas)

Figura 1 - Casca de sururu jogada no quintal	60
Figura 2 - Sra. Ana Isabel e nora em casa catando o sururu.	60
Figura 3 - Marido da Sra. Ana Isabel colocando o sururu na lata para vender.	61
Figura 4 - Cozimento do marisco realizado no quintal próximo ao lixo.	70
Figura 5 - Algumas espécies de peixes da pesca artesanal.	71
Figura 6 - Pescadores enchumbando rede pescadeira de linha de seda.....	72
Figura 7 - Pescadores do Sr. Valdeci concertando a rede pescadeira.....	73
Figura 8 - Alguns materiais para consertar as redes de pesca	73
Figura 9 - Rede pescadeira de linha de nylon.....	74
Figura 10 - Embarcações ancoradas no Porto do Vieira.....	74
Figura 11 - Sede da Colônia de pescadores em São José de Ribamar.....	97
Figura 12 - Alguns itens de manipulação do sururu da casa da Sra.Ana Isabel.	106
Figura 13 - Manipulação do marisco na Casa das marisqueiras.....	107
Figura 14 - Sra. Delzuita, netos e filha trabalhando com marisco	111
Figura 15 - Visita técnica da AGERP e SEMAGRI no campo	116
Figura 16 - Banner da SEMAGRI sobre PAA.....	118
Figura 17 - Placa/ Fábrica de gelo	127
Figura 18 - Casa das marisqueiras.	129
Figura 19 - Trabalho da equipe multiprofissional da SEMAGRI	130
Gráfico 1 - Taxa de participação geral, homens e mulheres, acima de 17 anos de idade (Em %)	37
Gráfico 2 - Razão (%) do rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres em relação ao de homens de 25 a 49 anos de idade ocupados da semana de referência, segundo o rendimento médio por hora trabalhada e o rendimento médio total - Brasil – 4º trimestre	48
Gráfico 3 -Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal, segundo o sexo - Brasil - 4º trimestre – 2018	50

Gráfico 4 - Cor ou raça	53
Gráfico 5 - Estado civil	54
Gráfico 6 - Nº de filhos por idade	55
Gráfico 7 - Escolaridade	56
Gráfico 8 - Motivos do abandono escolar.	57
Gráfico 9 - Renda familiar por quantidade de pessoas na casa.....	633
Gráfico 10 - Participação no Programa Bolsa Família	63
Gráfico 11 - Registro da Profissão	64
Gráfico 12 - Tempo de registro da profissão por idade	65
Tabela 1- Entidades e escolas atendidas pelo PAA/2019	119
Tabela 2 - Polos beneficiados pelo PAA/2019.....	119
Tabela 3 - Quantitativo de marisco vendido pelas marisqueiras 2016-2019.	
.....	121
Tabela 4 - Plano Plurianual de São José de Ribamar 2018-2021/ Metas por Programa	125
Tabela 5 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - Anexo de metas e prioridades/2021	126
Tabela 6 - Relação de dificuldades e possibilidades do trabalho do marisco para desenvolvimento local	132

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
CF	Constituição Federal
CML	Compra Municipal Local
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Companhia Nacional de Segurança Alimentar
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PAIF	Programa de Atenção Integrada à Família
PFZ	Programa Fome Zero
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPDRS	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Registro Geral da Pesca

SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Considerações metodológicas.....	21
2 O MUNDO DO TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: algumas indicações teóricas.....	27
2.1 O trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva.....	34
2.2 Desigualdades nas relações de gênero e a divisão sexual do trabalho: desafios permanentes	40
3 O TRABALHO DAS MARISQUEIRAS NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.....	52
3.1 Caracterização socioeconômica e cultural das marisqueiras.....	52
3.2 O trabalho das marisqueiras e as relações de gênero na pesca artesanal	66
4 A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES MARISQUEIRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	75
4.1 As múltiplas faces do desenvolvimento	76
4.2 Desenvolvimento local: alguns aportes	86
4.3 As formas de organização política e produtiva das mulheres marisqueiras.....	95
4.4 O empreendimento dos mariscos para geração de renda, trabalho e desenvolvimento local.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa o trabalho das marisqueiras e suas implicações no desenvolvimento local no município de São José de Ribamar, considerando que é uma ocupação predominante das mulheres, consubstanciada na extração e comercialização do marisco, como complemento da renda familiar e por vezes a única fonte de renda.

O interesse pelo tema nasceu da nossa experiência profissional onde vivenciamos junto às marisqueiras as suas condições de trabalho que se configurava com uma jornada intensiva, caracterizada por muitas lutas e desafios no seu cotidiano. Nesse sentido algumas questões nortearam esse estudo: Quais as formas de organização social e política desenvolvidas pelas marisqueiras? Quais os limites e possibilidades desse trabalho para geração de emprego e renda? Existem políticas públicas voltadas para esse empreendimento? como se materializam as relações de gênero e poder na cadeia produtiva da pesca. Essas inquietações conduziram o nosso processo de investigação e nos levaram a algumas reflexões.

Muitas transformações ocorreram no mundo do trabalho, principalmente com o advento da industrialização; provocando severas mudanças na desestabilização de empregos, de forma temporária, precária, flexível, desregulamentada, com força de trabalho intensificada, perdas de direitos trabalhistas e sociais, trazendo aos trabalhadores e trabalhadoras uma vida de instabilidade. Antunes (2005, p.139) configura como transformações que precarizam as relações de trabalho, resultando em um “universo do não-trabalho, o mundo do desemprego”

A ofensiva das classes dominantes em um período de crise orgânica nos termos de Gramsci assumiu múltiplas expressões. De acordo com Harvey (1993) as décadas de 1970 e 1980, foram de reestruturações e ajustamentos, a crise indicaria a passagem para um novo regime de acumulação; onde o autor denomina de acumulação flexível, marcada pelo confronto com a rigidez do fordismo e apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, envolvendo rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual tanto em setores como em regiões geográficas.

Harvey (1993, p. 143) aponta ainda que o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação, com destaque para o aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento

do poder sindical e da grande quantidade da mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Nesse contexto, o trabalho feminino, segundo Nogueira (2004), se insere de modo significativo em diversos países avançados e também na América Latina, mas esta expansão trouxe um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores demonstrando a desigualdade entre os gêneros. No Brasil, o salário médio das mulheres encontra-se em torno de 60% a 70% do salário dos trabalhadores.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho no Brasil ocorreu tardiamente, a força de trabalho feminina funcionou como forma de baratear custos. “A baixa autoestima a fez aceitar remuneração inferior, ainda que no desempenho da mesma função. Se tal fato levou a mulher para fora do espaço privado, isso por outro lado, a colocou no centro do sustento da família” (DIAS, 2004, p. 49). Isso não significou equiparação entre homens e mulheres, pelo contrário, a participação da mulher no mercado de trabalho foi uma resposta para atender as necessidades do capital, através de uma mão de obra barata.

Belle (1993) vai observar que desde o início do processo de industrialização o trabalho da mulher aparece como menos qualificado seguido de baixa remuneração, ou seja, em uma posição secundária, a mulher se mantém no antigo papel de “mãe” e “esposa”, permanecendo a questão de gênero na divisão sexual do trabalho, alimentado pela ideologia do patriarcado. Nesse aspecto, a divisão sexual do trabalho coloca-se como um grande obstáculo produzindo menores salários e piores condições de trabalho, bem como a hierarquização e invisibilização do trabalho feminino.

Conforme aponta Hirata (1998), o aumento significativo da atividade feminina no Brasil coincidiu com o período de maior precariedade do emprego, decorrente das mudanças no mundo do trabalho na era do capitalismo flexível. Boa parte do que a mulher conquistou em termos de espaço no mercado refere-se a trabalhos instáveis, mal pagos e não qualificados. Nesse sentido, ela levanta a hipótese de serem as mulheres usadas como cobaias para o desmantelamento do sistema de salários (ainda que atinja a população masculina), pois elas são tidas como menos protegidas e mais vulneráveis que os homens. As desvantagens sociais vivenciadas pelas mulheres em uma sociedade desigual permite à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da

intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Dados do IBGE em 2018 apontam que o valor médio da hora trabalhada era de R\$ 13,0 para as mulheres e de R\$14,2 para os homens. O valor do rendimento médio total era de R\$ 2.579 (homem) e R\$ 2.050 (mulher). Esses dados comprovam quanto o trabalho feminino é ainda discriminado e fragilizado. Vale ressaltar que a hora trabalhada aqui não está incluso os afazeres domésticos, como extensão do seu trabalho profissional, pois para o capital o importante é aquilo que produz lucro.

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para a nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo (FEDERICI, 2011, p.74).

De acordo com Neves (2000, p. 174), as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino. Estas relações, no entanto não implicam apenas diferenças, mas assimetrias e hierarquias que expressam relações de poder. As relações de gênero, portanto, se configuram numa construção social e cultural à medida que representam um processo contínuo da produção do poder de homens e mulheres nas diferentes culturas. Sendo assim, percebe-se que as diferenças de sexo repercutem diretamente nas relações de trabalho entre homens e mulheres. As atividades consideradas femininas estão sempre associadas com a função de reprodução, em geral, são as atividades que estão relacionadas ao espaço privado da família e à produção de valores de uso para o consumo familiar. Já as atividades destinadas à produção social e que são desenvolvidas no espaço público são tidas como uma atribuição masculina (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p.70).

Vale ressaltar que gênero não é sinônimo de mulher, o que pode gerar análises equivocadas acerca do tema como substitutivo de mulher e até mesmo negar as representações do masculino, na concepção de Saffioti (2004, p. 116),

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes (SAFFIOTI, 2004, p. 116).

Em síntese, gênero compreende todos os seres humanos em relação social, que pode estar permeada por relações de poder, dominação, exploração, opressão e perpassada pela esfera pública ou privada, em tempos e espaços distintos da história. Segundo Kergoat (2009, p.72) as relações sociais de sexo, como categoria social e histórica inscrita em formas de poder que estabelece papéis diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres, antecede a divisão sexual do trabalho e, Souza-Lobo (1991), aponta que tal divisão se manifesta não somente na divisão de afazeres e tarefas, mas também resulta em desigualdade no espaço do trabalho.

Na cadeia produtiva da pesca artesanal delimita-se muito bem este espaço; definindo o que são as tarefas específicas das marisqueiras e o que são dos pescadores. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2000, p. 55).

Segundo Marx (1985a, p.50) o trabalho na tematização é uma condição universal da relação existente entre o homem e a natureza, ressalta-se ainda que esta relação é inerente a qualquer forma de vida e sociabilidade. Contudo, é válido considerar que o trabalho é um ato histórico, porque a partir dele criam-se novas necessidades. Portanto, a ação para satisfazer essas novas necessidades e os instrumentos que são criados para tal dão origem a novas necessidades sociais, e também a uma produção, as quais impulsionam o consumo (IAMAMOTO, 2007,p.359). Assim, o trabalho não é uma categoria exclusiva do modo de produção capitalista, está além, é uma condição de existência do homem. A medição entre homem e natureza é uma construção dialética que exprime o momento metabólico existente, onde não há como separar.

Hirata e Kergoat (2009, p. 49), ao discorrerem sobre a questão da valorização do trabalho feminino e do masculino, ressaltam a sobreposição do trabalho biológico ao social. Nesse sentido, a produção é ligada ao gênero masculino e tem mais valor que a reprodução, ligada ao feminino. Mesmo quando o homem e a mulher se dedicam a uma mesma produção, a masculina é mais valorizada que a feminina, em função da hierarquia entre os sexos, com a supremacia do masculino. Nesse aspecto, o preconceito e a hierarquização determinam a exploração das mulheres pelos homens e a condiciona aos trabalhos domésticos e aos cuidados com a prole, atividades depreciadas pela sociedade capitalista, pois não geram um lucro quantificável nem são transformadas em mercadorias de consumo.

Diante desse contexto estão inseridas as mulheres marisqueiras de São José de Ribamar, exercem uma dupla jornada de trabalho, são mães, esposas, donas de casa e que fazem de suas casas a extensão do seu trabalho. Os homens por sua vez, assumem geralmente trabalhos fora de casa e não se consideram responsáveis pelos afazeres domésticos. No entanto, essa desigualdade não é apenas na divisão de afazeres e tarefas, mas, sobretudo nas condições de trabalho que estas mulheres vivem. Esse fato nos remete diretamente nas assimetrias de relações de poder, dominação, exploração, opressão das relações de gênero no desenvolvimento destas funções.

Segundo o IBGE/2020, São José de Ribamar possui 179.028 habitantes, é o terceiro município mais populoso do Estado do Maranhão está situado na porção oriental da Ilha do Maranhão, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e com o município de Paço do Lumiar, ao leste e ao sul com a baía de São José, e a oeste com o município de São Luís.

Sua sede encontra-se a 32 km de São Luís, capital do Maranhão, está ligada pelas rodovias estaduais MA 201, 202 e 203, que conectam respectivamente os municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Raposa.

Através da Lei Complementar Estadual (LCE) nº 69/2003 o município de São José de Ribamar faz parte da região metropolitana da Grande São Luís juntamente com os municípios de Alcântara, Raposa, Paço Lumiar e São Luís.

Pela localização geográfica desse município é bem favorável à economia da pesca, no entanto o IBGE considera como critério para análise do trabalho principal aquele em que a pessoa habitualmente trabalha o maior número de horas por semana (IPEA/2015). Sabe-se que a pesca artesanal não é uma atividade que se faz todos os dias no município, exige por parte dos pescadores e marisqueiras a dependência da natureza. Portanto não se pode negar que essa atividade é uma característica comum da economia das populações pobres que moram próximas ao litoral da Ilha do Maranhão.

Dados do IPEA/2015 ainda apontam que a pesca é desenvolvida, embora não esteja entre as cinco atividades principais. Em São José de Ribamar são 1.081, em Paço do Lumiar, 294 e em São Luís 1.371 trabalhadores. As outras atividades estão relacionados à prestação de serviços, destacando-se serviços especializados para a construção, atividades de construção não especificadas, comércio de produtos

alimentícios, bebidas e fumo, atividades de comércio não especificadas e serviços domésticos.

Em se tratando do trabalho das marisqueiras e suas implicações para o desenvolvimento local, foco do nosso trabalho, parte-se de que o desenvolvimento local não é somente o crescimento econômico, mas uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que integram a localidade. Entende-se por melhoria as condições de crescimento profissional, pessoal e cultural dos cidadãos envolvidos (CARVALHO, 2004).

É importante esclarecer que o desenvolvimento não pode ser reduzido somente ao econômico, é necessário questionar para quem tem servido. Para o capital? Ou para a melhoria da população? Na concepção de Montenegro Gómez (2006b), no capitalismo, o desenvolvimento é uma estratégia de reprodução de capital e de controle social que, segundo o discurso oficial, serviria para consertar os transtornos provocados pela dinâmica cultural do sistema, permitindo que os pobres, num futuro muito próximo, possam desfrutar das benesses que os ricos já desfrutam. Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento seriam a justificativa para a ajuda aos mais necessitados.

Portanto, o entendimento de desenvolvimento local é bem mais amplo e abrange também aspectos culturais que gere autonomia no sentido de dentro para fora das comunidades:

A concepção de Desenvolvimento Local (como processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro para fora da própria comunidade/ localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de sujeito e não de mero objeto mesmo – que - participante desse processo) só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada, razão pela qual as instâncias públicas e privadas do Brasil e de quaisquer outros países ainda não tiveram oportunidade e sequer preocupação de vincarem a essência lógica do DL endógeno emancipatório em suas políticas e programações institucionais (ÁVILA, 2006, p. 138).

No que se refere as políticas públicas, existem no município de São José de Ribamar, alguns programas governamentais de incentivo à pesca artesanal que tem contribuído ainda de forma tímida na vida das marisqueiras e no desenvolvimento local. Destacá-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e Compra Local Municipal-CML,

coordenados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento-SEMAGRI.

De modo geral, esses programas buscam “incentivar a agricultura familiar por meio de ações vinculadas à distribuição de alimentos de origem agropecuária aos grupos sociais em situação de insegurança alimentar, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover a formação de estoques estratégicos de alimentos (MATTEI, 2007), o que abre importante perspectiva para venda de produtos processados, tradicionalmente utilizados no consumo da casa ou vendidos em pequenas quantidades que permitem agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e que contribuem para desenvolvimento local. O Programa de Atenção Integrada à Família- PAIF¹, por sua vez, encaminha estas mulheres a serem inseridas nestes programas de fomento a agricultura familiar e outros programas sociais, no intuito de proporcionar uma melhoria de vida e geração de renda, visto sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nessa lógica, os pensamentos de Polanyi (1980), na sua principal obra intitulada *A Grande Transformação: as origens de nossa época*, de 1944, que apoia-se na antropologia econômica, onde seus princípios estão baseados para além do mercado ou da economia utilitarista. Também contribuíram para explicar as formas de empreendimentos de desenvolvimento que as marisqueiras utilizam no seu cotidiano como estratégia de enfrentamento para garantir o seu sustento e obter melhoria de vida. Além disso, evidencia com a sua contribuição histórica que existem formas alternativas de alocação de recursos, admitindo-se, neste sentido, a existência da pluralidade de mercados (LAVILLE, 2004), em particular por meio de sua inserção nas relações sociais, ou seja, através de seu enraizamento social. O autor ainda nos mostra que as sociedades submetidas à lógica de mercado pura e simples, não tem condições de dar conta das dinâmicas sociais, causando assim desigualdades crescentes nas sociedades (POLANYI, 1980).

Destaca-se também a fábrica de beneficiamento de pescado e marisco, conhecida como Casa das marisqueiras, considerada mais uma política pública

¹ É um programa de proteção social básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 18 de abril de 2004 (Portaria nº 78), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) que desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

voltada para estas mulheres. Para participar da Casa, as mulheres precisam ser cadastradas na associação das marisqueiras e se submeter uma capacitação de manipulação do produto, ministrada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, de forma gratuita. Toda estrutura física é cedida pela prefeitura, pagamento do consumo de água, energia e gás, somente o produto é comprado pelas marisqueiras para fins de sua comercialização.

A manipulação do marisco segue algumas etapas de produção: sambucagem², fervura, limpeza, embalagem e comercialização, que será mais detalhado no decorrer do estudo. Cabe relatar que estes processos de trabalho são desafiadores, cada etapa exige técnicas, agilidades e tempo, que muitas das vezes ocupa o dia todo das marisqueiras.

No que se refere a comercialização, há várias formas de serem vendido o marisco: direto para o consumidor, para atravessadores e prefeitura, mas a maioria dos mariscos é vendido para prefeitura pelas mulheres que trabalham na fábrica, através dos programas governamentais, que ocorrem anualmente. É aberto um edital para a comunidade e somente concorrem quem apresentar um projeto. No município existe uma assistência técnica gratuita que auxilia os agricultores, marisqueiras e pescadores nessa elaboração.

Mas existem as marisqueiras que fazem suas produções em sua própria residência, a manipulação do marisco apesar de seguir as mesmas etapas, enfrentam uma estrutura de trabalho improvisado, em situação insalubre, investindo mais esforço físico e tempo para concluir o serviço. Geralmente essas mulheres comercializam seus produtos direto com o consumidor ou atravessadores, não participam dos programas governamentais, devido o atraso no pagamento.

1.1 Considerações metodológicas

O tema proposto neste estudo é fruto da experiência de trabalho com as marisqueiras que ocorreu no período de 2005 a 2008, quando exercia a função de assistente social no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, conhecida como “Casa da Família”, onde funciona o Programa de Atenção Integral às Famílias

² Sambucagem- expressão utilizada pelas marisqueiras que significa tirar o umbigo do sururu.

PAIF. Foi também objeto de pesquisa do curso de pós-graduação ³, quando se produziu um estudo mais aprofundado.

No CRAS era realizado atividades de acompanhamento junto às famílias em vulnerabilidade social, visitas domiciliares, encaminhamentos para benefícios da política de assistência social e outras políticas públicas existentes no município, ofertas de cursos profissionalizantes que contribuíssem para melhoria de vida, geração de emprego e renda dessas famílias, em especial, às marisqueiras, era articulado junto à colônia de pescadores e secretarias de fomento à pesca, encaminhamentos e acompanhamentos de sua inserção nas políticas públicas de acordo com suas necessidades, esclarecimentos de seus direitos e incentivo ao empreendedorismo.

Para este estudo escolheu-se o município de São José de Ribamar, mais precisamente o bairro São Raimundo, em que se concentra o maior número de mulheres que catam principalmente sururu e onde está implantado a Casa das marisqueiras; no entanto no decorrer da pesquisa percebeu-se que nesse projeto participavam apenas marisqueiras que residiam no bairro da Vila Dr. Julinho. Este fato explicou o motivo de ampliar a pesquisa para as marisqueiras deste bairro.

Como forma de analisar a complexidade do objeto e no sentido de apreender algumas das suas múltiplas determinações adotou-se diversos procedimentos metodológicos. O primeiro foi a bibliografia e revisão da literatura que trata a respeito do tema, realizada através de levantamento de referências bibliográficas e documentais nas bases de dados da SciELO, Google acadêmico, portarias, leis e documentos a fim de escolher artigos, livros, teses e dissertações sobre as categorias: trabalho, desenvolvimento local, divisão sexual de trabalho e relações de gênero, o qual ocorreu durante todo o processo de estudo. A pesquisa bibliográfica segundo Neto (1994, p. 53): [...] coloca frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.

Foram analisadas também outras fontes oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Plano Diretor, Plano Plurianual- PPA, Lei Orçamentária Anual- LOA, outros documentos relacionados as informações do município de São José de Ribamar. Além das fontes oficiais, priorizou-se os relatos dos sujeitos sociais

³ Curso de Especialização de Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, primeira turma/2006.

envolvidos na pesquisa, por considerar de grande relevância no confronto com a realidade.

Os critérios de amostragem foram estabelecidos com base em Minayo (2007), considerando que uma amostra ideal em pesquisa qualitativa não atende a critérios numéricos, mas é aquela que reflete as múltiplas dimensões da totalidade. Portanto escolheu-se mulheres que trabalhavam com sururu na Casa das marisqueiras e participavam de programas governamentais e mulheres que catavam marisco em suas próprias casas.

O recorte temporal desta investigação se deu a partir do ano de 2009 quando começou a implantação da Casa das marisqueiras, marco em que os gestores considerariam um projeto de desenvolvimento para o aumento da produção dos mariscos e melhoria das condições de vida das marisqueiras, até o ano 2021, período ainda em curso da pós-graduação.

Nesta pesquisa participaram um universo total de 14 (quatorze) mulheres, 6 (seis) eram da casa das marisqueiras e 8 (oito) trabalhavam em sua própria casa. Vale esclarecer que nesse Projeto estava funcionando apenas com 10 integrantes. Destas, apenas 6 (seis) conseguimos realizar entrevista, 2 (duas) se recusaram a serem entrevistadas e as outras 2 (duas) mudaram para outra localidade. Escolheu-se também 8 (oito) marisqueiras que trabalhavam na sua própria casa, para entender os motivos que as levaram de não participarem da Casa das marisqueiras, estas eram moradoras do bairro São Raimundo, onde fica localizado o projeto,. Ressalta-se que algumas destas mulheres participaram no início da implantação do projeto no beneficiamento do marisco.

As participantes da pesquisa compreendiam a idade de 22 anos a 72 anos, grande parte é de cor parda, haviam três aposentadas, a maioria tinha união estável, seus companheiros são predominantemente pescadores. As mulheres que eram solteiras, já possuíam filhos. Quanto ao grau de escolaridade foi constatado ainda muito baixo; a renda familiar compreendeu em sua maioria de um salário mínimo e meio, com variações, devido não ser uma renda fixa. Estas estatísticas estarão mais detalhadas e analisadas no trabalho através de gráficos.

Para análise das informações, utilizou-se o método materialismo histórico dialético por entender ser este o mais adequado para atingir nosso objetivo, na medida em que se tenta ir além da aparência e compreender o que está além do imediato da realidade problematizada, uma vez que para apreender o trabalho das marisqueiras,

por onde se inicia o conhecimento deste estudo é necessário considerar a totalidade nos diversos níveis de complexidades, isto é, nas transformações da realidade estudada. Para tanto é necessário “o pesquisador por meio de procedimentos analíticos, reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (NETTO, 2009, p.674).

Nesse sentido, o materialismo histórico dialético, desenvolvido por MARX (1982), será o ponto de partida da reflexão proposto nesta dissertação para se pensar a realidade concreta, ou seja, as condições de trabalho das marisqueiras e suas múltiplas determinações. Para o autor é nesse movimento que as contradições da realidade se constituem historicamente.

Na tentativa de obter essas informações, utilizou-se as pesquisas qualitativa e quantitativa que compreende que cada uma contribui e tem seu lugar, papel e adequação, trazendo, portanto, entendimentos importantes e complementares, devendo contribuir para melhor entendimento do objeto em estudo. Conforme Minayo (2002) o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Deste modo, “[...] se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas” (MARTINELLI, 1999, p. 22). Neste sentido, a pesquisa qualitativa, através dos dados coletados da entrevista semiestrutura possibilita melhor compreensão de entender o trabalho das marisqueiras e da caracterização socioeconômica das participantes envolvidas na pesquisa e sua relação direta com o contexto na qual estão inseridas, bem como a singularidade das suas relações sociais.

Entretanto é necessário esclarecer que em alguns momentos se fez necessário o uso da pesquisa quantitativa, a qual teve o objetivo de compilar dados referentes as informações sobre o perfil das mulheres entrevistadas. A pesquisa quantitativa se caracteriza: [...] pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc (RICHARDSON, 1999, p. 70).

No decorrer do estudo, o trabalho de campo assumiu grande importância na aproximação com o objeto em foco. Para Minayo (2007), esse tipo de pesquisa não poderia ser pensado sem a realização do trabalho de campo.

O campo corresponde ao recorte espacial que contém, em termos empíricos, a abrangência do recorte teórico que corresponde ao objeto da investigação. É quando ocorre a interação do pesquisador com os sujeitos da investigação. Nessa fase se estabelecem relações de intersubjetividade, das quais resulta o confronto da realidade concreta com os pressupostos teóricos da pesquisa (MINAYO, 2007, p. 62).

A pesquisa de campo ocorreu nos períodos de outubro/2020 a abril/2021, ainda no período de pandemia da COVID 19, quando tivemos muitas dificuldades de concluir o estudo. A Casa das marisqueiras não funcionou no ano de 2020, ficamos impossibilitadas de presenciar o funcionamento da fábrica, as mulheres do projeto estavam desmotivadas para conceder informações. Precisou-se ir várias vezes no bairro que moram para explicar o objetivo do trabalho e coletar dados. Vale destacar que uma das maiores dificuldades que tivemos foi com as mulheres que estavam inseridas no projeto, encontravam-se resistentes em participar da pesquisa.

Para coleta dos dados da pesquisa foi aplicado entrevista semiestruturada com o gestor/funcionários da SEMAGRI do município de São José de Ribamar, gerente da casa das marisqueiras e fábrica de gelo, às marisqueiras, pescadores, representantes de associação e colônia, complementadas com alguns registros fotográficos e gravação de áudio.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada, na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador. De acordo com os estudos de Richardson (1999, p. 212):

[...] entrevista semi-estruturada é utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência produzem mudanças nas pessoas expostas a elas. O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista.

As questões elaboradas para a entrevista levaram em conta o embasamento teórico da investigação e as informações que o pesquisador recolheu sobre o fenômeno social (TRIVIÑOS, 1987). Nesse caso, elencamos questões relacionadas ao trabalho das marisqueiras, no que se refere as formas de organização, condições de trabalho, perfil socioeconômico, os programas governamentais de fomento à pesca, a divisão sexual de trabalho e as relações de gênero na pesca artesanal, as

principais dificuldades e possibilidades da catação do marisco gerar desenvolvimento local.

As observações e informações obtidas in loco auxiliaram muito nesse trabalho, registradas em diário de campo através de fotografias e gravações em áudio, após previa autorização dos entrevistados. Cabe ressaltar que algumas imagens não foram autorizadas, portanto para não causar constrangimentos aos participantes, não estão expostas.

Nesse estudo foi escolhida a observação participante, a qual se caracteriza por ser uma: [...] observação cuidadosa de fatos e comportamentos que proporcionará dados não verbais relacionados com o tema de estudo [...] de forma a se tornarem compreensíveis, propiciando, assim, capacidade para futuras intervenções no âmbito da pesquisa (RIZZINI 1999, p. 70).

Esta dissertação está estruturada em três capítulos:

O primeiro capítulo, discute-se as relações sociais desiguais de gênero no mundo do trabalho, abordando a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, como categorias analíticas fundamentais para elucidar essas questões;

O segundo capítulo, aborda-se o trabalho das marisqueiras na cadeia produtiva da pesca, traçando o perfil sócio econômico dessas mulheres bem como a dinâmica das relações de gênero nas comunidades da pesca artesanal.

O terceiro capítulo, analisa-se as formas de organização política e social das marisqueiras na produção socio econômica dos mariscos, como empreendimento que produz geração de renda e trabalho, garantindo a reprodução das famílias e contribuindo para o desenvolvimento local e auto-afirmação da sua identidade.

Nas considerações finais, tentou-se de forma suscita imprimir um espírito investigativo do pesquisador respondendo alguns questionamentos que originaram este trabalho. Nesse sentido as reflexões aqui expostas, conforme BACHELARD (1996) não se esgota é algo inacabado e em constantes reformas, em contínuas reorganizações. Isso se deve ao fato de que o conhecimento científico não é imóvel e nem imutável. Mostra-nos que o progresso do conhecimento ocorre pela superação dos obstáculos epistemológicos e através do processo de retificação dos erros.

2 O MUNDO DO TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: algumas indicações teóricas

A reestruturação produtiva e econômica ocorrida em escala mundial a partir de meados dos anos 70, que se constituiu como um novo padrão de acumulação do capital representou um processo de transformações profundas no mundo do trabalho, incorporada e desenvolvida de forma heterogênea por muitos países e diferentes setores econômicos. Nas últimas décadas experimentou-se "uma abertura do mercado internacional" e simultaneamente, a ascensão de novos modelos produtivos, que têm promovido novas formas de trabalho. Como vários autores observaram o neoliberalismo e as mudanças nos processos produtivos, que devem ser vistas como intimamente interligadas, sendo, ao mesmo tempo, "impulsionadoras" do mercado e produto uma da outra, aprofundam as desigualdades sociais entre homens e mulheres e estão marcadas fundamentalmente nas relações de gênero e divisão sexual do trabalho.

Vários estudos e pesquisas já apontaram que as relações entre homens e mulheres são relações que atravessam a sociedade e se articulam com o conjunto das relações sociais; implicam antagonismo ou conflito ligado a relações de dominação e opressão reforçando ainda mais a precarização no mundo do trabalho. Saffioti (2013, p. 38) ressalta que a tradição de inferioridade, de subordinação e de desvalorização do trabalho da qual tem sido vítima historicamente a mulher contribuiu para a sua marginalização nas funções produtivas, educando-a de modo submisso para que o capitalismo extraísse o máximo de trabalho excedente

Nas últimas décadas, o processo de globalização, as políticas de cunho neoliberal e a reestruturação produtiva transformaram não só a inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, mas também a forma e o conteúdo do trabalho (NEVES, 2004).

Esses novos processos de trabalho, resultado do salto tecnológico, da automação e das mutações organizacionais, podemos chamar de reestruturação produtiva. Onde Antunes (1999, p. 210) destaca que os processos de "produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado".

Nesse sentido, os processos de reestruturação produtiva causaram novos padrões de gestão do trabalho que se desenvolveram centrados fundamentalmente na flexibilização. Desta maneira, ocorreu uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas são perversas aos trabalhadores e trabalhadoras e assumem diferentes características, como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado. De acordo com Druck (2002, p. 13), "a hegemonia da lógica financeira exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos menos rígidos e cada vez mais flexíveis, objetivando investimentos e resultados de curto prazo".

Antunes (2006, p.22) afirma ainda que a flexibilização "mais se assemelha a um mecanismo responsável por níveis mais acentuados de intensificação e exploração da força de trabalho".

Essa forma de organização do trabalho é denominada por Harvey (1993) acumulação flexível, em que novas formas de mercado de trabalho surgem, e onde se acentua ainda mais as desigualdades sociais:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços" [...] (HARVEY, 1993, p.140).

Portanto, a acumulação flexível determina a precarização das relações sociais de produção, intensificando o trabalho, além de flexibilizar o tempo de trabalho (parcial ou temporário) e, conseqüentemente, flexibilizando também o salário.

De acordo com Castel (1998), a precarização é um processo central comandado pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo moderno. O autor chama a atenção para três aspectos importantes desta nova dinâmica do capital: a desestabilização dos estáveis, a instalação na precariedade de diferentes trabalhadores e o aumento do desemprego.

Como afirma Alves (2014, p. 12), “a precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista” e, por isso, “a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma histórica de precariedade salarial extrema ou a forma histórica de precariedade salarial regulada”. Portanto, compreender o movimento real desse processo passa pela apreensão da “correlação de força e poder entre as classes sociais, isto é, a materialidade sócio histórica da luta de classes”.

De modo geral, essas novas formas organizacionais baseadas na flexibilidade, além de significarem uma resposta à crise do fordismo nos anos 70, é fruto também das exigências das novas tecnologias fundadas na microeletrônica, da mesma forma como as inovações tayloristas/fordistas, também visavam atender às novas tecnologias da época. Mas, no caso do Brasil, alguns autores como Borges e Druck (2002), entendem que a marca da reestruturação brasileira tem sido a terceirização, ou seja, estas mudanças estão muito mais relacionadas aos novos processos organizacionais do que as inovações tecnológicas.

A compreensão da precariedade do trabalho no modo de produção capitalista, muito bem discutida por Antunes (2006) exige adentrar em um estudo teórico sobre os determinantes da relação capital – trabalho, exigindo mediações que se aproximem da essência dessa relação, como também reflexões que possam explicar a precarização do trabalho no atual contexto de reestruturação produtiva e os seus rebatimentos na realidade brasileira.

O significado da palavra trabalho não é recente. Segundo Albornoz (1986, p.10), o termo trabalho originou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento utilizado pelos agricultores para bater o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. Porém, a maioria dos dicionários registra *tripalium* como instrumento de tortura. Percebe-se disto o fato de que muitas vezes o trabalho pode estar associado à dor, ao sofrimento e ao castigo.

Nessa perspectiva, Blanch (2003, p.32) comenta que, ao contrário da concepção que considera o trabalho fonte de satisfação e de auto realização, como fundante para construção do sujeito e de sua missão de vida, existem outras abordagens que atribuem conotações negativas ao trabalho. Segundo o autor, esse polo negativo está relacionado, na maioria dos casos, à representação de trabalho como maldição, castigo, jugo, estigma, coerção, esforço e penalidade e como mera

função instrumental a serviço da sobrevivência material, a qual cabe dedicar toda atenção necessária para o alcance desse objetivo.

French (1992, p.57) ressalta que o trabalho pode representar ao mesmo tempo, uma atividade penosa, um fardo, uma doença ou sofrimento. Por outro lado, o mesmo autor observa que o trabalho pode também ter uma conotação prazerosa, dando sentido à vida, formando uma identidade pessoal, denotando crescimento e desenvolvimento. Assim, o trabalho, pode estar relacionado com o sofrimento, mas também com atividades que proporcionam prazer e realização ao ser humano. Pode-se dizer que o significado do trabalho varia de acordo com o contexto social e com o momento histórico vivido pelos sujeitos. Ao longo da história da humanidade, portanto, variando com o nível cultural e com o estágio evolutivo de cada sociedade, o trabalho tem sido percebido de forma diferenciada.

Na sociedade grega o significado do trabalho envolvia apenas a força física. A dignidade do homem consistia em participar dos negócios da cidade por meio da palavra. Os escravos faziam o trabalho duro, enquanto os outros poderiam ser livres. O trabalho não tinha o significado de realização pessoal. As necessidades da vida tinham características servis, sendo que os escravos é que deveriam desempenhá-las, ficando as atividades mais nobres destinadas às outras pessoas, como a política. Nesse contexto, as mulheres e crianças tinham uma cidadania restrita, pois não podiam participar da vida política (BRAICK, 2007, p. 76). Percebe-se desse modo que a vida da mulher ao longo dos anos sempre teve relacionado à vida privada e ao homem a vida pública.

Portanto nessa sociedade, a divisão sexual do trabalho já evidenciavam as desigualdades nas relações sociais entre os homens: a exploração do homem pelo próprio homem e a exploração de gênero. Aos homens livres, era reservada a vida pública, a responsabilidade pelas decisões sobre a vida da cidade (ALVES, 2013, p.274).

Assim como ocorria na antiguidade, também na Idade Média os indivíduos distinguiram-se pelas classes sociais que compunham. As relações de trabalho na Idade Média eram atribuídas de acordo com a classe a que o indivíduo pertencia. Havia, portanto, uma segregação entre escravos e homens livres, ou ainda, entre os indivíduos tidos como superiores e os tidos como inferiores. A classe de maior importância apresentada nesse período da história é a classe dos sacerdotes, ou clero.

O trabalho era feito pelos camponeses ou servos, os quais eram os responsáveis pela manutenção da vida dos membros da nobreza e do clero, já que estava sob sua responsabilidade fazer a terra produzir e obter dela o necessário para seu sustento e da sociedade. O clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras sob a forma de cultivo das terras (HUBERMAN, 1985, p. 24).

Tal como na antiguidade, a classe tida como de menor valor na sociedade era a responsável pelo trabalho, trazendo à tona a questão da aversão das classes dominantes ao trabalho.

Com a ascensão da classe burguesa e as novas relações de produção, o trabalho passa a ser associado à possibilidade de riqueza devido ao acúmulo de capital e a liberdade. Tais características tornam-se principais motivos para a busca de fonte de renda para o ser humano suprir suas necessidades. Nesse sentido muda-se a lógica de compreensão sobre o trabalho, o qual passa a adquirir uma forma particular. Nesta perspectiva, o trabalho começa a existir em função do capital e não mais exclusivamente em função das necessidades humanas.

A partir dessas ideias, pode-se considerar que o sentido do trabalho é oriundo de uma historicidade, isto é, está em consonância com a época, com a cultura, com o modo de relacionar-se e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte (SACHUK e ARAÚJO, 2007).

Esse resgate sobre a concepção do trabalho foi necessário para entender como funciona a lógica do capitalismo dentro do contexto da reestruturação produtiva.

No entendimento de Marx (1989), a essência do ser humano está no trabalho, pois através deste o homem transforma a natureza; trabalhando, o homem se relaciona com outros homens, produz máquinas, obras de artes, cria instituições sociais, crenças religiosas, hábitos diferentes, modos de vida específicos, adquirem novas potencialidades e capacidades, ou seja, se socializam. Assim, o que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz e a natureza dos indivíduos depende, portanto, das reais condições materiais e do modo como os homens se relacionam socialmente no processo de produção que determinam sua atividade produtiva e o tipo de sociedade que existirá. Do mesmo modo, Vásquez (1990, p.137) caracteriza o trabalho humano como “a atividade prática material pela qual o operário transforma a natureza e faz surgir um mundo de produtos”. O que Marx chama de trabalho alienado, isto é, o trabalho no modo de produção capitalista deixa de

hominizar e passa a alienar, pois o produto e o próprio processo de produção se tornam estranhos ao trabalhador (MARX, 2008).

Portanto, o trabalho é o fator que faz a mediação entre o homem e a natureza, sendo a expressão da vida humana. Logo, através dele, altera-se a relação do homem com o meio.

Na concepção de Antunes (2004), o trabalho é muito mais do que a fonte de toda a riqueza, sendo também a condição basal e fundamental de toda a vida humana, podendo afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Nesse sentido, Marx (2008, p.70), aponta que o processo de trabalho corresponde à realização de um trabalho concreto e real que gera valor de uso, para o qual contribuem elementos fundamentais: o primeiro é o trabalho propriamente dito, seu objeto que é por excelência a matéria bruta fornecida pela natureza; o outro é o meio de trabalho, os instrumentos que servem para produzir algo.

O capitalismo modifica a visão de liberdade do homem à medida que precisa vender sua força de trabalho para sua sobrevivência, dissociando o trabalho do homem que o realiza. O trabalhador subordinado ao capital não tem mais controle do produto nem do processo de seu trabalho, pois estes estão centralizados nas mãos do capitalista. Assim, na sociedade capitalista o trabalho passa a ser visto como meio pelo qual uma parte da sociedade sobrevive e a outra parte acumula bens. Essa nova dinâmica se mantém por meio da ideologia, que assume papel de mediadora na sustentação e promoção do atual sistema econômico. Hoje, em um mundo globalizado e capitalista, a ideologia predominante é a liberal, e o trabalho, em um sentido generalista, é visto sob essa ótica (OVEJERO, 2010a, p.45).

O trabalhador fica sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho, ou seja, o capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho. [...] o produto é propriedade do capitalista, não do trabalhador (MARX, 2006, p. 219).

Marx (1998, p.615) afirma, “[...] o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho: determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho”.

Por outro lado, existem alguns pensadores que afirmam que o trabalho perdeu sua centralidade. Gorz (1987), por exemplo, afirma que a classe trabalhadora de hoje

não é mais aquela analisada por Marx no século XIX, em um cenário marcado pelo surgimento do movimento operário e sindical. Para ele, o trabalhador não tem mais o domínio do processo produtivo em sua totalidade, pois se tornou um especialista. Outro ponto mencionado pelo autor diz respeito ao declínio do trabalho assalariado frente à questão do desemprego, do trabalho incerto e em tempo parcial, reforçando, assim, sua abordagem do fim da centralidade ontológica do trabalho.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Offe (1994), chama atenção para um momento de perda da materialidade do trabalho frente à expansão dos serviços, pois, segundo o autor, nesse setor não é possível mensurar produtividade, como ocorre no ramo industrial. Diante disso, sustenta a tese de que o trabalho já não é o eixo basal de organização das estruturas sociais.

Ao contrário desses autores que defendem o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, concorda-se com Antunes (1999) quando mostra que houve foi uma profunda mudança nessas relações. Ao invés do fim do proletariado, o que se tem é um amplo leque distinto de agrupamentos e segmentos que compõe a classe-que-vive-do-trabalho. Verifica-se, portanto, uma significativa “heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 209).

É relevante também entender que o impacto da reestruturação produtiva sobre a vida das mulheres, em especial, analisando não só a vida produtiva, mas, principalmente, a relação entre produção e reprodução trouxeram sérios agravos e transformações no mundo do trabalho.

Dentre esses agravos, as desigualdades na divisão das tarefas reprodutivas revelam que “as mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p.28).

Esse é um olhar atento sobre novas práticas de trabalho que desvenda as relações entre o processo reestruturação do capital e a emergência internacional de uma “nova figura salarial feminina”, como chama Hirata (1998), que se manifesta no aumento do trabalho a tempo parcial do trabalho feminino, permanecendo ainda as desigualdades sociais ligadas ao gênero.

Evidentemente, a entrada cada vez maior do contingente feminino no mercado de trabalho, além de dar visibilidade às relações que se engendram na esfera privada, apresenta um conjunto de novas experiências vivenciadas pelas mulheres no local de trabalho e no contexto mais amplo da própria sociedade.

Neste aspecto, a ampliação das oportunidades de trabalho e também do desemprego, são faces contraditórias da nova situação da mulher brasileira no mercado de trabalho, mostrando assim elementos positivos e negativos do processo de reestruturação produtiva no país, que se acelerou a partir dos anos 1990. Se, de um lado, a reestruturação ampliou as oportunidades de inserção da mulher, por gerar mais postos de trabalho em atividades em que as mulheres têm “vantagens”, por combinar maior escolaridade formal e mais experiência – caso típico das atividades de serviços de educação, saúde etc. – a contrapartida foi a ampliação de ocupações sem vínculo formalizado, que pagam menores rendimentos e tendem a envolver maior rotatividade. Isto amplia a dificuldade de aumentar rendimentos das trabalhadoras, além de reproduzir as dificuldades de atingir postos de comando no processo produtivo (MONTAGNER, 2004, p. 71).

2.1 O trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva aprofunda a divisão sexual do trabalho e a desigualdade entre trabalho masculino e feminino. Segundo Antunes (2002) os efeitos da reestruturação são a demanda e concentração do trabalho masculino em áreas de capital intensivo, com maquinaria informatizada, enquanto o feminino se concentra nas áreas mais rotinizadas, de trabalho intensivo, com menor qualificação e onde são mais constantes as formas de trabalho temporário e precário.

A ocupação de postos de trabalho subalternos e a menor qualificação profissional das mulheres revelam e reforçam o preconceito e a discriminação existentes contra elas na sociedade, em especial, no mundo do trabalho. Como ressalta Saffioti (1976, p. 47), “a valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos, [já que os] preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital”. Esta afirmação se comprova no enunciado abaixo:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolvam as forças produtivas, a mulher vinha

sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p. 35).

Nesse sentido Hirata (1989) traz significativas contribuições quando relaciona gênero e trabalho e destaca que os estudos iniciais feministas, na década de 70, privilegiavam a valorização social do trabalho doméstico, ressaltando a produção e reprodução, rompendo enfoque economicistas na análise das relações sociais.

Conforme apresenta Hirata (2002, p. 277), “a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres”.

Diante disto, as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho revelam as representações sobre o gênero masculino e feminino construídos culturalmente, ou seja, essas representações culturais são a base da divisão sexual do trabalho, “estabelecendo 'os lugares' a que estão destinados homens e mulheres desde a inserção no mercado de trabalho, as estratégias de qualificação e os postos de trabalho a serem ocupados” (NEVES, 2001, p. 107).

Esta questão está bem presente no cotidiano das mulheres marisqueiras, pois quando não estão trabalhando, não significa que estão descansando, pelo contrário estão sempre disponíveis para o trabalho. Trata-se de um trabalho precário, inseguro, com remuneração intermitente, ausência de garantias trabalhistas e descontinuidade de inserção no mercado de trabalho. Como diz Ávila (2002, p. 40), “existem pessoas inseridas em processos de trabalho nos quais não há uma forma de regular o tempo, onde os tempos da reprodução e da produção são perversamente fundidos e as jornadas de trabalho se dão de formas contínuas”.

Conforme afirma Leite (2004), de um lado, encontra-se o empregador que busca flexibilidade, redução de custos e transferência de riscos, em um contexto de elevada competitividade; de outro, estão as mulheres marisqueiras, mães e esposas que acumulam a dupla função: da responsabilidade do cuidado dos afazeres do lar e da contribuição para o seu sustento.

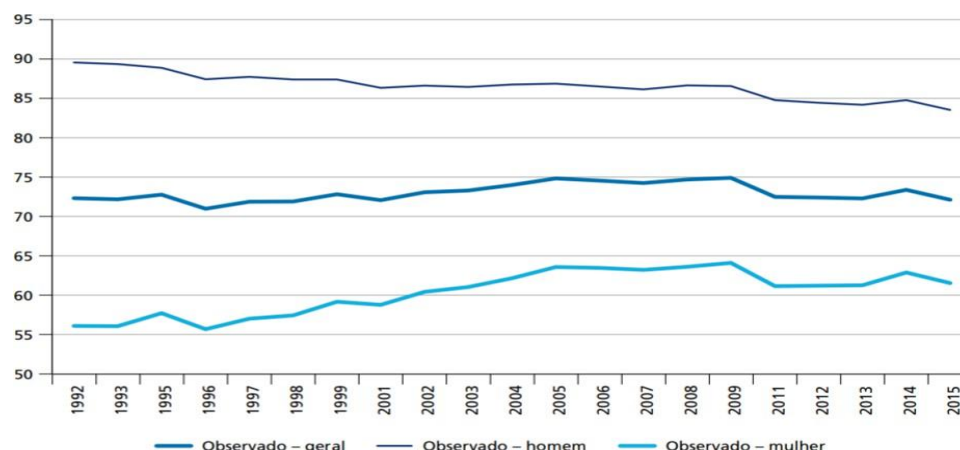
A flexibilidade no mundo do trabalho faz com que o trabalho feminino continue na segregação de suas casas, acumulando tarefas domésticas, assumindo uma dupla ou tripla jornada de trabalho e vivendo com salários precários.

Neste sentido, Neves (2000, p.179) esclarece que a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre através de jornadas parciais, contratos por tempo determinado, trabalhos a domicílio, utilizando-se uma vez mais da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis - ocasionando intensificação do ritmo do trabalho - e pela perda dos direitos legais.

A maior inserção da mulher no mercado de trabalho também não significa uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos; as mulheres continuam dedicando maior tempo a estas atividades do que os homens. Esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido (NEVES, 2007, p.15).

Dados do IPEA -Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/2019 revelam no gráfico 1 abaixo sobre o mercado de trabalho uma série histórica da taxa de participação durante o período de análise para homens e mulheres. Em 2015, a taxa de participação da mulher foi de 72,1%, um patamar próximo do de 1992 (72,3%), e seu pico ocorreu em 2009 (74,9%). Os movimentos oscilatórios da taxa agregada se devem em larga medida às variações do indicador para as mulheres, uma vez que a taxa de participação dos homens apresentou um declínio sistemático ao longo de todo o período. Em 2015, a taxa de participação masculina estava em 83,5%, tendo declinado 6 p.p (pontos percentuais) em relação à observada em 1992. O movimento de queda na taxa de participação dos homens não é um fenômeno específico do Brasil, tendo sido também observado em vários outros países (Juhn e Potter, 2006; European Commission, 2014; Binder e Bound, 2019 apud FOGUEL, RUSSO). Já a evolução da taxa para as mulheres foi irregular durante o período, mas é notável a tendência positiva entre 1996 e 2005. Apesar da queda sofrida na virada para a década atual, a taxa de participação feminina era 5,5 p.p. mais alta em 2015 (61,6%) do que em 1992 (56,1%). O aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho também é um fenômeno observado em vários outros países (Juhn e Potter, 2006; Jaumotte, 2003). O IPEA (2019) utilizou a decomposição e projeção da taxa de participação do Brasil utilizando o modelo Idade-Período-Coorte (1992 a 2030)

Gráfico 1 - Taxa de participação geral, homens e mulheres, acima de 17 anos de idade
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE, 2019

Elaboração dos autores

Vários fatores têm sido apontados para explicar essa diferença, incluindo a discriminação no mercado de trabalho, que desestimula as mulheres a quererem participar desse mercado, e as normas culturais, que estabelecem um papel para a mulher como principal cuidadora dos filhos e responsável pela maior parte dos trabalhos não remunerados domésticos (BARBOSA, 2014; BARBOSA e COSTA, 2017).

Concorda-se com Scott (1999, p.17) quando afirma que a entrada da mulher no mercado de trabalho se apresentou de forma intensa e diversificada, não apresentando um declínio mesmo com as crises econômicas. Contrariamente, entende-se que é a partir das crises econômicas que a participação feminina torna-se mais propensa.

Segundo Antunes (1999, p. 108): [...] salvo raras exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto que aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino.

Temos, portanto, grandes diferenças salariais e pela elevada concentração em setores ligados ao comércio e a serviços, notadamente nas áreas de serviços sociais, trabalho doméstico e nas ocupações mais vulneráveis e de reduzida exigência de

qualificação profissional. São características que acompanham toda a trajetória de inserção das mulheres no mundo produtivo e tem suas raízes na desigual divisão sexual do trabalho e na atribuição às mulheres do trabalho reprodutivo.

Temos atualmente uma participação feminina mais presente no mercado de trabalho, mas não podemos negar que é ainda notório as desigualdades de salários e as diferenças em diversos cargos de ocupações que são tradicionalmente consideradas femininas, fruto “do padrão de segregação ocupacional, o qual marca as condições do trabalho feminino (OLIVEIRA, 2007, p.35).

Nesse aspecto, o trabalho doméstico atribuído à mulher na figura da dona de casa é desvalorizado, pois não é considerado produtivo para o sistema capitalista. Conforme afirma Combes e Haicault (1986, p. 26) “ no capitalismo, a separação entre os sexos nos espaços e tempos de produção e reprodução se expandiu. As mulheres prioritariamente foram designadas para o lugar da reprodução, e os homens para a produção [...]”.

Por muito tempo a mulher foi condicionada a permanecer em casa e naturalizou essa sua condição, pois era importante para o “eficiente” funcionamento da sociedade burguesa que ela permanecesse nos trabalhos domésticos. Diante dessa realidade a autora Alves (2013) afirma que:

O trabalho doméstico não era levado em conta nas discussões a respeito da reprodução das futuras gerações; conseqüentemente, era difícil para elas conseguirem ganhar a vida sozinha ou produzir algum valor econômico expressivo (ALVES, 2013, p.284).

A divisão sexual do trabalho recebe influência desse sistema em que a mulher mantém um lugar de subordinação na sociedade, trazendo características diferenciadas à exploração da força de trabalho feminino, a qual difere do masculino no que tange as atribuições, cargos e principalmente nas diferenças salariais.

Esse paradigma, Bourdieu (2012, p.17) explica que está localizada na “ ordem das coisas”, sendo vista como algo “ natural”, “ a ponto de ser inevitável”, ou seja, a dicotomia entre o feminino e o masculino, instituída a partir do sexo biológico, criou um movimento social e cultural de educações diferenciadas que ambos recebem no processo de socialização desde a sua infância. Para o autor, é “natural” que os homens se ocupem de funções as quais dizem respeito à realização pessoal e

profissional e as mulheres se mantenham incumbidas na realização de multitarefas e esqueçam de si mesmas.

Por tudo isso, conclui-se que a mulher trabalha muito mais tempo do que o homem. Os trabalhos desempenhados pelas mulheres, como os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, são considerados invisíveis e sem rentabilidade, principalmente para o sistema capitalista. Seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital (FEDERICI, 2019, p.62).

No entanto, verifica-se que o trabalho da mulher já não é visto somente como complemento da renda familiar, mas, sobretudo, como a única fonte de renda, isto se constata na vida das marisqueiras. Contrariamente, na maioria das vezes é tido como sendo o principal rendimento da família, mesmo diante do preconceito e a desigualdade que predominam nas relações de trabalho, considera também que o peso das responsabilidades domésticas que recai sobre as mulheres representa mais um obstáculo as suas possibilidades de participação integral e em igualdade de condições no mercado de trabalho. Certas obrigações familiares, tais como o cuidado dos dependentes (crianças e idosos) e trabalhos domésticos, foram e continuam sendo obrigações predominantemente femininas. Elas seguem, portanto, assumindo uma dupla responsabilidade e dupla jornada de trabalho.

Portanto, o intenso processo de mudanças da economia global nos últimos anos vem transformando o mundo do trabalho em desmonte das políticas públicas afetando diretamente na flexibilização e precarização do trabalho feminino.

Desse modo, no mundo do trabalho, ainda é bem presente a divisão sexual do trabalho bem como as discriminações e preconceitos quanto ao trabalho feminino no que tange as diferenças de salários, ocupação, tempo e espaço, sutilmente explorados pelo capitalismo. Diante dessa contextualização é necessário desmistificar o conceito de relações de gênero e divisão sexual do trabalho a fim de romper com uma sociedade patriarcal e avançar na compreensão da complexidade dessa articulação, o que nos permitirá desnaturalizar uma série de fenômenos históricos e superar a abordagem limitadora do aparato biológico para explicar as diferenças masculinas e femininas na divisão sexual do trabalho e como esta implica diretamente no trabalho das marisqueiras.

2.2 Desigualdades nas relações de gênero e a divisão sexual do trabalho: desafios permanentes

Em todas as sociedades a forma mais comum da divisão do trabalho refere-se à distinção das atividades que são desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres. Trata-se da divisão sexual do trabalho, que se constitui em uma das bases da organização econômica da sociedade e seu impacto se dá, principalmente, nas relações de gênero. Nesse contexto está inserido o trabalho das marisqueiras onde se percebe nitidamente uma divisão de trabalho predominantemente de mulher.

Para tal compreensão temos como ponto de partida as concepções sobre as relações de gênero à luz de vários teóricos, para entendermos a divisão sexual do trabalho bem como os trabalhos ditos “produtivos e reprodutivos” dentro do contexto do sistema capitalista.

Cabe ressaltar que o conceito de gênero foi elaborado em meados dos anos 1970 utilizado inicialmente na linguística, esse conceito irá migrar para outras áreas das Ciências Sociais e para a Antropologia. É através da formulação deste conceito que nos estudos feministas se muda o foco da análise das relações de complementariedade para buscar compreender as relações de assimetria, ou seja, é a partir dos estudos de gênero que se buscará demonstrar que é no plano simbólico e no plano social que são construídos os gêneros masculinos e femininos (FONSECA et al, 2010, p.7).

Esse conceito fez avançar na compreensão da complexidade dessa articulação permitindo desnaturalizar uma série de fenômenos históricos e superar a abordagem limitadora do aparato biológico para explicar as diferenças masculinas e femininas. “Vários estudos e pesquisas já apontaram que as relações entre homens e mulheres são relações que atravessam a sociedade e se articulam com o conjunto das relações sociais; implicam antagonismo ou conflito ligado a relações de dominação e opressão; e podem ser modificadas historicamente” (COSTA et al, 2004, p. 8).

Para essa compreensão, utiliza-se o conceito de Scott (1995), uma feminista clássica que conseguiu avançar na discussão de forma mais ampla sobre relações de gênero, quando afirma:

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um

corpo sexuado”. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.75).

Para a autora, essas duas proposições relações sociais e representação de poder estão intrinsecamente relacionadas. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre às mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido, pelo contrário está em constante transformação, uma realidade presente nas relações das marisqueiras, porque ainda que essas mulheres possuam seus trabalhos no âmbito familiar, as relações de poder reforça seu papel de cuidadora, algo inerente a si mesmo.

Scott (1995, p.75) ainda historiciza o conceito de gênero e busca encontrar as maneiras pelas quais o mesmo legitima e constrói as relações sociais. Na sua concepção, esse é o primeiro passo para compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelos quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política é um dos domínios nos quais o gênero pode ser utilizado para a análise histórica.

Portanto, as relações de gênero ocorrem em vários espaços de interação social, como a família, os locais de trabalho, as diferentes instituições e o seus significados conformam subjetividades e identidades. Dessa maneira, as discriminações estabelecidas no mundo do trabalho entre homens e mulheres são fortemente marcadas por valores culturais, que transformam as diferenças em relações de desigualdade e de preconceito no que diz respeito às mulheres.

Assim, as teóricas feministas buscaram demonstrar que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não poderiam mais servir como paradigma de explicações para as desigualdades sociais, econômicas e culturais entre os sexos, verificados na maioria das sociedades.

Nesse contexto, tal percepção biologistica e naturalista ainda era uma herança perversa do patriarcado. Desta forma, gênero, gradativamente foi sendo substituído à categoria binária de sexo. O paradoxo ainda existente é que gênero substituiria sexo e este era essencial para se elaborar o significado da essência de gênero (TUBERT, 2003, p.49). Neste sentido o conceito de gênero buscou desnaturalizar as noções de papéis sexuais ligadas ao sexo biológico e demonstrar que as noções de masculino e feminino são construídas culturalmente.

Outra contribuição sobre esse assunto foi da autora Gayle Rubin (1975) trabalhou com a categoria “sistema sexo/gênero” em seu artigo “The Traffic of Women” definido por ela como conjunto de convenções nas quais a sociedade se apoia para transformar a sexualidade biológica em produtos de atividades humana e dentro das quais se satisfazem essas necessidades sexuais transformadas. O que fica implícito nessa proposição é a intrínseca relação existente entre a biologia e a socialização.

A princípio foram as feministas da antropologia que mais se identificaram e defenderam gênero como uma categoria de análise imprescindível em seus estudos. Segundo Gemma Orobitg (Apud TUBERT, 2003) o conceito de gênero, ainda que tenha surgido num marco construcionista, ele tende a essencializar o binário masculino/feminino. Para exemplificar, ela usou o termo “Mulheres” afirmando que para falar de gênero a antropologia usava MULHER o que para ela é sinônimo. Durante algum tempo se falava de Estudos de Mulher (nas Ciências Sociais e na História particularmente) como equivalente a gênero na medida em que se usavam categorias de desigualdades, submissão e poder.

A antropologia contribuiu para reforçar as inter-relações entre gênero e outros sistemas sociais tais como a cultura, socialização, parentesco, produção, reprodução, sexualidade e religiões. As relações com o político/poder vão, entretanto ser trabalhadas pelas feministas historiadoras.

A antropóloga britânica Strathern (1988) recusa o estatuto analítico do gênero. Para a autora, gênero é apenas um meio de aglutinar, em uma determinada sociedade, o modo como se organizam as práticas e as ideias em torno dos sexos e dos objetos sexuais. Portanto, é uma categoria empírica, que assinala uma descontinuidade entre corpos, objetos, eventos etc. de uma determinada ordem simbólica particular (STRATHERN, 1988 apud ARAÚJO, 2005, p.2).

Para Izquierdo (1994) o conceito de “gênero” é tratado como categoria analítica para compreender as desigualdades sociais.

Diferencia sexo e gênero, bem como desigualdades de gênero - distribuição desigual de poder em função do pólo produção/reprodução da vida e produção/administração de riquezas – e desigualdades de sexo – decorrentes do fato de essas atividades serem executadas por homens ou mulheres (IZQUIERDO, 1994, p.49).

Hirata (1998, p.69) explica essas desigualdades através da diferenciação técnica que se faz do trabalho na divisão por sexos. Os trabalhos considerados mais centrais, estáveis e com laços empregatícios formais, muitas vezes, vinculados a cargos de chefia, são usualmente ocupados por homens, enquanto os trabalhos periféricos, precarizados e com menor atribuição de responsabilidades, ou destinados a funções de atendimento, são legados às mulheres.

Em todas as sociedades a hierarquização e desvalorização do trabalho feminino se fez presente nas relações de gênero. Isto remete-nos a pontuar alguns momentos da história.

Nas sociedades pré-capitalistas e no início do processo de industrialização, o trabalho produtivo e o reprodutivo eram desenvolvidos no mesmo espaço (fato que ainda permanece em regiões do Brasil na forma de agricultura familiar), sendo comum o envolvimento de homens e mulheres no exercício das tarefas, uma vez que não havia separação entre esfera privada e esfera pública. Com o crescimento dos centros urbanos e a expansão da sociedade industrial, o trabalho produtivo passou a ser exercido no espaço público, separando-se da vida doméstica. Ou seja, a família perde a sua função de produção e torna-se uma unidade assalariada. Nesse contexto, disseminou-se a ideia de que o lugar da mulher era o lar, ficando sob sua responsabilidade o cuidado dos filhos e do marido – em que pese um grande número de mulheres das classes menos favorecidas integrar a produção social e ser fundamental para os homens o seu trabalho doméstico e extra doméstico (ALVES, 2013, p.286).

Federici (2019), em seu livro, *O Ponto Zero da Revolução*, toma como questão central a importância do trabalho reprodutivo feminino percebendo como as mulheres são antes partes essenciais do processo de produção capitalista, ainda que seu trabalho seja não pago e não reconhecido enquanto tal. Para a autora, o trabalho reprodutivo está, em todas as suas facetas, sujeito as condições impostas pela organização capitalista de trabalho e pelas relações de produção. A imensa quantidade de trabalho doméstico não-remunerado e depositado nas costas das mulheres é a razão da sobrevivência do capitalismo, diminuindo o custo da força de trabalho (FEDERICI, 2019, p. 214).

Nesse aspecto, a divisão sexual do trabalho camufla as desigualdades existentes no trabalho dito “reprodutivo” e “produtivo”, gerando ainda mais as diferenças salariais e naturalizando o trabalho doméstico como sendo próprio da

mulher. Nessa questão Federici (2019) aborda a realização do trabalho doméstico considerando como trabalho invisível, que mascara a exploração do sistema capitalista. A autora destaca, porém, que a luta deveria ser pela independência econômica, não pelo trabalho em si. As mulheres já trabalhavam em casa, necessitando, assim, de mais tempo, não de mais trabalho. Na citação abaixo retrata o quanto foi naturalizado o trabalho doméstico como responsabilidade da mulher, ainda que sem remuneração, os homens consideravam que as mulheres sentiam satisfação no que faziam e não exigia esforço.

Essas mulheres não veem que os homens esperam muito de nós justamente porque não somos pagas pelo nosso trabalho, que eles consideram ser uma “coisa de mulher” que não nos custa muito esforço. Os homens são capazes de aceitar nossos serviços e tirar proveito disso porque eles presumem que o trabalho doméstico é uma tarefa fácil para nós e que gostamos de realizá-lo, pois o fazemos por amor (FEDERICI, 2019, p.51).

Toledo (2001) destaca ainda que o trabalho doméstico é considerado um mecanismo de alienação da mulher. Assim sendo, as tarefas domésticas,

[...] é o trabalho alienado em si mesmo, já que nem mercadorias produz. Seu resultado não é concretizado em coisas palpáveis que possam se contrapor à mulher enquanto trabalhadora doméstica. Ela se anula em objetos não-visíveis. É trabalho que se esvai em trabalho. Se a alienação vem com a separação do homem do produto do seu trabalho, um trabalho que não gera produto (como é o caso do trabalho doméstico) só gera trabalho, é um trabalho contínuo, sem fim (TOLEDO, 2001, p. 47).

O avanço das relações capitalistas dissemina uma ideologia a fim de justificar e reforçar a ordem burguesa, pautada na valorização do trabalho disciplinado, moralizado, que em certa medida, em face das resistências dos trabalhadores, extrapola o chão da fábrica e invade a vida privada das famílias – definindo padrões de conduta em todos os ciclos sociais, promovendo a criação de determinados tipos de ofícios para o trabalho feminino e construindo especialmente um discurso favorável ao novo modo de vida capitalista.

As mulheres das classes populares foram convocadas a trabalhar nas manufaturas e, mais tarde, nas indústrias, onde a força de trabalho feminina era reconhecida, por empregadores, como fonte de mão de obra barata, pouco produtiva, adequada para determinados tipos de trabalho e considerada como um fenômeno social segundo os modos de ser da natureza feminina (HOBSBAWM, 2002).

No contexto apresentado da sociedade capitalista, vale observar que a divisão sexual do trabalho é um elemento da divisão do trabalho. O novo modo de vida capitalista e a separação entre campo e cidade deram origem a uma nova divisão do trabalho e, conseqüentemente, à divisão sexual do trabalho, principalmente no que diz respeito à separação do espaço de produção do espaço do lar.

As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2013, p.36).

Essas ideias marcam uma linha divisória entre a força de trabalho feminina e a masculina na sociedade burguesa, pois, ponderava-se, há trabalhos que são considerados de homem e trabalhos de mulher. As explicações para isto, segundo SCOTT (1991, p.454) provém dos argumentos que tratam da transferência do trabalho produtivo do lar para a fábrica durante o processo de industrialização, entre maternidade e salário, entre feminilidade e produtividade.

A mudança da produção do ambiente familiar para a manufatura e daí para a grande indústria, separando o lar do trabalho, foi usada por reformadores médicos, estatísticos, legisladores e cientistas para levantar questões políticas e morais sobre a 'mulher trabalhadora'. O que estava em jogo naquele momento era encontrar respostas para os questionamentos sobre o trabalho da mulher fora de casa e o tipo de trabalho que seria mais adequado a ela, demarcando a diversidade entre homens e mulheres no que diz respeito à formação, à capacidade de trabalho, a diferenças biológicas e funcionais. A resposta para essas questões construiu um discurso articulado com o novo modo de vida capitalista, fomentando a criação de uma força de trabalho feminina apta a exercer determinados tipos de ofícios (ALVES, 2013, p.282).

Diante desse contexto é necessário citar Saffioti (1978, 1979) como referência importante sobre estudos relacionados ao trabalho doméstico nas décadas de 1970 e 1980. Para a autora, o trabalho doméstico não correspondia à produção simples de mercadorias, nem ao trabalho improdutivo e a família seria uma instituição não

capitalista. Em suma, o trabalho doméstico estaria situado em um âmbito não capitalista e seria, portanto, incapaz de extrair mais-valia. No entanto, ainda que por meio do trabalho assalariado, o trabalho doméstico atuaria de forma não capitalista em formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. Nessas formações capitalistas, a família auxiliaria na reprodução ampliada do capital. Assim, o problema estaria na injusta divisão do trabalho entre os sexos e não precisamente na natureza do trabalho doméstico. Além disso, a autora compreendeu que naquele período as trabalhadoras brasileiras constituíam um “exército industrial de reserva”, tal como Karl Marx o elaborou.

O trabalho para o qual as mulheres eram contratadas, considerado 'trabalho de mulher', dito como apropriado às suas capacidades físicas e produtivas, determinando sempre a elas as funções mais baixas na hierarquia ocupacional e menores salários. Os homens, por sua vez, observavam a entrada de mulheres no mercado de trabalho como uma ameaça para a diminuição dos seus salários. Entretanto, vale esclarecer, conforme Safiotti (1979), que o salário pago pelos empregadores tanto para homens como para mulheres "não representa o valor criado pelo produtor imediato e que muitas vezes não chega mesmo a corresponder às necessidades de produção e reprodução da vida do trabalhador" (SAFIOTTI, 1979, p. 39).

No bojo deste debate está a discussão sobre a divisão sexual do trabalho. Este conceito, que tem seu nascimento também na década de 1970, conta com duas perspectivas analíticas, conforme mencionam Hirata e Kergoat (2007, p.596): uma que serve para a constatação das desigualdades entre homens e mulheres, e a outra que procura retomar a origem destas desigualdades para compreender o surgimento desta divisão.

Alguns princípios são usados para legitimar a divisão sexual do trabalho. Em relação aos baixos salários recebidos pelas mulheres, as interpretações históricas dominantes justificam o fato de os ganhos recebidos pelos homens serem calculadas de modo a garantir a sua sobrevivência e a reprodução da família. Os salários das mulheres seriam definidos como ganhos suplementares ao salário do homem, suficientes para o seu próprio sustento e o da família. O trabalho doméstico não era levado em conta nas discussões a respeito da reprodução das futuras gerações; conseqüentemente, era difícil para elas conseguirem ganhar a vida sozinha ou produzir algum valor econômico expressivo. Contavam também para diminuir os salários das mulheres os argumentos de que elas eram menos produtivas do que os

homens, pois não trabalhavam tão arduamente quanto eles; além do mais, o que produziam importava um menor valor econômico (ALVES, 2013, p. 284).

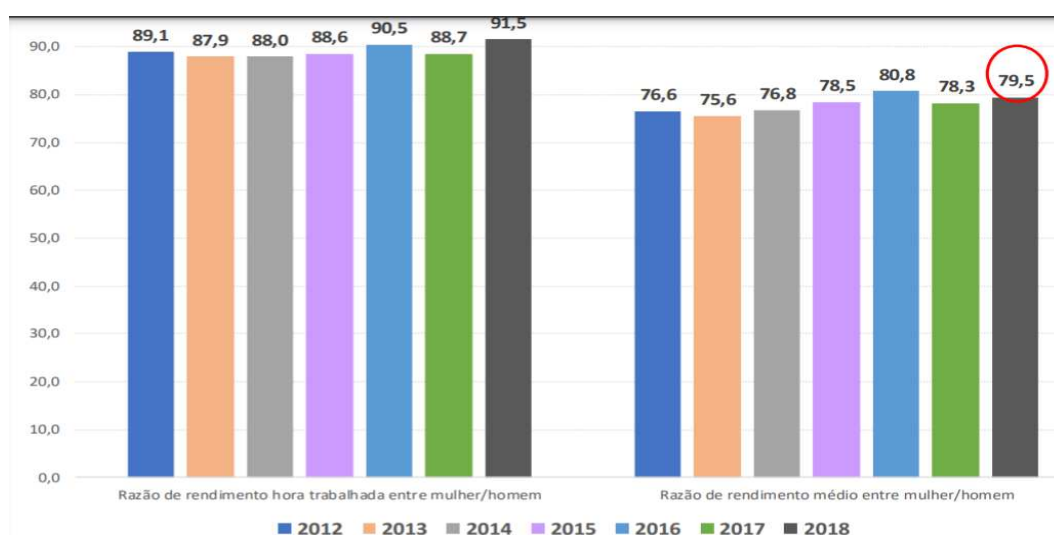
Nesse aspecto, Federici (2017, p.12) afirma que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho. Argumenta ainda que a subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza “improdutiva” do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens. Essa realidade tem mudado, embora timidamente, as mulheres marisqueiras reconhecem que seu trabalho também tem sua relevância tanto quanto do seu marido ou companheiro, pois ambos contribuem nas despesas da casa.

Embora houvesse o aumento de inserção das mulheres no mercado de trabalho é ainda presente a divisão sexual do trabalho, a mulher assume cargos compatíveis com sua formação, no entanto recebe uma remuneração abaixo, comparada a mesma função do homem. Kergoat (1998, p.67) explica que esta divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc). Esta realidade encontra-se na vida das marisqueiras, quando se trata de uma produção que está mais no âmbito doméstico e se mescla com suas atividades econômicas, o que torna um trabalho invisível quando comparado ao trabalho do homem.

O **Gráfico 2** abaixo retrata essa diferença salarial, baseado em hora trabalhada entre homem e mulher. A população ocupada de 25 a 49 anos totalizava 56,4 milhões de pessoas no Brasil em 2018. Esse contingente era composto por 54,7% de homens e 45,3% de mulheres. Essas estimativas não apresentaram variações importantes desde 2012, mostrando o predomínio da participação masculina no contingente de ocupados. Em 2018, o valor médio da hora trabalhada era de R\$ 13,0 para as mulheres e de R\$14,2 para os homens, indicando que o valor do rendimento da mulher representava 91,5% daquele recebido pelos homens. A comparação das jornadas de

trabalho⁴ mostrava um número inferior de horas trabalhadas na semana para as mulheres. Em média, o homem trabalhava 42,7 horas, enquanto a mulher 37,9 horas, o que acarretava cerca de 4,8 horas a menos na jornada semanal da mulher em 2018. A redução dessa diferença em comparação a 2012, quando era de 6,0 horas, foi decorrente de a redução das horas trabalhadas ter sido mais acentuada entre os homens (queda de 1,6 hora) do que entre as mulheres (0,4 hora).

Gráfico 2 - Razão (%) do rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres em relação ao de homens de 25 a 49 anos de idade ocupados da semana de referência, segundo o rendimento médio por hora trabalhada e o rendimento médio total - Brasil – 4º trimestre



Fonte: IBGE/PNAD, 2018

Observou-se que, apesar da mulher estar ocupando o seu espaço no mercado de trabalho na sociedade atual, fato importante para sua autonomia financeira, há evidentes desníveis salariais entre homens e mulheres, além de uma divisão desigual da carga de trabalho familiar. Nesta análise percebe-se também que a dupla jornada de trabalho das mulheres não é considerada dentro das horas trabalhadas, o que acentua violentamente essa desigualdade no mundo do trabalho. Nesse sentido, Federici (2017, p. 11) aponta que “a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do

⁴ Refere-se às horas trabalhadas em todos os trabalhos voltados para o mercado, excluindo, portanto, as horas dedicadas a outras formas de trabalho, tais como afazeres domésticos e cuidados de pessoas. (PNAD/2018)

capitalismo, construído sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais”.

Ocorre que a produção capitalista opera uma divisão social do trabalho que separa essas duas dimensões, corte que se efetiva tendo por eixo uma construção social sexuada, em que cada sexo passa a ter uma atividade exclusiva e determinada que lhe é imposta (MARX, ENGELS, 1998, p.29 apud DIAS,2010).

É preciso destacar que justificativas para a divisão sexual do trabalho tende a naturalizar a desigualdade. Mas é importante frisar que ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída, não é imutável. Mas tem princípios que permanecem; o que modificam são as modalidades. Isso nos ajuda a pensar sobre a permanência dessa desigualdade.

Diante dessa contextualização utilizou-se o ponto de partida do entendimento de Hirata (1995) que afirma de que mulheres e homens formam dois grupos sociais, os quais estão envolvidos em uma relação social específica, que são as relações sociais de sexo ou relações de gênero, cuja base material é o trabalho. Para a autora a divisão sexual do trabalho é, assim, a expressão da base material das relações sociais de gênero. Neste aspecto, a divisão sexual do trabalho está ancorada em dois princípios.

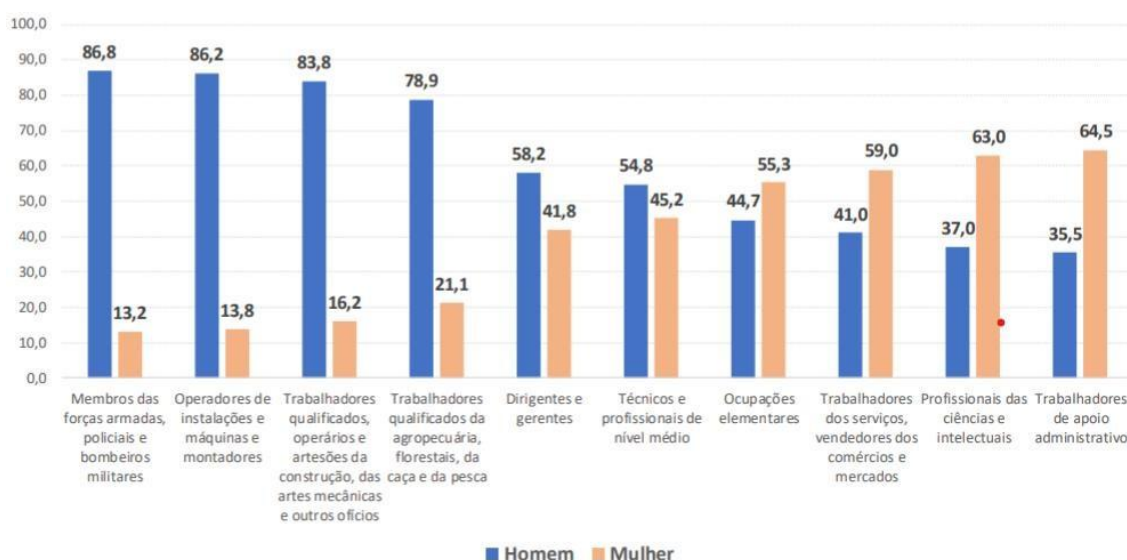
O princípio de separação, no qual haveria trabalhos convencionalmente femininos e masculinos, e o princípio de hierarquia, no qual os trabalhos masculinos teriam maior valor e prestígio do que os femininos. Trata-se de separações e hierarquias que conformam toda a estrutura das sociedades capitalistas e sua principal característica é estabelecer o lugar da produção para os homens e o da reprodução para as mulheres, constituindo uma hierarquia entre eles (HIRATA,1995, p.43).

Nessa concepção a "divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder" (HIRATA, 2002, p. 280), baseia-se em dois pressupostos organizadores, o da 'separação', que distingue trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da 'hierarquização', que indica ser maior o valor do trabalho de homens (KERGOAT, 2009, p. 67).

Nos dados do IBGE/PNAD-2018 revelam nitidamente essa segregação, observa-se que os números crescem na participação da mulher, onde se criou culturalmente o que se entendia ser trabalho para mulher, essa compreensão também vale para concepção do trabalho do homem. A participação das mulheres foi ressaltada nas ocupações elementares (55,3%), trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (59,0%), entre os profissionais das ciências e

intelectuais (63,0%) e como trabalhadoras de apoio administrativo (64,5%) – grupamentos nos quais elas eram maioria dentre os ocupados. O predomínio dos homens, por outro lado, era observado nos grupamentos que tinham, relativamente, as menores participações de ocupados, como os de membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (86,8%); operadores de instalações e máquinas e montadores (86,2%); trabalhadores qualificados, operários e artesões (83,8%) e os trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (78,9%), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 -Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal, segundo o sexo - Brasil - 4º trimestre – 2018



Fonte: IBGE/ PNAD, 2018

No empreendimento do marisco, a divisão sexual do trabalho não é diferente, o homem exerce atividade da pesca, trabalha no mar e a mulher fica em casa sambucando marisco, por ser considerado um trabalho mais “leve” e se agregar aos trabalhos domésticos. Leitão (2014, p. 399) explica que essas hierarquias existentes nas atividades delimitam os espaços de poder entre homens e mulheres nos chamados papéis de gênero. Espaços que foram constituídos socialmente e neste processo de construção social dos comportamentos atribuídos às subjetividades do masculino e feminino, persistem as representações sociais que diferenciam o lugar dos sujeitos nas atividades a serem realizadas na casa e na rua consequentemente nas profissões e na reprodução social, no uso do tempo e na divisão desigual do

trabalho doméstico.

A divisão sexual do trabalho, mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexo oposto, fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração que sofrem os sexos e se acentua na base social da opressão e da desigualdade.

Esta definição dos espaços entre produção e reprodução, público e privado vivenciados pelos sexos ou pelos componentes familiares remete a diferentes formações sociais.

No mundo grego, por exemplo, a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho já evidenciavam as desigualdades nas relações sociais entre os homens: a exploração do homem pelo próprio homem e a exploração de gênero. Aos homens livres, era reservada a vida pública, a responsabilidade pelas decisões sobre a vida da cidade. No mundo medieval, o trabalho fazia parte da vida das famílias, pois não se separava o lugar onde as pessoas moravam do lugar do ócio e dos atos sociais dessas pessoas. A mulher camponesa era ligada ao marido no seu trabalho como artífice ou pequeno comerciante; eles eram unidos por interesses únicos. Entretanto, o espaço da unidade familiar não era homogêneo, uma vez que apresentava diferenciações nas relações entre os sexos, entre espaço público e espaço privado. O marido era o responsável pela mulher, que não tinha quase nenhuma relação direta autônoma com o poder público nem com indivíduos estranhos à família (OPITZ, 1990, p.384).

É consenso que o paradigma da divisão sexual do trabalho em muito enriqueceu o debate sobre o trabalho da mulher nos espaços ditos públicos e privados, mas permanece a desigualdade, a grande questão é: como mudar essa situação? Souza-Lobo (1991, p.200) avança nessa discussão, ao tempo que reconhece que a divisão sexual do trabalho é uma das divisões nas relações de trabalhos e sublinha que tal paradigma contribuiria ao exorcismo da sociologia do trabalho, seu viés produtivista e generalista.

Então, entender a divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades (HIRATA, 2009, p.72).

Além disso, a noção de divisão sexual de trabalho aqui discutida tem reflexos também no âmbito da pesca artesanal que ainda não foram superados em sua totalidade, conforme veremos no próximo capítulo.

3 O TRABALHO DAS MARISQUEIRAS NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Como podemos perceber “a divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas. Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter qualquer escala (regional, nacional, internacional) capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição sócio produtiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior” (MASSEY, 1984 apud BRANDÃO, 2008, p.10).

Essa contextualização remete a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, que é muito comum na realidade das mulheres que trabalham na pesca artesanal no município de São José de Ribamar, o seu entrosamento das atividades no âmbito produtivo (catação do marisco) e reprodutivo (afazeres domésticos). Essas atividades são organizadas de tal forma, durante o dia, que se misturam e acabam sendo percebidas naturalmente como integrantes de sua rotina diária.

Desse modo é objetivo deste capítulo tratar da caracterização socioeconômica e cultural das marisqueiras e analisar o seu trabalho dentro da cadeia produtiva pesqueira no município de São José de Ribamar, no intuito de identificar as relações de gênero presentes na pesca artesanal.

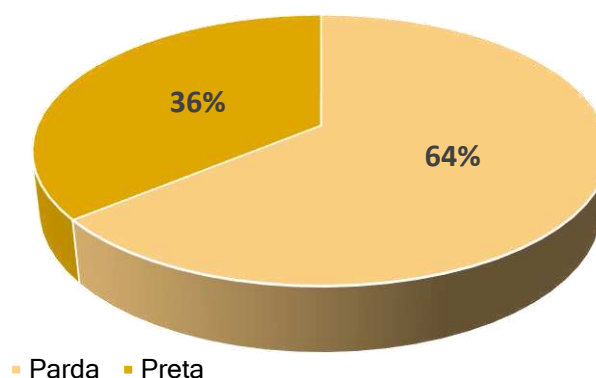
3.1 Caracterização socioeconômica e cultural das marisqueiras

Para conhecer melhor a realidade das marisqueiras, traçou-se seu perfil socioeconômico e cultural a partir da coleta de dados realizada em campo, pois “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (NETO CRUZ, 2001, p.53).

O universo pesquisado contou com 14 (quatorze) participantes, escolhidas entre as integrantes do projeto da Casa das marisqueiras e as mulheres que trabalham em casa, do qual obteve-se os seguintes resultados:

Quanto a cor ou raça constatou-se entre as entrevistadas da pesquisa, através da sua auto declaração: 64% são de cor parda e 36% de cor preta. Percebe-se que a cor branca não constou entre as participantes, isso prova que ainda temos o gueto de certos tipos de serviços que determinam a cor ou raça, ou seja, a divisão do trabalho ainda se dá na distribuição da hierarquização social, racial versus ocupação. Onde estão as mulheres brancas enquanto as pardas estão em trabalhos precários? Esta questão vislumbramos na própria formação sócio-histórica brasileira e nos seus processos de escravização, uma falsa “abolição” foi decretada, pois a mulher negra sempre esteve em desvantagem no mundo do trabalho, o que contribuiu para sua discriminação e desigualdades de gênero, raça e sexo enfrentadas ao longo dos tempos. Como afirma Almeida (2019, p.105) no seu livro *Racismo Estrutural*: “ O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição “biológica” de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias”.

Gráfico 4 - Cor ou raça

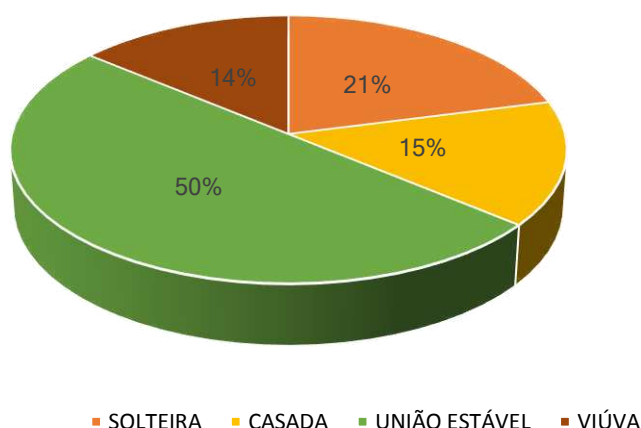


Fonte: Dados da pesquisa, 2020

No que tange ao estado civil, teve-se um universo bem diversificado, 21% são solteiras, 15% são consideradas casadas, 50% possuem união estável e somente

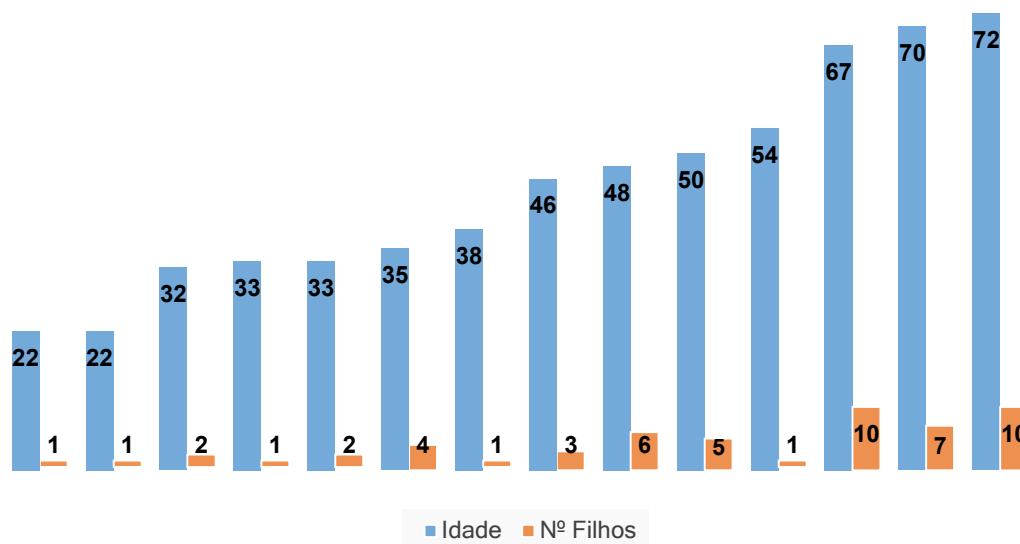
14% são viúvas. Vale ressaltar que as entrevistadas que se consideraram solteiras, já tiveram companheiros, possuem filhos e sustentam a casa, consideram-se a única provedora da família.

Gráfico 5 - Estado civil.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

A idade relatada varia de 22 anos a 72 anos, será relacionado com seus respectivos números de filhos, conforme gráfico abaixo. Cabe destacar que a catação do marisco abrange todas as idades e essas mulheres começam muito cedo já ajudando suas mães, uma prática que ao longo do tempo tornou-se uma rotina, são trabalhos que se misturam com os afazeres da casa. Dentre as entrevistadas, também tem mulheres aposentadas que continuam sustentando suas famílias através da catação do marisco. Nos dados coletados constou que todas as participantes tem filhos, correspondendo uma proporção que varia de 1 a 10. As únicas que tiveram 10 filhos, foram mulheres que possuem uma faixa etária de 67 anos e 72 anos. Percebeu-se que cada vez mais a mulher está diminuindo o seu lado materno. As pesquisas oficiais apontam que essa realidade se dar por conta do controle da natalidade, a mulher pode hoje planejar sua vida familiar escolhendo o número de filhos que pretende ter. Por outro lado notou-se que as mulheres mais jovens, começam muito cedo a constituírem famílias e abandonar seus estudos, o que pode ser um agravante na sua inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 6 - Nº de filhos por idade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

No que se refere a escolaridade, comprovou-se que o grau de instrução das marisqueiras é muito baixo. 15% concluíram o Ensino Médio Completo (EMC), 21% possui Ensino Médio Incompleto (EMI), 36% concluíram Ensino Fundamental Completo (EFC), 7% apenas tem o Ensino Fundamental Incompleto (EFI), existe 7% que Não é alfabetizada (NA) e 14% são Alfabetizadas (A) (**Gráfico 7**). Muitas das entrevistadas relataram que os motivos que abandonaram o estudo foram vários fatores: 57%, constituição de famílias, 7% a escola era longe de casa, 7% foram as condições financeiras, 7% mudança para outra localidade, 15% o motivo foi que começaram trabalhar muito cedo e 7% não teve interesse (**Gráfico 8**). A constituição da família, é ainda um dado relevante visto que muitas mulheres deixam de estudar e também de trabalhar, paralisando seus sonhos. Sabe-se que a constituição de família em si não é obstáculo, acontece que ainda temos uma sociedade machista. O outro fator interessante é que apenas 15% afirmaram que não conseguiram conciliar os estudos com o trabalho. O fato é como constituíram famílias muito cedo e não tinham com quem deixar seus filhos, isso também o impediu de buscar novas oportunidades de emprego, visto também que sua escolaridade não era favorável para concorrer no mercado de trabalho. Nesse aspecto, percebe-se que o marisco foi a saída, pois não

existia tanto estudo e nem deslocamento para trabalhar, em casa mesmo poderiam ganhar seu próprio sustento e cuidar dos afazeres domésticos:

Não tive tempo para estudar, tive filho muito cedo e comecei a cuidar da família (Gracival dos Santos Bezerra, 48 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Não procurei trabalho, porque não tive pessoas para deixar meus filhos e não tive como terminar meus estudos (Karina Diniz, 32 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

Onde eu morava era muito longe da escola, acabei desistindo de estudar (Maria Aparecida Costa, 70 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

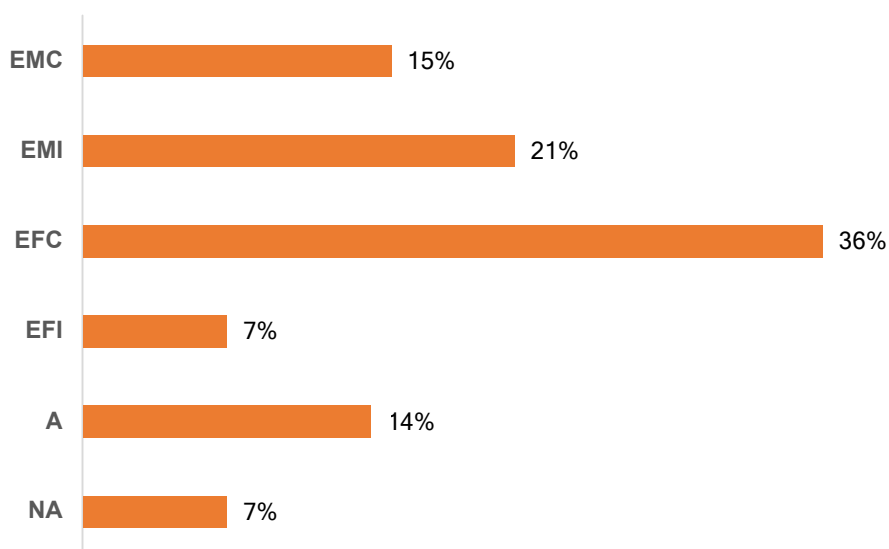
Mudei para outra localidade e não procurei estudar [...], tive logo filho (Silvia Vilela, 22 anos, marisqueira moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

Meu pai não deixava eu sair de casa[...] engravidei cedo (Deuzuita Diniz, 72 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

Procurei família cedo, comecei a trabalhar em casa de família (Vera Lucia Vera, 51 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, fev.2021).

Esses depoimentos confirmam as dificuldades que essas mulheres enfrentam durante sua trajetória de vida, abdicando de si mesmo em favor do cuidado dos filhos e/ou da família, assumindo uma responsabilidade que poderia ser compartilhada com seu companheiro.

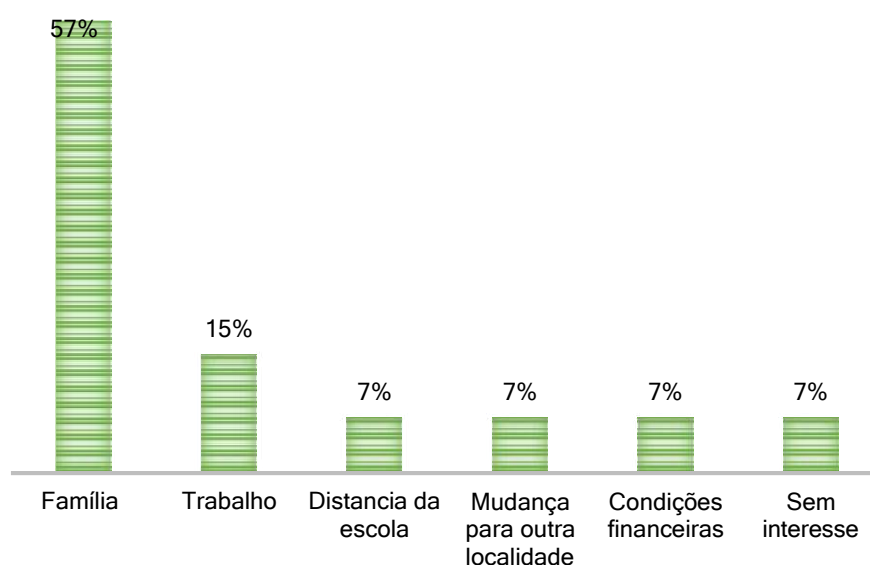
Gráfico 7 - Escolaridade.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

É evidente que o nível de escolaridade repercute na precarização do trabalho e subemprego, visto que o mercado de trabalho é competitivo e excludente. Essas diferenças acabam atingindo nos rendimentos, pois de acordo com Suarez e Soares (2000) “ três fatores são cruciais: diferencial de qualificação, diferença no modo de inserção no mercado de trabalho e diferencial salarial puro, que está mais diretamente relacionado à discriminação”.

Gráfico 8 - Motivos do abandono escolar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Esses dados revelam que essas mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e os familiares, vivem em condições de vulnerabilidade social e tem sido as mais sacrificadas pela dupla jornada e pela divisão sexual do trabalho que as retira da escola, da vida social e política. A representação da mulher como base do lar é tão forte, que se sobrepõe ao acúmulo de tarefas e acentua as desigualdades de gênero.

Nesse aspecto, existe uma expressiva necessidade de políticas públicas voltadas a criação de creches para que as mulheres possam deixar seus filhos para trabalhar e/ou estudar. Para a autora Soares e Dias (2018, p. 2) enfatiza que é preciso compreender, problematizar, propor alternativas e fortalecer a luta que denunciam e

exigem respostas frente aos desafios que as mulheres enfrentam para conciliar o cuidado com os filhos e estudar, sobretudo em um contexto que negligencia direitos conquistados, como no caso da creche.

A Constituição Federal-CF(1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA(1990) garante que a creche pública é direito das mulheres, crianças e famílias, fruto de muitas lutas dos movimentos de mulheres e feministas, setores da educação e do movimento estudantil.

O desafio é efetivar esse direito na prática, as poucas creches que temos, ainda são sucateadas e sem estruturas apropriadas. Enquanto isso, só resta depender de laços de solidariedade entre familiares e vizinhos para os cuidados com os filhos, que nem sempre é possível ocorrer.

No entanto, falar do trabalho das marisqueiras é também tratar de trabalho doméstico, pois este faz parte do seu cotidiano. Para a mulher, a vivência do trabalho implica na combinação destas duas esferas. A permanência da responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos e cuidados com filhos e idosos indicam a continuidade de modelos familiares tradicionais que sobrecarregam as novas trabalhadoras (BRUSCHINI, 2007).

Na pesca artesanal, há uma articulação entre produção e reprodução, uma influência mútua entre as duas esferas que se perpetua a cada geração na estruturação das famílias. A mariscagem e as demais atividades da pesca artesanal, podem ser consideradas uma tradição, por seu caráter de transmissão de conhecimento de mãe para filho. Essa manifestação cultural está associada à identidade assumida a partir de suas experiências cotidianas com a pesca.

Nesse aspecto, quando se perguntava na entrevista quanto ao trabalhar fora prejudicaria a educação dos filhos, não se obteve um consenso. Somente as 6 (seis) marisqueiras que estavam no projeto afirmaram que não prejudicaria a educação dos filhos, o que corresponde a 43%, desta porcentagem, 21% possuíam ainda crianças e 57% ainda consideravam que trabalhar fora prejudicaria a criação dos filhos. A cultura que a mãe é a referência na educação dos filhos continua presente. Essa questão é justificada da seguinte forma:

É melhor trabalhar em casa, porque tem as tarefas de casa para fazer, às vezes os netos ficam comigo para cuidar, tem o marido que chega da pescaria [...], eu ganho mais dinheiro com meu trabalho em casa mesmo (Ana Isabel

Oliveira da Silva, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

Na maioria das vezes não tinha com quem deixar meus filhos pequenos pra sair e se trabalhasse fora de casa prejudicaria a educação deles (Maria Pereira dos Santos, 67 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, out.2020);

É preciso tirar um tempo para tudo, para sustentar a família e educar os filhos (Valdirene Ramos Almeida, 33 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Quando eu ia para o projeto sempre deixava com alguém de confiança, mas quando chegava fazia as atividades escolares deles (Ana Maria dos Matos Santos, 35 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, fev.2021);

Se tiver onde eles ficarem, acho que não prejudica (Vera Lucia Vera, 51 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, fev.2021).

Esses depoimentos revelam que cuidar dos filhos e das suas tarefas escolares são muitas das vezes impedimentos para as entrevistadas buscarem trabalho fora, uma vez que muitas delas às vezes assumem o papel de única provedora da família, então trabalhar com marisco é também uma alternativa de ser dona do seu próprio empreendimento.

As atividades começam muito cedo para que as mulheres possam conciliar os afazeres domésticos com a catação do marisco. Esta é uma rotina diária, não existe tempo para lazer e nem tampouco para seu descanso. É muito comum quando extraem o sururu da casca, jogam no quintal para servir como pavimento. Percebeu-se que essa reutilização poderia também ser empregado em artesanato como mais uma fonte de renda, no entanto ainda não se despertaram para tal ideia.

Acordo cedo, prefiro logo ir limpando o sururu para depois fazer as coisas de casa, às vezes passo o dia todo trabalhando com sururu, quando é muito, paro para almoçar e depois continuo[...]. As cascas costumam jogar no quintal, serve para pavimentar o terreno [...]. Quando minhas noras estão aqui elas também me ajudam (Ana Isabel Oliveira da Silva, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020).

Figura 1 - Casca de sururu jogada no quintal



Fonte: Autora, 2020

Figura 2- Sra. Ana Isabel e nora em casa catando o sururu.



Fonte: Autora, 2020

Esse relato retrata muito bem a dupla ou tripla jornada de trabalho das marisqueiras, cuidar dos afazeres de casa e conciliar com a catação do marisco reflete a realidade brasileira de muitas mulheres. Por outro lado, sabe-se que o trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (FEDERICI, 2019).

As autoras Hirata e Kergoat (2007, p.599) criticam a permanência do trabalho doméstico ser atribuído apenas a mulher,” ao invés de se utilizar este conceito para questionar a estrutura salarial do trabalho, fala-se em termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas” como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado.”

Nesse aspecto, os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos, justificam algumas vezes a inserção das marisqueiras na catação do sururu porque, além de ajudar na renda familiar, é uma ação em que elas podem conciliar as atividades sem maiores dificuldades, mesmo que essa conciliação seja realizada de forma desigual. Ressalta-se que essa é uma das queixas das mulheres que deixaram de participar da Casa das marisqueiras, porque tinham filhos pequenos, mas não tinham com quem deixar suas crianças. Essa dificuldade se comprova no relato do Sr. Bruno Heleno Almeida Vidal (gerente da Casa das marisqueiras, São José de Ribamar, out. 2020) “Muitas das marisqueiras abandonaram a Casa porque tem filhos pequenos e não temos creche próximo, já avaliamos esse aspecto e propomos uma criação de creche aos gestores”.

Constatou-se que a casa é ainda o espaço de produção das marisqueiras, isto se afirma quando as participantes da entrevista relataram que recebem em sua residência o sururu por meio dos fornecedores, outras, os próprios maridos vão extrair no mar, é o caso da Sra. Ana Isabel Oliveira da Silva.

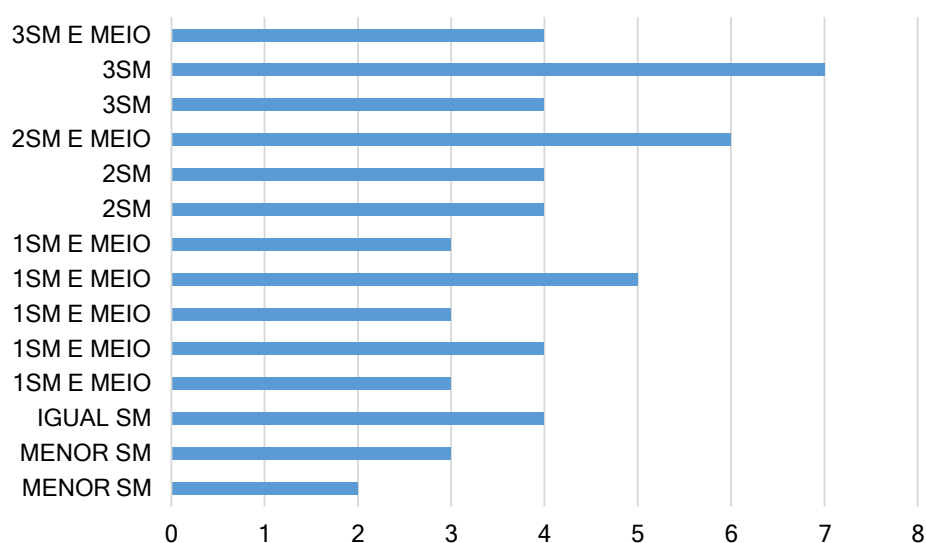
Figura 3 - Marido da Sra. Ana Isabel colocando o sururu na lata para vender.



Fonte: Autora, 2020

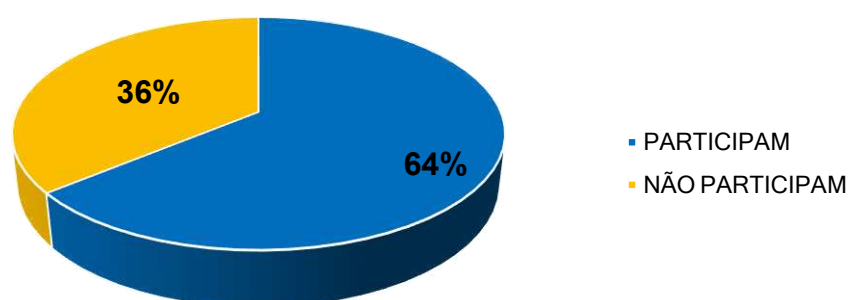
Assim estabelecem-se tarefas, responsabilidades e mesmo atribuições apropriadas para homens e mulheres nas diversas culturas, e, embora entre estas se possam apresentar diferenças significativas, a divisão é marcada pela distinção de sexo.

As **figuras 2 e 3** acima expressam nitidamente que o espaço do privado e o público são duas dimensões que demarcam as relações de gênero, enquanto a Sra Ana Isabel Oliveira da Silva fica em casa catando sururu, seu marido vai ao mar capturar o marisco. Isto ocorre quando a divisão dos papéis entre homens e mulheres se constrói, assim, dentro dos lares por meio da divisão do trabalho, no qual as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres não são reconhecidas como trabalho e, “[...] mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, este é muitas vezes visto como uma ‘ajuda’ (SHWENDLLER, 2002, p.3). No que refere-se a renda familiar ainda é muito baixa o nível de vida dessas mulheres. O cálculo da renda foi realizado com base no valor total que as pessoas recebem do seu trabalho sem retirada das despesas fixas, o que pode diminuir muito mais. Vale ressaltar que a renda informada na pesquisa varia de meio salário mínimo a três salários e meio, sendo que este valor não é fixo, pois são famílias que em sua maioria vivem de trabalhos informais e algumas dependem da catação do sururu como única fonte de renda. Concluiu-se que as marisqueiras vivem em sua maioria apenas de um salário mínimo e meio, o que é insuficiente para o sustento de uma família, principalmente quando possuem crianças na composição familiar. Constatou-se também que as participantes que possuem três salários e meio, são famílias que apresentam dois aposentados e mais membros que trabalham. Segue o gráfico abaixo:

Gráfico 9 - Renda familiar por quantidade de pessoas na casa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Quanto a participação nos programas de transferência de renda do governo federal, 64% informaram que participam do programa bolsa família e 36% não participam; as entrevistadas que relataram não participarem são aposentadas e ou pensionista, motivos pelas quais não atendem aos critérios do programa. Percebe-se ainda que o programa bolsa família continua sendo o maior programa de transferência de renda de alcance das famílias pobres brasileiras, mesmo com suas fragilidades de execução.

Gráfico 10 - Participação no Programa Bolsa Família.

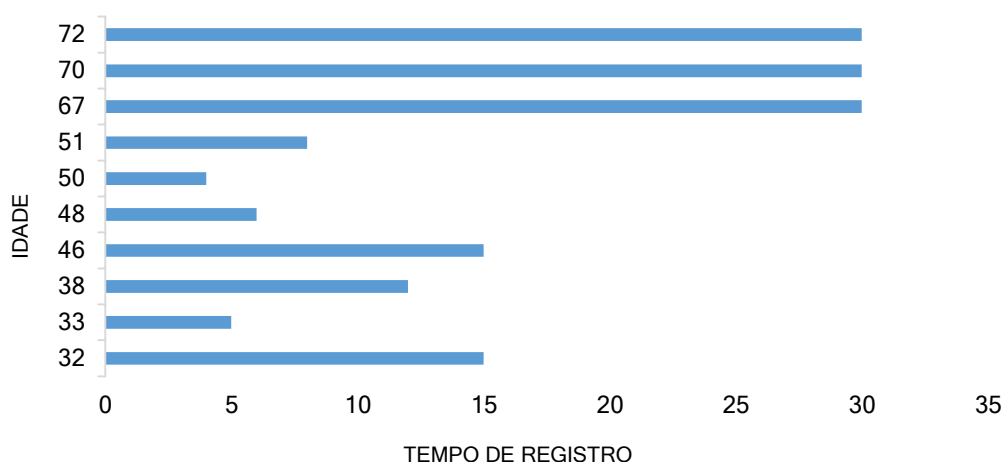
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

No que tange ao registro da profissão na colônia, existe 29% participantes que não possuíam a carteira de marisqueira e 71% que tinham a carteira da colônia, conforme gráfico abaixo. Observou-se que o motivo não é a falta de conhecimento dos seus direitos, e sim, a falta da devida importância para tal situação. No entanto não invalida a sua trajetória de vida, continuam sendo mulheres que lutam todos os dias para manter seu sustento e de sua família. Vale ressaltar que o tempo de registro da profissão variou de 4 a 15 anos, o que notou-se que as entrevistadas começam muito tarde a se associarem na sua instituição de representação, uma vez que exercem suas atividades desde criança. Isso irá repercuti diretamente na garantia de seus direitos previdenciários. Os depoimentos das marisqueiras caracterizam que sua identidade é construída a partir da relação entre espaço e trabalho. Notou-se também que o reconhecimento da sua profissão não se traduz exclusivamente pela inclusão das mulheres nas colônias de pesca ou entidades de classe através das quais recebem seus direitos trabalhistas ou do trabalho das associações, mas sobretudo parte da autoafirmação do trabalho que realiza.

Gráfico 11 - Registro da Profissão.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Gráfico 12 - Tempo de registro da profissão por idade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Outro dado relevante, é quanto ao sustento da casa, todas as participantes da pesquisa afirmaram que contribuem no sustento da família através do seu trabalho, encontrou-se três entrevistadas que são as únicas arrimo da casa, onde não possuem companheiro, apenas crianças no seu convívio, assumindo o papel de mãe e pai ao mesmo tempo. A autora Macedo (2008) explica muito bem esta “nova” configuração, quando aponta que os órgãos de pesquisas oficiais por muito tempo camuflaram através das estatísticas uma falsa chefia familiar, sendo delegado ao homem. Questiona também uma homogeneidade artificial construída às mulheres chefes de família apresentada pela maioria dos estudos, e que insiste em reforçar um perfil uniforme dessas mulheres – vistas, predominantemente, como as mais pobres entre os pobres, esclare que este fato é multifacetado e se explica pela perspectiva de gênero, é também fruto de “transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo”, e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, fazendo que essa chefia possa ter múltiplos significados” (MACEDO, 2008, p.395).

A realidade está mudando gradativamente, a mulher está assumindo sua participação no sustento da família, ganhando autonomia, mesmo àquelas que tem companheiro ou marido, elas também participam contribuindo no orçamento familiar, por outro lado, isso tem acontecido de forma desigual e com muitos prejuízos a serem superados. Como podemos perceber claramente na experiência da Sra. Eloisa Queiroz dos Santos (33 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de

Ribamar, nov.2020) que se inseriu na vida de marisqueira, depois que se separou do marido, quando afirma: “o marisco melhorou muito minha vida financeira [...] dependia do marido para me sustentar [...] Quando me separei, procurei trabalhar com marisco, que me ajudou muito no meu sustento e na minha autoestima”.

Nesse sentido o trabalho com marisco representou para Sra. Eloisa Queiroz dos Santos uma grande importância na sua vida, conseguiu obter autonomia financeira e auto estima, isso ficou demonstrada visivelmente no seu relato. Portanto o trabalho “representa para muitas mulheres também uma realização pessoal, por ser um espaço construído individualmente, no qual se sentem valorizadas como pessoas” (COELHO, 2002, p.70).

Conforme Costa (1998), quando as mulheres estão engajadas em grupos produtivos e ao conquistarem independência financeira, há uma elevação da autoestima e diminuição do estresse, pois não estão restritas apenas ao âmbito privado e não dependem exclusivamente de seu companheiro.

3.2 O trabalho das marisqueiras e as relações de gênero na pesca artesanal

Nesta sessão procura-se elucidar a concepção de pesca artesanal, destacando suas principais características, e contextualizando a catação do marisco como uma atividade predominantemente feminina. Ressalta-se os depoimentos aqui relatados, na perspectiva de entender as relações de gênero no universo da pesca artesanal.

Tradicionalmente o cultivo do marisco é antigo em São José de Ribamar, é uma herança transmitida de mães para filhas. Desde crianças ajudam de alguma forma no sustento da família, seja lavando o sururu, carregando lenha, jogando fora a casca . Sobre isso relata Antonio Miranda:

As marisqueiras faziam um cesto de cipó grosso onde colocava o sururu que tirava da lama. Com a água da praia lavavam o sururu, siri, caranguejo. Era o meio delas trabalharem[...] pegavam na praia do bairro São Raimundo, praia da Boa Viagem e Itaparipeua, eram os locais que tinham mais marisco. Desde o início já vendiam marisco, peixe, na frente do cemitério ou no mercado perto da igreja matriz e na praça do cruzeiro, Vinham do Bairro São Raimundo, Mirititua e Gambarrinha. Os homens vendiam também com o covo sobre o ombro e ofereciam nas ruas os produtos. Tinha duas mulheres que vendiam na rua, era considerado “mulheres homem”: Alzira e Maria Cachaça. Elas iam pescar siri, sururu na praia. Elas duas passavam nas ruas com o pau atravessado no covo no ombro de cada uma. Eram mulheres que não ficavam paradas, faziam serviços de construção civil e outros. Havia muitos comentários sobre elas [...] “lugar de mulher é ficar em casa” [...]

(Antonio Miranda, pesquisador da cidade de São José de Ribamar. Abril.2021).

Nesse aspecto, o modo de produção na pesca artesanal caracteriza-se por expressiva divisão do trabalho no âmbito das relações de gênero, observando-se a divergência de valores atribuídos ao trabalho desempenhado por homens e mulheres (LEITÃO, 2014; SOARES, 2012; DANTAS, 2010).

Leitão (2014) traz uma reflexão para nos alertar que as relações de gênero e pesca está relacionado ao conceito de patriarcado. Um conceito que nos faz compreendê-lo a partir das desigualdades que abarcam as subjetividades que moldam os comportamentos femininos e masculinos na sociedade. E no caso da pesca artesanal, este conceito atinge a cadeia produtiva que diz respeito às diferenças sócio histórica construída e legitimada pela sociedade [...] (LEITÃO, 2014, p. 393). E, desta forma, a mulher se firma como o agente invisível e ou inferior, uma invisibilidade respaldada por uma sociedade patriarcal, que não valoriza ou não reconhece o trabalho feminino. Portanto a concepção de que a atividade pesqueira é uma condição essencialmente masculina oculta o trabalho das marisqueiras.

Dentro da pesca, destaca-se a mariscagem, que é uma atividade tradicional, de economia também primária, realizada principalmente por mulheres, designadas marisqueiras, onde retiram do ambiente natural espécies de importância econômica, tais como crustáceos e moluscos e geralmente são esposas de pescadores que fazem a retirada dos organismos por meio de instrumentos simples, confeccionados pelas próprias marisqueiras e por utensílios domésticos (BRASIL, 2004).

A mariscagem, por sua vez, se caracteriza por ser uma atividade exercida dentro do manguezal ou no beneficiamento de mariscos. A defesa feita pela autora Fassarella (2008) é de que uma vez que o processamento é feito para fim de comercialização, o fato de o manuseio e preparo de crustáceos, peixes e moluscos serem feitos em casa não descaracteriza a atividade. “Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico, nem mesmo uma ajuda complementar a renda da família” (FASSARELLA, 2008, p. 189).

As marisqueiras em São José de Ribamar particularmente não tem costume de ir pescar no mar ou capturar o sururu, geralmente esse serviço quem faz são os homens, seu trabalho é realizado em casa na catação do marisco. Mas existem algumas que assim fazem, utilizam de alguns petrechos como: gadanho, facão, cofo

ou monobloco para ir coletar o marisco. Geralmente são chamadas de marisqueiras pela atividade que exerce em casa sambucando sururu, outras vezes, por ser esposa de pescador.

Sou marisqueira [...], em casa mesmo trato o sururu e vendo, mas tem mulher que vai tirar o sururu no mar (Ana Isabel Oliveira da Silva, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

Minha mulher é marisqueira há muito tempo, trabalha com marisco em casa sambucando sururu [...], meus filhos foi criado com a pesca e marisco (José Santos, pescador, 68 anos, morador do Bairro São Raimundo, São José de Ribamar, out.2020);

Meu pai é pescador e minha mãe era considerada marisqueira, não porque trabalhava com o marisco, mas por ser mulher de pescador, o que ela fazia e faz até hoje é tecer rede e consertar o peixe quando vem do mar. Acho que mais pra facilitar a classificação (Francisco José da Silva Reis, técnico em recurso pesqueiro, mais conhecido como Chiquinho, São José de Ribamar, out.2020).

Mesmo havendo uma maior predominância dos homens na atividade da pesca e as mulheres na catação de mariscos; a atividade de pescador ser referida ao homem e de marisqueiras a mulher. A denominação pescadores e marisqueiras ou mariscadeiras predomina principalmente enquanto uma forma de classificação. As próprias entrevistadas não se definem como pescadoras, e sim, como marisqueiras, essa terminologia é aceita por todas e já se naturalizou dentro da cultura da pesca.

A pesca artesanal é marcada nitidamente pela divisão sexual do trabalho, define o espaço da mulher e do homem. Considerando a questão da divisão sexual, as marisqueiras participam da força de trabalho de pesca de forma diversa daquela exercida pelos homens. Entretanto, frequentemente elas são mais desfavorecidas e vulneráveis, além de marginalizadas política, social e economicamente. Existe uma sobrecarga de trabalho, além do serviço do marisco, incluem serviços domésticos e comunitários, este último, dificilmente sobra tempo de participar.

Além de atuarem diretamente na pesca artesanal perpassam desde ao cuidado com os filhos e o lar, funções frequentemente negligenciadas quanto ao grau de importância, sendo consideradas como destituídas de caráter produtivo, até o desempenho de serviços no âmbito profissional, considerados como extensão do trabalho doméstico, para fins de auxílio na complementação da renda familiar (MARTINS, 2015; MAIA e NETO, 2012; FASSARELLA, 2008). No entanto em alguns casos, as marisqueiras são as únicas responsáveis em garantir a sobrevivência da

família nas comunidades pesqueiras . Esta assertiva se confirma nos depoimentos abaixo:

Sustentei todos meus filhos com o trabalho do marisco (Maria Pereira dos Santos, 67 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, out.2020);

Comecei a trabalhar muito cedo com marisco para sustentar a família (Deuzuita Diniz, 72 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020);

Me viro de todo jeito para manter as despesas da casa. (Valdirene Ramos Almeida, 33 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Segundo Leitão (2014, p.396) as mulheres somente foram incluídas na categoria de trabalhadora nesta área, doze anos mais tarde, a partir de 1979, as pescadoras solteiras puderam obter seu reconhecimento profissional, mas dependem até hoje, assim como os homens, do/a presidente de colônia e de mais duas testemunhas, para atestar que são profissionais desta cadeia produtiva e, assim, poder acessar o Registro Geral da Pesca-RGP.

A maior parte da pesca artesanal ocorre de modo informal da economia e trabalham em condições precárias, no caso das marisqueiras que exercem suas atividades em casa utilizam do seu próprio quintal para o preparo do marisco, em condições insalubres; debaixo do sol e muito ar de fumaça, em meio a lixo, elas conseguem realizar seu árduo trabalho. Para Marx e Engels,(1845) o que determina a forma e o modo de vida do ser humano, são as suas produções e como elas são produzidas. Assim, as condições materiais determinam em grande medida a vida das marisqueiras. Nesse aspecto “o modo de vida pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e do que tem de reproduzir” (MARX e ENGELS, 1845, p.28).

Figura 4 - Cozimento do marisco realizado no quintal próximo ao lixo.



Fonte: Autora, 2020

As condições de trabalho e de vida dos pescadores e das marisqueiras são duras e difíceis, tornando uma profissão, uma das mais perigosas e menos reconhecidas profissionalmente pela sociedade.

Somente em 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi criado a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no intuito de apoiar à pesca artesanal, norteadas pela produção sustentável do pescado para enfrentar a desigualdade social com crescimento, emprego e renda.

Segundo Furtado Júnior et al. (2006), a exploração pesqueira artesanal no Brasil tem se caracterizado como uma das principais fontes de renda para diversas famílias que vivem da pesca e, dessa forma, essas comunidades tendem a conservar melhor a região, visando um melhor manejo no desenvolvimento da pesca (Dominguez et al., 2016; Santos et al., 2016). De acordo com estudos feitos por Almeida et al. (2006), o Maranhão apresenta potencial para o desenvolvimento da atividade pesqueira, ainda que seja muitas vezes esquecida por parte dos governantes da região (FERNANDES et al., 2015).

A pesca artesanal se apresenta como uma atividade que permite de imediato o desenvolvimento econômico autônomo, além de possibilitar a continuidade de uma tradição que garante a identidade de comunidades litorâneas e ribeirinhas. A sua importância não garantiu sua regulamentação, em 1967 é criado o Código de Pesca que apenas apresenta definições genéricas de quem é o pescador, nesse caso, o

trabalho da mulher não é reconhecido. Em 1979, o Registro Geral de Pesca traz para algumas mulheres uma possibilidade de comprovar sua profissão e acessar alguns direitos previdenciários. Mas apenas no ano de 2009 a legislação brasileira regulamenta a atividade pela Lei nº 11.959/2009. (BRASIL, 2009)

É uma importante modalidade de trabalho no Brasil, caracteriza-se por ter duplo objetivo, comercial e de subsistência. De acordo com a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, em seu art. 8, a pesca de pequena escala é praticada de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Na pesca artesanal também estão presentes inúmeras relações sociais e culturais que reforçam a inferioridade e a invisibilidade do trabalho das marisqueiras.

A cadeia produtiva da pesca é uma atividade essencial para a preservação e bem-estar social das comunidades pesqueiras, tem um papel histórico, social e econômico fundamental na manutenção da diversidade cultural e desenvolvimento de algumas regiões.

No Maranhão, a pesca está representada por diversos tipos de petrechos, onde se destacam as armadilhas fixas, diferentes tipos de redes, espinhéis, puçá, além de redes de tapagem e zangaria (ARAÚJO, 2008). São os instrumentos empregados na captura de animais aquáticos, dentre eles: peixes, crustáceos, moluscos que podem variar de acordo com o instrumento de pesca (MONTELES et al., 2010).

Figura 5 - Algumas espécies de peixes da pesca artesanal.



Fonte: Autora, 2020

Na entrevista que fizemos com o técnico de pesca e alguns pescadores para explicar como funciona a pesca artesanal do município obtivemos os seguintes depoimentos:

A pesca em São José de Ribamar é feita de dois tipos: **armadilhas de pesca e petrechos de pesca**. **As armadilhas de pesca**: curral, é construído numa croa, parte rasa, mas há um fluxo de peixes, tem o manzoá, alguns pescadores usam para capturar o bagre, a rede de espera, e a zangaria, esta é colocada no mar, quando a maré enche, o pescador suspende a bóia e engata nas varas e deixa lá, quando a maré vaza, o peixe e marisco fica preso na rede, ela é pra pegar o camarão, mas ela também pega outras espécies. **Petrechos de pesca**, são os materiais de pesca, são as redes. Temos alguns tipos de rede: gozeira, é feita da linha 0,30, 0,40, 0,50, a serreira, captura peixe serra, anchova, timbiro, corvina açu, bandeirado, e a rede pescadeira, captura pescada amarela e camurim flesch [...] temos a redinha que captura camarão e alguns peixes, também temos a pescaria de peixe pedra, que é uma pescaria expressiva no município, é utilizado o anzol e a linha de mão.[...] (Francisco José da Silva Reis, técnico em recurso pesqueiro, mais conhecido como Chiquinho, São José de Ribamar, out.2020).

Eu uso a pescadeira, para cada tipo de rede serve para um tipo de peixe, a pescadeira é para pescada amarela, ela mede 6m são 3 braços, mas varia. Pesco na Baía de São José, Arraial, Tubarão, Travosa, Farol de Santana. Dependendo da época do ano, pesco em média de 100kg a 200kg. O período de alta é de novembro a junho, vendo no valor de R\$22,00 para o atravessador que revende para o supermercado e nas feiras livres. Tenho uma embarcação, pago o mestre e mais 3 pescadores é dividido ao meio a produção, a metade da produção é minha e a outra divido entre as quatro pessoas (Valdeci Rodrigues Pereira, 56 anos, pescador, São José de Ribamar, março.2021);

Trabalho desde 10 anos de idade[...] a vida de pescador é muito difícil, mas divertida, Consegui sustentar todos os meus filhos com a pesca (José dos Santos, 68 anos, pescador, São José de Ribamar, out.2020).

Figura 6 - Pescadores enchumbando rede pesqueira de linha de seda.



Fonte: Autora, 2020

Figura 7 - Pescadores do Sr. Valdeci concertando a rede pescadeira.



Fonte: Autora, 2020

Como vimos na figura acima, os pescadores utilizam as calçadas para consertarem as redes quando não estão pescando. Para isto utilizam alguns instrumentos rudimentares tais como: facão, chumbo, boia, cepo. (**Figura 8**). Sobre esses materiais, o Sr. Valdeci Rodrigues Pereira detalha a sua utilidade:

O facão serve para cortar o chumbo, a boia é para a rede ficar flutuando sobre o mar, fica de um lado e o chumbo é usado para a rede ficar no fundo do mar, fica de outro lado, e o cepo é para bater no chumbo para formar um anel envolta da corda (Valdeci Rodrigues Pereira, 56 anos, pescador, São José de Ribamar, março.2021).

Figura 8 - Alguns materiais para consertar as redes de pesca.



Fonte: Autora, 2020

Figura 9 - Rede pescadeira de linha de nylon.



Fonte: Autora, 2020

Esses pescadores, em sua maioria exercem atividades de modo informal, desenvolvem seu trabalho em embarcações pequenas a remo ou à vela ou mesmo motorizadas, sem contar com instrumentos de apoio à navegação, adquiridos ao longo da sua trajetória de vida. Isso configura-se em condições precárias existentes no mundo do trabalho, em que Antunes (2008, p.56) descreve como condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana. Veja abaixo alguns tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores. **(Figura 10).**

Figura 10 - Embarcações ancoradas no Porto do Vieira.



Fonte: Autora, 2020

Como podemos notar, na pesca artesanal as relações de gênero ficam bem evidentes, os espaços de produção utilizados pelos pescadores e marisqueiras. Scott (1996) explica claramente que essas relações se constroem baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1996, p.11).

De modo geral, observou-se que as marisqueiras não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas sobretudo desempenham um papel fundamental na renda da família. Sendo assim, elas possuem uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção da pesca e no desenvolvimento local, contribuindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva.

4 A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES MARISQUEIRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo trata-se da produção socioeconômica dos mariscos em São José de Ribamar e como essa forma de produção e organização pode contribuir para o desenvolvimento local; esse é um dos questionamentos do objeto deste trabalho. Destacam-se também as principais dificuldades e possibilidades desse empreendimento gerar desenvolvimento local. Nesse aspecto, voltamos o olhar para os programas governamentais de incentivo a pesca artesanal, como uma das possibilidades impulsionadora desse empreendimento. Nesse sentido os relatos das marisqueiras são importantes para entendermos sua vida produtiva bem como suas particularidades. Enfatizo que as marisqueiras assim como as demais funções que a mulher exerce na sociedade sempre contribuíram para o desenvolvimento local, embora não seja computado na ótica do capital. As mulheres mais pobres principalmente, se limitaram nos afazeres domésticos, considerado trabalho invisível, segundo Federici (2019) e que não gera valor monetário. Este fato deixa evidente as desigualdade sociais, acentuando a ausência das mulheres nas escolas, no mercado de trabalho e nas representações sociais e políticas.

Cabe ressaltar que a questão do desenvolvimento que será discutida neste trabalho por mais esforço que fizermos não conseguiremos esgotar este assunto.

Além disso, é discutida a questão do desenvolvimento, demonstrando que são duas as principais concepções teóricas dos conceitos de desenvolvimento, a primeira

concepção é aquela tradicional sustentada pela ordem economicista, historicista e etapista, a segunda é uma concepção renovada de ordem social, na verdade uma grande crítica à primeira. Mesmo essas políticas de desenvolvimento que dizem ser diferentes das tradicionais trazem aspectos demonstrando que não ocorrem mudanças significativas, pois por mais que o desenvolvimento pareça ser o “ideal”, deve-se admitir a existência de obstáculos estruturais que impossibilitam a materialização universal dessas metas. Em suma, o desenvolvimento serve para reproduzir as funções do capitalismo e do controle social mascarando um falso discurso. ‘é preciso desenvolver para crescer’, está geralmente relacionada ao crescimento, à melhoria, como consequência temos a mais plena sustentação das desigualdades sociais.

4.1 As múltiplas faces do desenvolvimento

A questão do desenvolvimento desde a profunda crise vivida pelo capitalismo pós-segunda guerra mundial precisamente “a partir da primeira grande guerra, com profundos desdobramentos na hecatombe econômica seguiu ao colapso da bolsa de Nova York em 1929, o desenvolvimento se apresentou objetivamente, sob diferentes aspectos, como divisor de águas no debate sócio político” (ALMEIDA, 2015).

No intuito de desmitificar as raízes que deram origem ao termo “desenvolvimento”, busca-se nos teóricos que se debruçaram sobre o assunto elucidar questões que contribuíram para o conceito “desenvolvimento”, associados a diversos adjetivos, tais como: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano e desenvolvimento local.

O desenvolvimento é um fenômeno complexo e multidimensional, do qual não há uma definição inequívoca e totalmente esclarecedora, por isso, os contributos para o conceito desenvolvimento são inúmeros e, ao longo dos anos, foram surgindo uma enorme variedade de adjetivos associados ao termo desenvolvimento, tais como, desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social (RIGUEIRO, 2014).

Autores clássicos como Adam Smith (1996) definia o desenvolvimento como a evolução crescente das formas de produção, o que geraria crescimento econômico. O homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da reprodução passaria a ser um benefício para toda sociedade.

Rostow (1961), um entusiasta do liberalismo estadunidense apresentava uma escala evolutiva do desenvolvimento, que pressupunha a passagem por cinco etapas ou estágios: o primeiro seria a sociedade tradicional, cujo exemplo histórico é a sociedade feudal; o segundo era a reunião de condições para o arranque, tendo como exemplo a sociedade mercantil e em seguida o arranque, isto é, a união de condições internas e externas que auxiliassem no desenvolvimento, tendo como expoente a sociedade capitalista, que naturalmente chegaria à maturidade e à sociedade do consumo de massas.

Ao contrário dessa concepção, Furtado (1998), com base na sua visão keynesiana considerava que o desenvolvimento não está restrito somente ao crescimento econômico deve também está articulado com a qualidade de vida das pessoas e com a sustentabilidade do País. Nesse sentido, concorda-se com Furtado (1998), o fato de o país crescer economicamente não garante necessariamente que ele cresça em qualidade de vida “O Brasil, por exemplo, viveu no início da década de 1970, portanto em plena ditadura militar, um período chamado de “milagre” por causa do intenso e rápido crescimento econômico ocorrido. As classes mais pobres certamente não desfrutaram dele” (VEIGA, 2010).

Esteva (2000), também analisa as mudanças conceituais do termo desenvolvimento, enfatizando a gradual tentativa de integração entre seus aspectos econômicos e sociais. Considera que houve uma dissolução do significado de desenvolvimento e o que seu significado depende do contexto em que é usado. Muitas vezes, o termo é associado a crescimento, evolução e maturação, e tem a conotação de mudança favorável e de progresso. O autor demonstra que sua construção conceitual esteve associada a um plano político de dominação colonial, embora apareça tendo como processo gradual de mudança social.

Arrighi (1998) no seu clássico *A ilusão do Desenvolvimento* entre a riqueza e o desenvolvimento estabelece uma equivalência – postura comum dos economistas tradicionais – e se utiliza da distribuição da população mundial pelo Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, no período de 1938 a 1983, para avaliar a mobilidade hierárquica de riqueza da economia capitalista mundial. Este autor é enfático ao argumentar que o desenvolvimento necessita da existência do subdesenvolvimento para que possa se perpetuar, isto é, o núcleo orgânico depende da periferia e da semiperiferia para manter-se em sua posição hegemônica, de modo que são formados três mecanismos principais de manutenção do *status quo*, a saber, trocas desiguais,

transferências unilaterais de mão-de-obra e transferências unilaterais de capital. A noção de subdesenvolvimento, afirma, é posta como um estado transicional ou temporário, ou seja, a construção do conceito de desenvolvimento pressupõe que os periféricos e os semiperiféricos permaneçam nutrindo a expectativa de integrarem, num futuro próximo, o núcleo orgânico.

Portanto, dentro dos países periféricos e semiperiféricos há, também, uma pequena parcela da sociedade que possui padrões de consumo equivalentes aos padrões dos países integrantes do chamado núcleo orgânico que serve de mantenedor da relação de forças internas.

Nessa mesma linha de compreensão, Esteva (2000) defende que o desenvolvimento não corresponde a um fenômeno real. O subdesenvolvimento foi construído como uma estratégia de dominação mundial pelos Estados Unidos, lançada por ocasião do discurso de posse do presidente norte-americano Truman, em 1949. A “metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” (ESTEVA, 2000, p. 63).

Esse modelo de desenvolvimento prioriza os interesses privados (econômicos) frente aos bens coletivos (meio ambiente), o que acarreta em grandes impactos socioambientais. Desconsidera por sua vez os aspectos qualitativos estruturais, culturais, sociais e ecológicos que estão intrínsecos a esse crescimento econômico. Conforme afirma Guimarães (2009):

As ideias associadas a esse modelo de desenvolvimento são as da modernização e progresso, que creem e professam um caminho evolutivo a seguir, tendo como referencial de sociedade “desenvolvida” aquelas que estão no centro do sistema capitalista, modelo hoje hegemônico em toda a parte do mundo com o fim da bipolaridade, ou seja, o grupo daqueles países ditos do Norte (GUIMARÃES, 2009, p 84).

É necessário pensar a que classe tem servido o desenvolvimento. Esta é uma questão fundamental. Nesse aspecto, Souza (1996) também é enfático ao argumentar a respeito de um desenvolvimento que tem servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural; falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente a valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista.

Desse modo, ainda que os autores sinalizem ideias complementares ou diferentes, todos têm como pano de fundo o desenvolvimento, partindo da premissa crescimento, progresso, evolução ou melhoria de algo. Ou seja, em linhas gerais, estas concepções por mais significativas contribuições que sejam, ainda assim são complexas. De acordo com cada período da história percebemos que o entendimento sobre desenvolvimento assume um foco balizador.

Para tanto faremos um breve resgate histórico, pois a intenção aqui é mostrar que qualquer adjetivo colocado ao desenvolvimento não teremos condições de exaurir todas as teorias sobre o assunto que é enorme. A impossibilidade de tal teoria do desenvolvimento “pronta e acabada” deriva da incapacidade do estabelecimento de leis de validade universal no que diz respeito a um processo multidimensional e de transformações estruturais qualitativas que é o desenvolvimento. As leis de movimento e reprodução só podem ser apreendidas em sua realidade histórico-concreta. Trata-se de estruturas, dinâmicas, relações e processos historicamente determinados. (BRANDÃO, 2008).

Na década de 1930, a associação entre desenvolvimento e colonialismo, a qual havia sido estabelecida no século XVIII, ganhou novo significado. Os britânicos, ao tentarem conferir sentido positivo à filosofia do protetorado colonial, difundiram o duplo mandato do colonizador, o qual deveria desenvolver economicamente a região conquistada e se responsabilizar pelo cuidado do bem-estar dos nativos, assegurando níveis mínimos de nutrição, saúde e educação.

Porém, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe o status de objeto de pesquisa científica com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Com ela, é construído todo um arcabouço teórico e metodológico para descrever e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária. No final da década, o “desenvolvimento” conforme analisa Esteva (2000) foi reduzido a crescimento econômico, ou seja, crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas. Porém, houve uma inflação conceitual do termo entre as décadas de 1950 e 1990.

Nos anos de 1950, reinava o otimismo, nas estatísticas e relatórios oficiais indicavam melhora da situação social e dos programas sociais, o que era visto como consequência natural do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). Havia uma atenção excessiva com a industrialização e o crescimento do PNB. Esta obsessão

obscrecia algumas iniciativas voltadas para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento de serviços sociais básicos nos países subdesenvolvidos – iniciativas que encontraram inspiração no 1º Relatório da situação social mundial de 1952, elaborado pelas Nações Unidas. A expressão “desenvolvimento social” foi introduzida pouco a pouco nos Relatórios da situação mundial, tendo aparecido sem qualquer definição e como substituta para “situação social”. Considerava-se “social” e “econômico” como duas realidades distintas a seguir (ESTEVA, 2000).

Veiga (2010) faz uma crítica à visão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Ninguém duvida que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa. E sob vários prismas a expansão econômica chega a ser bem mais intrigante que o desenvolvimento (VEIGA, 2010, p. 56).

O autor reconhece a importância dos indicadores de desenvolvimento (PNUD e IDH), mas sabe também de suas limitações que muitas das vezes podem contribuir para uma pseudorealidade.

Os vários índices sintéticos apresentados poderão ser todos muitos úteis se servirem apenas de isca para que cada uma das dimensões do desenvolvimento seja examinada em paralelo, de forma que as principais discrepâncias sejam enfatizadas (VEIGA, 2010, p. 105).

A partir dessa compreensão, Veiga (op. cit.) citando Furtado (2004) vai dizer que este foi quem melhor sintetizou a ideia de desenvolvimento quando entende que o *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente.[...] Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Na década de 1960 ocorreu a Primeira Década de Desenvolvimento da ONU, o desenvolvimento permaneceu como um trajeto para o crescimento econômico, composto por vários estágios. Propunha-se promover uma integração dos aspectos social e econômico, mas eles ainda eram considerados separadamente. Na ocasião,

o desenvolvimento social era visto tanto como condição quanto como justificativa moral para o crescimento econômico.

Em 1965, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012) define o desenvolvimento como o “processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”, focando-se na promoção do potencial das pessoas, aumento das suas possibilidades e usufruto da liberdade de viver a vida que valorizam” (apud RIGUEIRO, 2014). Assim ao longo dos tempos, o termo desenvolvimento ganhou várias conotações “fazendo com que o termo desenvolvimento adquirisse grande variedade de conotações, o que contribuiu para a dissolução da precisão de seu significado. Um dos novos usos foi a expressão “desenvolvimento urbano”, generalizada no início do século XX (ESTEVA, 2000).

Nos anos de 1960 e 1970, explodiram as desigualdades sociais (explosão urbana, incremento da fome). Opta-se, então, por uma nova orientação para o “desenvolvimento”, o enfoque das Necessidades Humanas Básicas, e por uma nova escala, a escala regional. (ESTEVA, 2000)

Já desde o final da década de 1960, que o otimismo quanto ao crescimento começou a diminuir e tornou-se evidente que junto com o crescimento vinham desigualdades também crescentes. Em geral, os aspectos sociais começaram a ser encarados pelos economistas como “obstáculos sociais”. Houve uma revolta contra a restrição do conceito de desenvolvimento a metas e indicadores quantitativos de certo modo irrelevantes. Pretendia-se efetuar a “destronização” do Produto Nacional Bruto – PNB, porém, não foi possível chegar a uma alternativa que tivesse consenso internacionalmente ou na academia.

Na segunda década de desenvolvimento (década de 1970), pretendia-se fundir os aspectos sociais e econômicos, no lugar de considerá-los separadamente como antes, e formular o paradigma da integração, já que se reconheceu a interação entre recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social. Começou a procura por uma abordagem unificada, que combinasse integração setorial, espacial e regional com um desenvolvimento participativo. Contudo, o empreendimento encontrou resistências, não conseguiu propor soluções fáceis e universais e durou pouco. Ainda assim, renovou o debate sobre desenvolvimento para anos seguintes.

A década de 1970, apesar de ter se iniciado com a promessa de unificação, evoluiu para a dispersão. Segundo Esteva (2000, p. 69), as chamadas ‘questões importantes’ – o meio ambiente, o crescimento demográfico, a fome, a opressão das mulheres, o problema habitacional e o desemprego – tiveram sucessivamente seu momento de destaque, seguindo carreiras independentes e concorrendo entre si. Apenas, posteriormente, ficaram evidentes as relações complexas que as interligavam e começou de fato o exercício de unificá-las. Essa unificação se daria de forma a manter uma daquelas questões como central. Começou uma disputa por qual delas deveria ser prioritária. Foram também discutidas nesse momento diferentes abordagens, como o desenvolvimento humano, o desenvolvimento integrado, a ideia de satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento endógeno.

Nos anos 1980, chamada de “década perdida” em relação ao desenvolvimento, foi caracterizado pela estagnação econômica, pela exportação de capitais e por aceleração inflacionária. Isso se deu através da elevação de juros internacionais, crise do petróleo e recessão norte americana que conseqüentemente repercutiu no Brasil, pois com a recessão, os Estados Unidos, que seria seu principal parceiro comercial, começaram a importar menos produtos dos países latino americanos. Em linhas gerais, esses foram alguns dos fatores que atingiram a grande crise ocorrida no Brasil na década 80.

Para explicar melhor essa crise, Barhry e Porcile (2004, p. 23) entende que tal período foi marcado antes pela crise da dívida externa que teve no ano de 1973, que a partir desse ano o país passou a ficar exposto às finanças especulativas. Já no período de 1974-1976, a dívida externa aumentou devido às conseqüências da crise do petróleo e também pelo novo II Plano Nacional de Desenvolvimento- PND.

A implementação do IIºPND permitiu ao Brasil a sobrevida do ciclo de expansão econômica, iniciado pelo “Milagre Econômico” (1968-1976), até os anos finais da década de 1970, mesmo em meio à crise internacional vigente ao longo desse período. No entanto, a política de juros elevados colocada em pratica pelos Estados Unidos, em 1979, impediu a manutenção do crescimento econômico ancorado na aceleração do financiamento externo como ocorrera com o IIº PND, uma vez que, em função disso, sobreveio uma forte escassez de recursos destinados ao financiamento dos países periféricos. A partir daí, a crise capitalista da década de 1970 ocorreu no Brasil pela porta da frente através da “crise da dívida”, aumentando sua dívida pública

e fragilidade financeira, resultando, por conseguinte, na redução da capacidade do Estado em gerenciar políticas econômicas destinadas ao crescimento.

Conforme Bresser Pereira (1991), a partir de 1981, começou a haver uma estagnação no crescimento. Este autor resume essa conjuntura da seguinte forma:

Entre 1981 e 1983 — a diminuição no ritmo de crescimento foi corretamente atribuída ao esforço de ajustamento imposto pela crise da dívida; numa segunda etapa — 1984 a 1986 — a crise parecia estar superada e o processo de ajuste parecia haver logrado sucesso; desde 1987, porém, a crise está de volta. Naquele ano, o PIB cresceu à mesma taxa do crescimento populacional; a taxa de crescimento do PIB em 1988 foi negativa (0,3%) (BRESSER PEREIRA, 1991, p. 1).

Muito do que os países haviam conquistado anteriormente foi abandonado devido ao “processo de ajuste”. No final da década, já se podia enxergar uma era pós-desenvolvimento que viria a diante.

O “processo de ajuste” no Brasil compreendeu-se de um acordo com FMI, pois para adquirir empréstimo, a fim de parcelar seus compromissos firmados da dívida externa, este precisava cumprir com algumas condicionalidades: “ajuste monetário do balanço de pagamentos”, constituindo-se de introdução de políticas fiscais e monetárias restritivas, centradas na forte redução do déficit do setor público e em metas monetárias condicionadas, implementação de controle dos níveis salariais, objetivando a redução dos salários reais. A conjunção desses dois elementos provocou a queda do consumo interno e dos investimentos, bem como a realização de mudanças na política cambial, como forma de incentivar as exportações e reduzir as importações (visando à elevação dos superávits comerciais com a finalidade de redução dos déficits em transações correntes) e transferir recursos para o exterior. As políticas de desvalorizações e de redução da absorção interna possibilitaram a efetivação do ajuste exportador.

Isso gerou uma quebra no padrão de dominação desenvolvimentista, gerenciado pelos militares, uma vez que os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores se ampliavam e os segmentos de classes médias e dos empresários retiraram o apoio ao regime.

No limiar dos anos 1990, o Estado Nacional brasileiro adota o neoliberalismo, como estratégia de enfrentamento da crise, curvando-se desse modo ao grande capital, trazendo consigo destruições avassaladoras quanto aos direitos sociais, ambientais, culturais e muitas privatizações estatais, etc. Nesse sentido, o grande

capital materializou o esvaziamento das funções do Estado, transferindo suas responsabilidades às mãos do mercado que agora comanda chamado por Polanyi (2000) de mercado auto regulado, ou seja, aquele que toda produção é para venda no mercado e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Embora para tal autor, o mercado sempre existiu, mesmo em suas diferentes formas a cada época.

As várias crises ocorridas da economia nessa época intensificaram-se as críticas ao modelo de desenvolvimento por meio do crescimento econômico. A economia não poderia ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existem atividades produtivas sem elementos naturais. Era preciso deslocar a ênfase no crescimento contínuo para o compromisso com a natureza e outras gerações.

A década de 1990 trouxe um novo ethos desenvolvimentista, com duas vertentes: os países do Norte queriam um re-desenvolvimento para fazer novamente aquilo que foi mal desenvolvido devido à rapidez com que as mudanças ocorreram; os países do Sul, além disso, queriam também derrubar aquilo que havia sobrado do “processo de ajuste” (lixo dos países do Norte, maquiadoras etc.). Para Esteva (2000), em termos conceituais e políticos, o re-desenvolvimento adota hoje a forma desenvolvimento sustentado, para “nosso futuro comum”, segundo o relatório da Comissão de Brundtland.

O 1º Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, lançado em 1990, apresentou o “desenvolvimento humano” em termos de um nível de privação que poderia ser internacionalmente comparado, conseguindo assim vencer alguns desafios tradicionais de quantificação e comparação entre países. A mais ambiciosa meta do relatório era elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que sintetizaria o nível de desenvolvimento humano em 130 países. Foi do esforço desse grupo que acabou nascendo, em 1990, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que hoje já é calculado para 177 países. O método consistia em uma simples média aritmética de três indicadores sintéticos considerados indispensáveis para que haja desenvolvimento: a renda por habitante, saúde e a educação. Sem elas, o acesso a outras dimensões do desenvolvimento não é possível. PNB real per capita. Também fazia previsões e estabeleceu “metas sociais viáveis” que deveriam ser alcançadas até o ano 2000.

Atualmente o melhor desempenho do Brasil quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi a 74ª posição, em 2013, caindo para a 79ª em

2019, por conta das políticas de autocontrole fiscal e ao desmantelamento do sistema de proteção social, implantados a partir de 2016. Em 2019, o Programa Nacional das Nações Unidas - PNUD apontava o Brasil como um dos países com a maior concentração de renda, ressaltando que os 10% mais ricos concentravam mais de 55% do total da renda do país.

Esta abordagem do desenvolvimento ainda encontra-se enraizada em pressupostos econômicos sem considerar outros conceitos importantes na concepção de qualidade de vida de um indivíduo ou comunidade. Nesse sentido, é necessário considerar o conjunto das necessidades humanas básicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, identidade e liberdade), para além dos aspectos econômicos.

Diante desse contexto, destaca-se as contribuições de Cardoso (2013) que trata sobre o “desenvolvimento” como uma ideologia do sistema capitalista, conforme a entrevista realizada na Revista em Pauta em junho/2013. A autora faz referência aos governos do Brasil nas décadas de 1950 a 1960 nos períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, mostrando quanto à ideologia desenvolvimentista influenciou esses governos, uma influência própria da sociedade norte americana. Era uma ideologia que preconizava que os países ricos eram considerados desenvolvidos e os países pobres eram subdesenvolvidos, polarizavam-se as duas dimensões, não levando em consideração a historicidade dos países e nem tão pouco as desigualdades sociais advindas do próprio sistema.

Os desenvolvimentistas desse período identificavam o desenvolvimento com o crescimento econômico, apoiado na industrialização que aceitavam como sendo o único caminho que o Brasil deveria seguir.

A conceituação de desenvolvimento e subdesenvolvimento, como formação história-econômica, foi construída em torno da oposição formal equivocada de “moderno” e “atrasado”, onde os Estados “modernos” crescem e se alimentam da existência dos Estados “atrasados”, respectivamente.

Na perspectiva de Oliveira (1972, p.69), o subdesenvolvimento nada mais é que uma “expansão” do capitalismo nos países desenvolvidos, perdendo-se aqui a característica história de subdesenvolvido com o “atrasado”, já que ele é parte do capitalismo mundial, principalmente dos países já industrialmente desenvolvidos, inseridos pela divisão internacional do trabalho. Assim, cabe aos países subdesenvolvidos fornecer a mão de obra barata, bem como os insumos de baixo

valor agregado, aos países desenvolvidos, limitando, portanto, a passagem do “subdesenvolvido” ao “desenvolvido” e reforçando a dependência em ambos.

A autora Cardoso (2013) chama atenção para essa questão quando entende que é necessário ultrapassar a reflexão que alcança somente desenvolvimentismo para poder fazer uma crítica principalmente ao “desenvolvimento” enquanto projeto político, reconhecendo que o “desenvolvimento” enquanto ideologia sustenta fortemente o sistema capitalista.

Nesse sentido Cardoso (2013, p.211) critica o ‘desenvolvimento’ nesse viés dominante afirmando que “o desenvolvimento se tornou uma ideologia que inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade que passa em geral a acreditar que este é ‘o seu destino promissor’, sempre deslocado para o futuro”.

Para a autora, uma ideologia é dominante quando é ela que define fundamentalmente o quadro dentro do qual o pensamento se move e as linhas mestres as quais ele se move (CARDOSO, 2013, p. 210). Sob a ideologia do desenvolvimento em lugar de centrar a discussão na natureza das relações sociais que constituem a sociedade a reflexão é destacada para o que possa impelir o “desenvolvimento” e para que possa dificultar ou impedir o “desenvolvimento”.

Com base em Cardoso (2013) entende-se que o “desenvolvimento” dentro de uma ideologia dominante não é capaz de ser a salvaguarda de uma nação, pelo contrário, o incentivo ao crescimento apenas no aspecto econômico, gera uma dependência dos países ditos “subdesenvolvidos” ao grande capital estrangeiro, gerando mais pobreza e desigualdades sociais. Este aspecto é importante para desmistificar o desenvolvimento apenas no aspecto econômico, e entender que o desenvolvimento local que será tratado a seguir não é uma receita exata, mas compreende de forma mais ampla outros aspectos que muitas vezes é negado pela ideologia dominante de desenvolvimento, ou seja, melhoria nas dimensões socioculturais, políticas, moral e ético a partir da potencialidade da comunidade.

4.2 Desenvolvimento local: alguns aportes

Após a análise sobre o entendimento de “desenvolvimento”, como vimos um termo muito relacionado à classe dominante, ou seja, uma ideologia que nasce para atender o capital. Agora discorrer sobre o desenvolvimento local dentro desse

contexto também exige um esforço de compreensão. Para tanto foi escolhido abordar o desenvolvimento local como desenvolvimento endógeno, entendendo que o local pode ser um ponto de partida capaz de criar condições em que os atores envolvidos gerenciem seus próprios negócios. Desse modo faz-se necessário destacar sobre o surgimento, concepção dos diversos autores que tratam sobre o assunto e qual a compreensão do desenvolvimento local para este trabalho.

Nos últimos anos, as teorias que envolveram o estudo do desenvolvimento no nível local sofreram várias modificações devido ao declínio econômico das grandes regiões que até então eram consideradas como referências industriais e com o surgimento de novos paradigmas na teoria macroeconômica do desenvolvimento por meio da teoria do crescimento endógeno (AMARAL FILHO, 2001).

Mesmo derivando-se do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento endógeno considera e está baseado na ideia das localidades, da disponibilidade de recursos, sendo eles econômicos, sociais, humanos, culturais, das economias de escalas não aproveitadas que poderão potencializar o desenvolvimento de uma região, com a eficiência dos sistemas produtivos (ALBUQUERQUE, 1998; PAIVA, 2004). Essa nova acepção aparece de dentro do conceito de crescimento endógeno, próprio dos novos modelos de crescimento econômico global ou agregado, que nasce da inovação tecnológica, um fenômeno interno, deixando no passado a concepção neoclássica de autores como Solow, como afirma Vazquez-Barquero (1997 e 2001).

A teoria do desenvolvimento endógeno surge em um ambiente marcadamente influenciado pelo processo de globalização, o qual se traduz em uma crescente competição de mercado que exige ajustes contínuos nos sistemas produtivos de cidades, regiões e países. Neste sentido, a globalização acaba fomentando novos modos de organização nos sistemas das cidades e regiões de acordo com a divisão internacional do trabalho (VAZQUEZ BARQUERO, 2001).

Por outro lado Santos (2001) diz que no mundo da globalização, o espaço geográfico ganhou novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização.

Nessa perspectiva para Boisier (2001b) o endógeno se manifesta em uma esfera de cinco planos, a saber: No plano político a capacidade de dar em tomar decisões em diferentes opiniões, estilos, instrumentos de desenvolvimento ou de

desenhar e aplicar políticas desenvolvimentistas, no plano econômico é visto no sentido de reversão do regional, a fim de diversificar a economia regional e ao mesmo tempo, buscando sustentação a longo prazo, o plano científico e tecnológico no local em questão trata da capacidade interna para gerar seus próprios suportes, sendo eles tecnológicos ou não, capazes de realizar modificações qualitativas no mesmo e por fim no plano cultural, que refere-se a matriz que gera a identidade social territorial.

Como se pode observar são planos correspondentes a diversos aspectos, desde a vontade política da gestão ao aspecto cultural dessa comunidade, no que tange a sua própria identidade. Nesse sentido Vazquez-Barquero coaduna com Boursier quando compreende que o endógeno se reafirma no desenvolvimento local em três dimensões:

[...] um processo de crescimento econômico e de mudanças estruturais que conduz a uma melhoria em nível de vida da população local, em que se podem identificar três dimensões: **econômica**, em que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com nível de produtividade suficiente para serem competitivos no mercado; outra **sociocultural**, em que os valores e as instituições servem de base no processo de desenvolvimento; e finalmente, uma dimensão **político-administrativa**, em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegê-lo de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local (VAZQUEZ-BARQUERO, 1988, p.77).

Na visão de Vasquez Barquero (2001, p.58), a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural”. Segundo o autor, isto requer “a existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso de recursos disponíveis e a introdução de inovações, garantindo criação de riqueza e melhoria do bem estar”.

Essa contextualização foi necessária para a compreensão de desenvolvimento local que teve início nos anos 80, mas com maior espaço na década de 90, quando as políticas de descentralização cresceram e tiveram muitos impactos nas estratégias europeias, assim como, em países em desenvolvimento, principalmente na América Latina (VAZQUEZ-BARQUERO, 2001; LLORENS; ALBUQUERQUE; CASTILHO, 2002; TAPIA, 2005). Ao invés de regiões e políticas direcionadas para crescimento de fora para dentro, o termo em destaque passa a ser o local e a tese do crescimento endógeno é enfatizada.

Vázquez Barquero (1993), um dos principais defensores desse pensamento, argumenta que o desenvolvimento local foi uma das principais estratégias, durante os

anos 1980, na produção de políticas de desenvolvimento no mundo. A partir desta estratégia, o desenvolvimento não envolve apenas as decisões do Estado e dos administradores, mas também os atores locais e novas formas de atuação flexíveis que incentivem a inovação e competição entre os locais, visto que tais teorias acompanham a emergência das novas tecnologias e da globalização. Nesse sentido o secretário cita que “os principais atores do desenvolvimento local são as comunidades”.

O desenvolvimento local surge por meio de explosões de iniciativas locais que estavam ocorrendo na Europa e América Latina, nos anos 80 e 90. Na década de 90, o Estado inicia uma lenta recuperação da iniciativa em muitos países e se enfrenta a necessidade de modificar a forma tradicional de fazer política, principalmente relacionada ao desenvolvimento. Nas instâncias locais se discutia um novo sistema de relações no qual se reivindicam níveis crescentes de descentralização e de desconcentração (LLORENS; ALBUQUERQUE; CASTILHO, 2002).

Nessa teoria, não existe somente um caminho a ser percorrido para se incentivar o desenvolvimento, mas sim deve ser uma articulação de diversas atividades, qualquer atividade ou setor (agrícola, industrial ou de serviço), sendo ela competitiva, e derivada da vocação e de interesse da comunidade (GAROFOLI, 1993, 2001; ÁVILA, 2001). As teses do desenvolvimento local endógeno enfocam as capacidades e atores de cada local como o ponto de partida para a reestruturação da economia. Ressalta-se aqui que o local pode ser considerado bairro, município ou regiões dependendo da visão de cada autor.

Segundo Dowbor (2016, p.13), mais contemporaneamente, a tendência de enfatizar o espaço local, que no Brasil, refere-se ao município, assim como o bairro ou o quarteirão; faz parte de uma abordagem democrática que vem ganhando força, pois apresenta alternativas de ação e participação política descentralizada e desburocratizada. Para o autor, a estrutura decisória de políticas públicas, principalmente em nosso país, tende a isolar o cidadão da esfera política.

Assim, a dramática centralização do poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade, leva em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo do desenvolvimento econômico e social (DOWBOR, 2016, p.14).

Existem várias concepções sobre o desenvolvimento local. Boisier (2001)

considera o desenvolvimento local como sendo um processo endógeno, difundido ao aumento da autonomia de decisões do município, ao aumento da capacidade de gerar, captar e reinvestir o excedente econômico, a uma permanente e crescente inclusão social e à preservação do meio ambiente.

Na compreensão de Carvalho (2005) é possível tornar dinâmica uma potencialidade individual, identificando a vocação da comunidade, trazendo vantagens com relação às outras, entretanto o foco no crescimento não é o bastante. Estimular todos os fatores que envolvem o desenvolvimento em termos de perspectivas sociais, político, moral, ético e cultural é fundamental. Logo, conceituar desenvolvimento local é correlacionar com as potencialidades existentes nos seus diferentes atores que constituem as tramas das relações socioeconômicas e culturais. É entender como processo de baixo para cima, partindo das próprias comunidades.

Nesse aspecto, é possível afirmar que o trabalho das marisqueiras pode ser uma fonte de desenvolvimento local, visto que existem potencialidades na sua base que geram autonomia e melhoria de vida, embora ainda de forma muito pontual. Entretanto é uma classe que ainda é marginalizada por sua própria organização socioeconômica dentro da atual sociedade capitalista.

Diante desse contexto, Santos; Rodríguez (2002) vai apontar que o desenvolvimento local é uma cadeia de ações de base, portanto, “de baixo para cima”. A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é entendida como algo de exclusividade do Estado ou das elites econômicas; a sociedade civil é o ator principal desse processo de construção coletiva, que cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contraria as lógicas de exclusão.

Do mesmo modo, Tenório (2004) na mesma linha de entendimento vai afirmar que o desenvolvimento local implica em ações mediatizadas por atores do estado, da sociedade civil e do capital, sob uma negociação para se chegar a um consenso sobre projetos de interesses sociais, embora haja, inclusive, divergências e conflitos. Neste sentido, eles mostram que o desenvolvimento local é determinado por atores sócio-econômico-culturais de territórios, cujas iniciativas são capazes de impulsionar a qualidade de vida da população.

Essa visão compete à comunidade decidir políticas públicas que venham atender às suas reais necessidades. Desse modo, é necessário que todos os atores envolvidos precisem estar bem articulados de modo que potencializem as

oportunidades locais, gerando trabalho e renda bem como condições para o desenvolvimento local. Por outro lado, sabe-se que no interior das comunidades também possuem conflitos de interesses, que nem sempre as mesmas conseguem alcançar seus objetivos.

Nesse aspecto, a organização de ações no espaço local, baseadas na participação comunitária e no planejamento descentralizado, não pode ser considerada isoladamente. Portanto, a ideia do desenvolvimento local é desafiador para todos.

A perspectiva do desenvolvimento local está na pauta da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP, na medida em que estimula a realização de parcerias institucionais, o associativismo e o cooperativismo (CARVALHO e CALLOU, 2007). Além disso, assume “a missão de promover o desenvolvimento sustentável articulando atores e ações, estimulando a produção, promovendo a inclusão e contribuindo com a segurança alimentar e crescimento do Brasil” (BRASIL, 2003). A noção de sustentabilidade, a ênfase no local, o fortalecimento da participação cidadã e a busca de valores éticos onde se inscrevam os processos de desenvolvimento têm influenciado não só as teorias sobre o tema, mas principalmente a sua prática, embora ainda permeie muito no discurso das políticas públicas.

A extensão pesqueira para o desenvolvimento local configura-se como estratégia para apoiar os atores sociais desfavorecidos e “as políticas públicas que [dela] decorrem perdem a dimensão nacional para se vincular a dimensão territorial local, privilegiando as potencialidades econômicas e capacidades endógenas das comunidades” (JARA apud CARVALHO e CALLOU, 2007, p. 67). No depoimento do Sr Alberto Carneiro, ele aquece essa discussão afirmando:

Desenvolvimento local potencializa a comunidade, através dos recursos naturais existentes, no caso o marisco, podendo ser um grande gerador de emprego e renda para as famílias das marisqueiras. [...] Os principais atores do desenvolvimento local são as comunidades (Alberto Carneiro, secretário de Agricultura e Abastecimento de Pesca- SEMAGRI do município de São José de Ribamar, out.2020).

No entanto, conforme Castro (2001), em face da concorrência e da competição, os âmbitos regional e local estão vinculados a estratégias que remetem de certa

forma, às relações mercantis globalizadas. O local está, irremediavelmente, ligado às relações econômicas e ao global, ainda que por processos diferenciados.

O foco no local não significa o fechamento para outras escalas da realidade (regional, nacional, global). Como afirma Pecqueur (2000), as vantagens da proximidade e as ligações do tipo local só podem produzir efeitos positivos se forem abertas ao mundo exterior. Isso se confirma nos estudos empíricos feitos pelos autores da nova geografia socioeconômica, que demonstram que as regiões mais competitivas são aquelas que conseguem se inserir na dinâmica economia global, mantendo seus laços recíprocos.

Na realidade, essa interação com o global, mais do que enfraquecer as relações de proximidade, as reforça, pois leva à definição de estratégias de adaptação que exigem a promoção da solidariedade local e a ampla participação dos atores envolvidos.

Para Trusen (2004), é no contexto do desenvolvimento local que o econômico se torna uma meta da luta contra a pobreza e, com isso, da melhoria de qualidade de vida da população rural. Isto exige a organização social da produção, que torna um campo de ação importante para a sustentabilidade dos territórios, já que a produção é vista como uma estratégia para a criação de um ambiente produtivo, inovador, onde as formas de cooperação e de integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais se ampliam e se institucionalizam de tal modo que potencializem as oportunidades locais, gerando trabalho e renda, bem como, condições para o desenvolvimento local.

Nessa linha de compreensão, Jesus (2003, p.74) conceitua o desenvolvimento local como processo que mobiliza pessoas em formas de organizações e instituições, buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concreto de lideranças, instituições e habitantes de um determinado lugar em processo de articulação de ações que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização.

A ideia básica desse “novo” paradigma de desenvolvimento possibilita que a dinâmica produtiva das comunidades seja o eixo de coordenadas para impulsionar as potencialidades de uma determinada sociedade, por meio dos investimentos privados e governamentais, sob a participação crescente da comunidade local. Neste sentido,

o processo de desenvolvimento local interfere no comportamento das pessoas, objetivando melhorar a qualidade de vida em tempo durável. Essa compreensão se confirma nas entrevistas realizadas tanto com os gestores quanto com as marisqueiras, quando se tratava sobre desenvolvimento local, uma expressão bem comum dito pelos entrevistados foi “melhoria de vida”.

Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local (GODARD, 1987, p. 139).

Nesse sentido, a herança cultural das marisqueiras deve ser vista pela sociedade como uma rica fonte de saberes tradicionais populares e de desenvolvimento local, pois é uma construção histórica repassada de gerações a gerações, aos quais representam uma comunidade desde sua estrutura econômica, social e cultural.

Por outro lado, há autores que argumentam essa concepção de desenvolvimento local. Para Oliveira (2001), a questão do desenvolvimento local possui, pelo menos, três limitações. A primeira limitação refere-se ao fato de que as propostas de desenvolvimento local centradas na capacidade de articulação dos atores ignoram a distribuição desigual de poder entre estes, assim como entre os lugares. Uma segunda limitação das teorias de desenvolvimento local é que devido à distribuição desigual de poder, existem conflitos internos à localidade. Isso porque ao empoderar determinados atores em detrimento de outros, podem surgir conflitos e debates que irão dificultar a implantação de qualquer proposta de desenvolvimento. Como consequência, a terceira limitação é que não só os conflitos internos são ignorados pelos defensores do desenvolvimento local, assim como os conflitos externos, entre o local e o central.

A partir da leitura da tese de Oliveira (2001), uma quarta limitação pode ser acrescentada às teorias de desenvolvimento local: o desenvolvimento global não pode ser concebido como a simples soma de todos os poderes locais. Essa é uma das mais críticas ao desenvolvimento local mainstream ⁵, visto que segundo o autor, o desenvolvimento local [...] está fadado ao fracasso (OLIVEIRA, 2001, p.13).

⁵ Mainstream, palavra em inglês, é sinônimo de: comum, aquilo que se considera habitual ou normal porque é feito ou aceito pela maioria:

Além da tese de Oliveira (2001), outros autores também se propuseram a estudar as limitações do desenvolvimento local. Segundo István Mészáros (1997), um dos principais problemas de tal teoria é que sua premissa está baseada na possibilidade de controlar o capital. Para este autor, [...] o capital não pode ser controlado: ele é o próprio controlador e regulador do processo de metabolismo social || (MÉSZÁROS, 1997, p.145).

De modo geral a análise da literatura acerca do tema demonstra que o conceito geral de desenvolvimento continua sendo discutido como pressuposto referente ao crescimento econômico. Esta é uma das principais críticas aos teóricos do desenvolvimento local. Segundo Neves (2011):

[...] são justamente estas fragilidades apontadas, em alguma medida presentes em todas as abordagens relativas ao desenvolvimento local, que dão margem e força aos críticos de tal proposta, pois não definindo, conceitual e empiricamente, o desenvolvimento que se quer, enfraquece-se o argumento do foco no local, dando margem a não legitimação deste tipo de ação mais localizada (NEVES, 2011, p. 126).

Não se pode descartar que não há fragilidade no conceito, pois não se tem como mensurar o grau de desenvolvimento local a partir de índices já institucionalizados, próprio de uma visão economicista, do mesmo modo que não podemos ignorar que o desenvolvimento local não pode ser uma estratégia que traga às comunidades melhoria de vida, claro que entendemos também que não é uma solução mágica para se chegar a esse fim.

Desse modo, o desenvolvimento local, tratado neste estudo, vai além de um crescimento econômico, visa à melhoria de qualidade de vida e autonomia da comunidade, em especial, pode contribuir significativamente nas condições de trabalho das marisqueiras. Em suma, quando se fala em desenvolvimento local, não se leva em conta somente o aspecto econômico, mas também se considera o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja, o desenvolvimento em escala humana (ZAPATA, 2004; LIMA et al, 2007).

Diante desse ponto de vista, percebe-se que o empreendimento dos mariscos pode ser um grande potencial não somente de geração de emprego e renda para o município, mas sobretudo de desenvolvimento social, político e cultural das marisqueiras, pois ao longo da história de vida dessas mulheres tem sido uma vivência

de trocas de saberes de várias gerações assim como tem sustentado seus sonhos pessoais e fortalecido sua autonomia, isto também é desenvolvimento local.

Acontece que o trabalho da mulher foi negada por muito tempo como fator de desenvolvimento local, visto ao processo histórico de hierarquização naturalizado na sociedade, advindas da divisão sexual do trabalho e de uma sociedade patriarcal, pois mesmo elas trabalhando nos “bastidores”, elas sempre contribuíram para manutenção da família e no desenvolvimento local.

4.3 As formas de organização política e produtiva das mulheres marisqueiras

Pensar o desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-cultural, político-institucional e científico-tecnológica (TENÓRIO, 2007, p.17). Implica também considerar os diferentes aspectos de organização política e produtiva das marisqueiras.

Nesta sessão trata-se das formas de organização política e produtiva da classe dos (as) trabalhadores (as) da pesca artesanal, destaca-se a colônia de pescadores (as) e a associação das marisqueiras como um espaço que devem ser de luta na defesa dos seus direitos. É também objetivo analisar a forma de organização produtiva dessas mulheres e como isso pode interferir diretamente no desenvolvimento local.

As marisqueiras são reconhecidas pelo Projeto de Lei N° 6.697, de 2006, de autoria dos Deputados Luci Hoinacki, Adão Pretto e Selma Schons que equipara a pescadores artesanais, para fins previdenciários e de concessão do benefício seguro-desemprego, as mulheres que exercem atividade pesqueira e marisqueira artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos, ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo, e que façam disso uma profissão habitual ou meio principal de vida.

Em São José de Ribamar, embora algumas dessas mulheres tenham sido registradas legalmente no seu órgão de representação chamada colônia de pescadores⁶ ou sindicatos de pescadores ou associação de marisqueiras há pouco

⁶ A Colônia de Pescadores(as), assim como a Federação Estadual e a Confederação Nacional, é um órgão de classe dos trabalhadores da pesca artesanal reconhecida pela Lei N° 11.699 de 13 de junho de 2008, que tem como objetivo defender os direitos e os interesses da categoria no âmbito de sua jurisdição, sendo a Federação no âmbito do estado e a Confederação no âmbito nacional. É, portanto,

tempo, a maioria delas já estão nessa atividade desde criança, sustentando a família através da cata do marisco. É o que observou-se no depoimento da Sra. Luzia de Fátima Matos e Silva (45 anos, moradora do Bairro São Raimundo/São José de Ribamar, dez/2020): “para trabalhar com marisco não tem idade, é de geração a geração [...] trabalho desde criança, é hereditário [...] passa de mãe para filho”.

Essa é uma realidade de comunidades pesqueiras que executam a catação a partir dos conhecimentos culturais e costumes consolidados por gerações sobre os ciclos naturais das espécies exploradas, procurando manter o seu modo de vida e assegurar o manejo sustentável (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995).

O reconhecimento da sua profissão se traduz pela inclusão das mulheres nas colônias de pescadores, associações de classe através das quais as trabalhadoras da pesca recebem seus direitos trabalhistas.

Nesse sentido a identidade das marisqueiras não estão somente associadas a sua representatividade legal, mas sobretudo, afirma-se dentro da sua prática cotidiana e cultural, o que também reforça a divisão sexual do trabalho, uma vez que desde criança os papéis sociais se constroem a partir do espaço e trabalho.

De acordo com as informações do presidente da colônia em exercício no período da pesquisa, Sr. José de Ribamar Rodrigues da Silva, existem 3.000 cadastros entre pescadores e marisqueiras no município de São José de Ribamar (não soube informar com precisão a quantidade exata de marisqueiras). Das 14 marisqueiras entrevistadas, apenas 4 (quatro) não são associadas a colônia, as mulheres associadas estão cadastradas há um período de 4 a 38 anos.

A existência da colônia é antiga, de acordo com a Cartilha Colônia de Pescadores (2004), o surgimento das Colônias de Pesca datam do início do Século XX, ano de 1919, quando o comandante da Marinha Frederico Villar sai dividindo o litoral e os grandes rios brasileiros em zonas de pesca e criando colônias, com o objetivo de oferecer maior segurança a essas áreas, tendo em vista que o período da Primeira Guerra Mundial havia encerrado recentemente. O discurso da Marinha era fundamentado na necessidade de defender a costa brasileira e para isso ninguém melhor que os pescadores que conheciam os segredos do mar. O lema era: “Pátria e Dever.

uma organização social e política de representação das pessoas que integram a atividade da pesca artesanal.

Em São José de Ribamar, a colônia foi inaugurada desde o ano de 1983 afirmou o presidente da colônia. Na sua estrutura funcionam algumas salas cedidas para a secretaria de saúde através de serviços médico, odontológico e vacinação voltados para a comunidade em geral.

Figura 11 - Sede da Colônia de pescadores em São José de Ribamar.



Fonte: Autora, 2020

A Colônia, enquanto entidade representativa dos trabalhadores da pesca artesanal, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Art. 8, inciso I, deve ter seu registro efetuado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e, nessa condição, está apta a receber contribuição sindical por parte dos seus filiados com os quais se comprometem na defesa dos seus direitos e interesses. Além disso, ela é um órgão através do qual se viabiliza o reconhecimento da categoria de pescadores e pescadoras que atuam na pesca artesanal com a inscrição no RGP.

Os critérios de Inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP estão baseados no Decreto Nº 8.425 de 31 de março de 2015 que regulamenta os Art. 24 e 25 da Lei Nº Lei 11.959 de 2009, que trata da concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. A condição da mulher pescadora passa a ser expressamente reconhecida como uma das categorias aptas a se inscrever no RGP.

São categorias de inscrição no RGP: I - pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte (Decreto Nº 8.425 de 31 de março de 2015, art.2)

Ainda no mesmo Decreto, no inciso VIII, ficam contempladas as pessoas que desenvolvem atividades correlatas à prática pesqueira. VIII - trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal - pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal;

Com o RGP, as pescadoras e os pescadores, considerados como segurados especiais por exercerem seu trabalho individualmente ou em regime de economia familiar, têm acesso aos benefícios sociais concedidos pela Previdência Social que são: aposentadoria por idade, aposentadoria por acesso dos pescadores artesanais aos mesmos benefícios previdenciários dos pescadores industriais, invalidez, salário-maternidade, auxílio-doença, pensão por morte e o seguro-desemprego, que a partir de 1º de abril de 2005 passou a ser gerenciado pelo Ministério da Previdência Social e não mais pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Com a Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego⁷, durante o período de defeso⁸, a pesca artesanal é reconhecida legalmente pela primeira vez, quando destaca expressamente que esse benefício seria concedido ao pescador profissional que exercesse sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar. Através deste dispositivo tornou-se possível garantir um direito que as marisqueiras ainda não havia conseguido. Foi fruto de muitas lutas e resistências para se conquistar. Mas a luta não acabou, essas mulheres ainda possuem dificuldades de conseguir esse benefício, existe muita burocracia e discriminação. No entanto os pescadores tem mais acesso receber esse direito. Estas implicações se resumem na “velha” divisão sexual do trabalho e hierarquização de poder; o trabalho masculino é ainda mais valorizado do que o trabalho da mulher na nossa sociedade.

Vale ressaltar que nem sempre o seguro defeso é um direito garantido às marisqueiras. “Tenho 15 anos de contribuição na colônia, já lutei muito para consegui

⁷ Seguro concedido ao pescador/pescadora artesanal no valor de um salário mínimo durante o período de defeso.

⁸ O período de defeso das atividades de pesca constitui-se no intervalo de tempo necessário para a reprodução de espécies de animais aquáticos. Esse período é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

o seguro defeso, já fui no SEAP, eles exigem muitos documentos, fui aprovada na perícia mas até hoje não tenho resultado, é muito difícil” (Ana Isabel Oliveira da Silva, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020).

Nas entrevistas as marisqueiras relataram que a Colônia só atua quando tem eleição, e que não se sabe o que de fato fazem, em contrapartida percebemos que as mesmas também não participam ativamente, não buscam informações no seu órgão de representação. Sabe-se também que a falta de participação das mulheres nestes espaços de decisão é fruto de uma construção histórica que impediu por longo tempo a mulher estar na vida pública e ser associado culturalmente de exclusividade masculino.

Do outro lado, o presidente da colônia, Sr. José de Ribamar Rodrigues da Silva, relatou que os pescadores e as marisqueiras só procuram a colônia quando sabem que vai tratar de algum benefício. “Elas aparecem aqui quando sabem que tem algum benefício, aí fica cheio de gente”. Esta afirmação do presidente nos instiga a alguns questionamentos: quais as ações da colônia que estimulam a participação das marisqueiras, por que nestes espaços as marisqueiras não participam como representante? De que forma a colônia tem garantido os direitos dessas mulheres?

Observou-se que muitas mulheres não participam da colônia, mas contribuem regularmente como associadas, na perspectiva de assegurar seu futuro através da garantia da sua aposentadoria. “Pago as taxas da colônia, mas não costumo ir nas reuniões” (Vera Lucia Vera, 51 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, fev.2021).

É importante destacar que a participação e organização das marisqueiras nesses espaços são fundamentais na construção de uma identidade coletiva e na garantia de seus direitos enquanto classe trabalhadora. Nesse sentido Carvalho e Schneider (2013) afirmam que as mulheres, ao se organizarem, ganham diferentes espaços e, ao mesmo tempo, surge a necessidade de mudanças nas estratégias de produção e reprodução da força de trabalho, ou seja, a sua organização social e política lhe propocionará lutar por seus direitos como cidadã, construir uma posição mais justa e igualitária reconhecendo suas potencialidades, capaz de superar suas desigualdades socioeconômicas, conquistando sobretudo engajamento coletivo e visibilidade social.

Outro espaço de participação importante trata-se da Associação. Em São José de Ribamar foi criada a Associação das Marisqueiras, em 2009, quando foi implantada a Casa das marisqueiras. No momento da pesquisa o presidente vigente era o Sr. José Maria Oliveira Rocha, que é um pescador. Cabe ressaltar que esta associação é predominantemente formada de mulheres, sem uma liderança feminina, isso reforça o quanto a mulher tem ainda dificuldade de estar à frente dos espaços de decisão, não porque se acham incapazes, mas devido também suas responsabilidades domésticas que exige tempo e dedicação, no entanto, ainda assim participam com suas sugestões para melhoria da categoria. A Sra. Domingas Silva, no seu depoimento revelou que uma das suas ideias para o bairro era a construção de um projeto para as marisqueiras e foi concretizado, mas não percebeu a atuação da associação em buscar melhoria para as marisqueiras. A Sra. Ana Isabel Oliveira da Silva informou que participou ainda da diretoria da associação, mas saiu [...] não sentiu confiança na gestão. A Sra. Graciete Queiroz Santos Oliveira, também relatou que ajudou muito a associação a crescer, trouxe várias mulheres para trabalhar no projeto, mas faltava mais interesse por parte da gestão.

Quando teve uma reunião com a comunidade, eu dei a ideia que era bom ter um projeto para as marisqueiras trabalharem. Dei sugestão para o presidente da associação para melhorar a vida das marisqueiras, mas não vi acontecer[...] (Domingas Silva, 63 anos, Bairro São Raimundo / São José de Ribamar, dez.2020);

Participei da diretoria da associação, mas resolvi sair, não senti muita confiança na gestão (Ana Isabel Oliveira da Silva, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020););

Tinha muita vontade de ver a Casa das marisqueiras dar certo, eu que levei as mulheres do meu bairro para trabalhar lá. Às vezes ia representar a associação em eventos, mas sentia que faltava mais interesse da gestão para melhorar a associação (Graciete Queiroz Santos Oliveira, 50 anos, Vila Dr.Julinho, São José de Ribamar, nov.2020.

Percebe-se nesses relatos como é evidente que essas mulheres não se sentem incluídas, não há políticas que as façam se sentir parte da entidade. Elas não são estimuladas a participar.

Esses depoimentos revelam dois pontos: a falta de representação feminina nos espaços de poder, muito presente nos nossos dias, e por outro lado, as representações de associações perderam a sua identidade própria, entrando no

descrédito e conseqüentemente a falta de pertencimento por parte das marisqueiras, o que gera ainda o enfraquecimento da organização.

As autoras ROCHA et al (2020, p.1) no seu artigo sobre “Mulheres em movimento: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos” afirmam que a participação da mulher ocupar o espaço publico é uma expressão de cidadania:

A participação política se configura como espaço mais amplo de expressão de cidadania e extrapola a política representativa [...] Muitas ações desenvolvidas no coletivo rompem com determinações prefixadas e com as práticas de poder constituídas na sociedade. Essa forma de agir cria possibilidades de ultrapassar o que está preestabelecido, moldado para investir no domínio de si, na sua autonomia para poder explorar todo o seu potencial (ROCHA et al, 2020, p.1).

A participação politica das marisqueiras de São José de Ribamar é ainda muito incipiente, precisam ocupar a vida pública, superar o individualismo e fortalecer um espírito cooperativo para conquistar seus direitos e visibilidade no espaço público. Para tanto é necessário romper com o silencio e anonimato e fortalecer sua representação na sociedade. Como explica Ferreira (2010, p. 69) a ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais

A participação da mulher nos espaços de poder nos nossos dias ainda é muito tímida, é fruto de muitas segregações enraizadas ao longo da história. As mulheres se mantiveram por longos tempos distantes tanto da discussão como da atuação social e política. Portanto a desigualdade nas relações de poder torna-se histórica, reproduzindo a separação entre os espaços público e privado. “Nessa separação, excluía todas as mulheres da política, lugar de poder, onde se define quem poderá dizer o que pode ser dito sobre os problemas comuns e como serão tratados [...]” (SOUZA, 2001, p. 195), restando às mulheres o espaço privado da vida doméstica e aos homens à vida pública.

A autora Ferreira (2010) foge de leituras que colocam as relações de poder como relações fixas, isoladas e unilaterais. Para autora, as relações de poder são complexas, relativas, recíprocas, mediadas pela sedução, pelo consentimento e pela violência simbólica. Portanto, exige da mulher resisti ao próprio legado que foi imposta na sua mente e nas suas relações sociais como se fosse a sua identidade natural.

Sabe-se que são muitas as dificuldades para que as mulheres tenham representatividade política, em virtude não só do preconceito e segregação que ainda existe, mas, sobretudo da sobrecarga de tarefas domésticas e familiares decorrentes da dupla ou tripla jornada de trabalho.

As relações de poder entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução.

Dessa forma, percebe-se que é necessário haver de ambas as partes (associação e marisqueiras), envolvimento, comprometimento com a organização, devendo ser entendida como espaço de todos(as), uma vez que seus objetivos estão inter-relacionados: a defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, Gramsci entende que “uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se; [...] e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes [...]”. (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Para complementar essa afirmativa, Bruno et al. (2011) colocam que é fundamental sublinhar que a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa a sua participação na esfera pública, pois o processo de participação qualifica a ação política e ressignifica o papel enquanto sujeito no espaço público e privado.

Em se tratando dessa participação em outros espaços, nas informações que obtivemos através das entrevistas, das 14 entrevistadas, 7 (sete) são somente sócias da colônia, 1 (uma) é apenas da associação, 3 (três) pertencem a colônia e associação e somente 3 (três) não pertencem a nenhuma dessas. Percebe-se que o número de participantes da colônia é maior, isto pode se dar por conta da garantia da aposentadoria que a colônia proporciona. Quanto as três entrevistadas que não participam de nenhuma instância, já são aposentadas. Esses dados confirmam que há necessidade dessas marisqueiras ocuparem esses espaços de direito, uma vez que pode “contribuir em grande medida para a construção de um olhar crítico [...], seja em relação às suas experiências cotidianas, seja em relação a uma maior percepção sobre a desigualdade de gênero (BRUNO et al., 2011).

Vale destacar que a associação não possui sede própria, funciona no próprio espaço do Projeto, o que pode ser considerado um complicador para a organização, pois percebe-se que as ações da associação se mescla nas próprias atividades do projeto, perdendo sua identidade nesse processo.

Outro aspecto importante, quando tratou-se sobre o conhecimento que as marisqueiras possuem sobre a organização comunitária no bairro ou as ações desenvolvidas por essas entidades. Essa realidade se tornou ainda mais remota, desvalorizam este espaço como palco de decisão e não se reconhecem como parte desse processo, e muito menos das decisões tomadas e das ações voltadas por parte dessas organizações para os interesses da comunidade: “Nem sei se tem alguma organização no bairro [...] e se tiver não fazem nada [...] não tenho interesse em participar. Aqui ninguém resolve nada. Os governantes só aparece em período de eleição (Gracival dos Santos Bezerra, 48 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Quando tratava-se sobre a questão da participação da comunidade em informar ao poder público as suas necessidades, apenas uma relatou: “Faço parte da diretoria da associação do bairro e através da associação a gente reivindica pela melhoria do nosso bairro, conseguimos junto a prefeitura melhorar a rua que estava com muito buraco” (Eloisa Queiroz dos Santos, 33 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020).

O que observou-se, com exceção da Sra. Eloisa Queiroz dos Santos, são mulheres que não participam das associações de bairro, desacreditam nessa forma de organização, a justificativa é que “não se tem uma comunidade unida que reivindica por seus direitos”, esclareceu Sra. Gracival dos Santos Bezerra (48 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020).

Percebeu-se, portanto, no que se refere à organização política das mulheres marisqueiras, que elas não foram historicamente instigadas a participarem de forma ativa nos espaços representativos, seja pelas próprias raízes culturais ou pelas suas atividades que exercem dentro de casa que demanda muito tempo. Todavia, é através da participação das massas populares e de seus mecanismos de representação direta que os sujeitos sociais podem confrontar o direcionamento político burguês, pressionando e se fazendo notar enquanto categoria de direitos (NOGUEIRA, 2005).

Butto (2011) ressalta que a inserção das mulheres nesses espaços é importante, porque significa que elas estão participando da esfera pública, estão saindo de suas rotinas diárias, essa participação reafirma sua posição como sujeito político e a sua atribuição ganha um novo significado, suas agendas de reivindicação se amplia e questiona-se as desigualdades que lhes são impostas, devido à condição feminina.

Quanto à organização do trabalho das marisqueiras, Diegues (1983, 1998, 2002), usa enfoques da antropologia econômica e social, nos seus estudos sobre comunidades pesqueiras. Segundo o referido autor, numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais se desenvolvem dentro do modo de pequena produção mercantil e se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, porque tanto a força de trabalho quanto a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda, isto é, em mercadoria. Isso implica numa concepção e representação do mundo natural e seus recursos essencialmente diferentes.

Diegues (1992) caracteriza as culturas tradicionais, aquelas que estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social baseada na:

Reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato [...] Uma característica importante desse modo de produção mercantil [...] é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares etc. Esse *know-how* tradicional passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação [...] Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas [...] e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação de recursos naturais é parte integrante de sua cultura (DIEGUES, 1992, p. 87).

Estas características mencionadas por Diegues (1992) estão presentes no trabalho das marisqueiras, pois são atividades econômicas de pequena escala, utilizam de pouca tecnologia no manuseio da catação do marisco, é formado em regime familiar, sendo majoritariamente composto por mulheres que trabalham em alguns casos de forma coletiva e em outros, de forma individual, a casa acaba sendo a extensão do seu trabalho, o que do ponto de vista do capitalismo não gera visibilidade social e econômica, mas como afirma Federici (2019, p.77), “elas se tornaram relações de produção — de modo que todos os momentos da vida operam em função da acumulação de capital”. Portanto contribuem para o sustento da família e são consideradas agentes de desenvolvimento local.

Vale ressaltar que algumas dessas mulheres são aposentadas, mas ainda assim o marisco continua sendo sua principal fonte de renda. Esta é uma característica marcante na pesca artesanal.

O trabalho familiar, realizada por homens, mulheres, crianças e idosos de forma conjunta. Caracteriza-se por ser um ofício passado de geração à geração mediante o convívio familiar, através da tradição oral e da vivência prática, com poucas modificações em relação ao método praticado durante milênios (MOURA; SANTOS NETO; ALMEIDA, 2008).

Trata-se de uma organização de trabalho baseada em divisão de tarefas, hierarquia e papéis, onde a mulher assume tarefas relacionadas ao lar. A divisão do trabalho são visivelmente fortes, nos quais: os homens praticam, em sua maioria, pesca de alto mar enquanto as mulheres se ocupam de tarefas em terra. Na sociedade patriarcal capitalista esta divisão sexual do trabalho se encontra vinculada as relações hierárquicas de gênero, “[...] ou seja, nessa forma de divisão do trabalho existe a separação dos trabalhos femininos e masculinos em que o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher” (SCHMIDT, 2012, p. 08).

O processo de trabalho das marisqueiras no município de São José de Ribamar compreende desde a catação, beneficiamento e comercialização. São várias técnicas, que se estendem ao longo do dia e que, às vezes, necessitam de mais de um dia para concluir. Santos (2006, p.115) diz que em cada momento da história, o trabalho é realizado com a utilização de um conjunto de técnicas que se apresentam distintas de um momento para o outro. Deste modo, podemos afirmar que “as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas”.

Para explicar esse processo, a Sra. Ana Isabel Oliveira dos Santos relatou com detalhes:

O trabalho começa desde quando as marisqueiras vão esperar as embarcações no porto para buscar o marisco. Aguardo debaixo do sol ou da chuva, dependendo da época do ano. O porto fica cheio de marisqueiras aguardando as canoas chegarem com suas encomendas. É comprado em sacos ou em latas o sururu, um saco custa R\$80,00 dependendo da época do ano. Pago a carroça para trazer o produto até em casa, 2 latas custa R\$3,00. Chegando em casa, coloco no balde o sururu. Em seguida levo para uma mesa com plástico para tirar o umbigo do sururu e o resto da lama que fica. Após isso, é necessário fazer o fogo numa lenha, geralmente é feito no fundo do quintal, coloco umas panelas grandes em cima da lenha e ponho um pano úmido por cima do sururu para cozinhar mais rápido, é preciso mexer em vez enquanto para que o sururu de cima também abra a casca, o cozimento dura aproximadamente de 15 a 20 min, depois de cozido despejo o sururu no monobloco (um recipiente vazado), ponho uma lona no chão e sacudo o monobloco para separar o cascalho da carne. O sururu cai sobre a lona. É um processo de muito esforço físico. Logo após essa seleção, coloco o sururu numa mesa, em cima de um plástico para tirar o resto do umbigo ou cascalho que ficou. Depois embalo o produto no saco de meio ou 1 kg e levo para congelar e por último vai para comercialização. Já tenho meus compradores fixos, quando termino de embalar eles vem buscar aqui em casa

(Ana Isabel Oliveira dos Santos, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020).

Figura 12 - Alguns itens de manipulação do sururu da casa da Sra. Ana Isabel.



Fonte: Autora, 2020

Como vimos na **Figura 12**, os itens de manipulação para tratar do marisco são bem rudimentares e exigem técnicas: o monobloco serve para sacudi o sururu e tirá-lo da casca, o plástico ou lona no chão é usado para receber o sururu que cai do monobloco, o panelão no meio do quintal utiliza-se para ferver o produto, tem um pano que coloca em cima para que abra a casca mais rápido e a lenha extraído da própria natureza para fazer o fogo para cozer o marisco. Relataram as entrevistadas que trabalham em suas próprias casas.

Nesse processo, as marisqueiras integram uma cultura, desenvolvem seus saberes e habilidades onde vivem e sobre a execução da sua atividade que são reproduzidos e que se modificam com o passar do tempo, pois para Marx (1998, p.147), o processo de trabalho é constituído, nos momentos mais simples, da atividade, do objeto e do meio.

Como podemos observar o beneficiamento do marisco exigem técnicas que perpassam por algumas etapas: sambucagem, fervura, limpeza, embalagem e comercialização.

Quanto ao processo de beneficiamento do marisco realizado na Casa das marisqueiras a Sra. Graciete Queiroz Santos Oliveira relata através da sua própria experiência:

O marisco é comprado de atravessadores, que levam até o local do projeto sendo que cada marisqueira compra seu produto individual e fica responsável pela sua produção. Primeiro o produto é pesado e anotado para saber quantos quilos cada uma comprou. Depois passa pela sala chamada suja,

onde a gente coloca numa mesa grande o sururu e a gente vai limpar, tirar o umbigo e toda a lama. Após esse preparo é levado para outra sala onde coloco o sururu em panelões grandes no fogão à 'gás para fazer um pré-cozimento até abrir as conchas. Depois disso levo para a outra sala refrigerada, a gente sacode o sururu no monobloco até separar a casca da carne e faz a última limpeza, onde tiro o resto de umbigo ou lama se tiver. Após isso, é levado para última sala, para embalagem e congelamento, também refrigerada, onde é colocado o sururu em bandeja de isopor de meio e 1kg e embalado, depois levo para o freezer para congelar o produto, só tira quando vai vender[...]. Aqui a gente usa toca, máscara e luvas para manusear o marisco (Graciete Queiroz Santos Oliveira, 50 anos, marisqueira, Vila Dr.Julinho, São José de Ribamar, nov.2020).

Existem alguns aspectos desafiadores que precisam ser analisados quando se trata do beneficiário da Casa das marisqueiras. Na pesquisa de campo realizada, observou-se que as marisqueiras do próprio bairro não participam desse projeto, uma vez que este foi idealizado para atender as mesmas. A quantidade de mulheres associadas segundo dados informados pelo Presidente da Associação, Sr. José Maria Oliveira Rocha, são 120 marisqueiras, enquanto apenas 10 estavam inseridas no projeto no momento da pesquisa, o que correspondeu 8,3%, uma amostra muito pequena para alcançar o objetivo da Casa. Dessas 10 (dez) conseguiu-se entrevistar apenas 6 (seis) e mais 8 (oito) que trabalham em suas casas, totalizando um universo de 14 (quatorze) entrevistadas.

Vale ressaltar que a **Figura 13** abaixo refere -se ao início do funcionamento da Casa, quando havia proximidade 36 integrantes.

Figura 13 - Manipulação do marisco na Casa das marisqueiras.



Fonte: Casa das marisqueiras, 2018

Percebe-se a diferença dos dois processos de trabalho; a manipulação do marisco realizado no projeto, observou-se que as condições de trabalho são mais adequadas, principalmente a higiene, o que gera uma valorização e qualidade no produto.

Algumas etapas de catação do sururu requer ainda muito esforço físico. Tivemos vários depoimentos de adoecimentos, tanto das participantes do projeto quanto mulheres que trabalhavam em casa:

Sacodia muito o sururu no monobloco para ajudar as colegas, adquiri problemas na minha coluna e nos meus rins [...] pegava muito peso. (Graciete Queiroz Santos Oliveira, 50 anos, Vila Dr.Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Pagava pessoas para fazer serviço de cozimento e de separação do sururu, pois tive problemas de coluna grave, além de problemas respiratórios que foi atingida ao longo do tempo com a fumaça do cozimento do marisco. (Ana Isabel Oliveira dos Santos, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020).

Percebeu-se que este adoecimento está diretamente ligado ao manuseio com o marisco e suas condições de trabalho. Embora na Casa das marisqueiras, exista condições melhores de trabalho, ainda assim tem algumas etapas que exigem esforço físico por parte das marisqueiras.

Na comercialização dos mariscos, as entrevistadas que participam da Casa das marisqueiras relataram que a venda do produto se dar através dos programas governamentais acordados com a prefeitura através de projetos, onde abastecem as escolas e cozinhas comunitárias e a outra parte elas tem seus próprios compradores e atravessadores. Essas informações se confirmam com a seguinte explicação:

A comercialização do produto fornecido pelas marisqueiras se dá em parceria com a prefeitura através dos programas governamentais (PAA, PNAE e compra local municipal), elas repassam seu produto para abastecer a cozinha comunitária, escolas e outra parte elas podem vender para a comunidade ou outros mercados, caso queiram. O valor é tabelado, fruto de pesquisa de preço (Sr. Alberto Carneiro, secretário de Agricultura e Abastecimento de Pesca- SEMAGRI do município de São José de Ribamar, out.2020).

As marisqueiras são cadastradas nos programas governamentais e tem direito até R\$ 20 mil/ano para que possam receber recurso e comprarem seus produtos (Sr. Bruno Heleno Almeida Vidal, gerente da Casa das marisqueiras, São José de Ribamar, out. 2020).

Com esse recurso dos programas são pagos os fornecedores que abastecem o produto para as marisqueiras. O atraso desse pagamento foi uma das queixas

também determinante para que as moradoras do bairro São Raimundo não permanecessem no projeto. Essas informações coadunam com os depoimentos dessas entrevistadas:

O preço que a prefeitura compra o produto está acima do mercado, é muito bom[...], acontece que atrasa muito (Ana Maria de Matos Santos, 35 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, fev.2021);

Chego a vender o marisco de 40 a 50kg de sururu no mês, no valor de R\$25,00/kg. (Vera Lucia Veras, 51 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, fev.2021).

Os fornecedores dar um prazo para pagamento [...], eles também tem seus compromissos. Já teve vezes que meu marido fez empréstimo para pagar os fornecedores, porque atrasou muito o pagamento (Gracival dos Santos Bezerra, 48 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Eles querem pagar com um mês depois, não dar certo, os fornecedores querem logo receber seu pagamento, eles também tem despesas para pagar (Maria Pereira dos Santos, 67 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, out.2020);

Sem dúvida o marisco ainda é a forma que essas mulheres adquirem sua dignidade através do seu trabalho para garantir seu sustento e de sua família. É com o marisco que é suprido suas despesas básicas (energia, água, gás, alimentação, material escolar dos filhos, etc) e geração de renda para o município.

Quando questionadas sobre a importância da sua profissão e escolha de outra profissão, relataram que o marisco possibilita geração de emprego e renda, mas não negam que exige esforço e muito trabalho que demanda tempo para sua realização, serve tanto para o consumo direto como para comercialização e que tem seu significado no sustento da sua família e na sua auto realização. Por outro lado, observou-se também em alguns depoimentos, que o fato de não serem assalariadas, gostariam de ter algo fixo que garantisse sua estabilidade financeira: “Eu não mudaria para outra profissão. A gente só muda quando não gosta do que faz ”(Graciete Queiroz Santos Oliveira, 50 anos, Vila Dr.Julinho, São José de Ribamar, nov.2020). “Eu gostaria de ser educadora do PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), pois é um trabalho assalariado e é menos pesado” (Gracival dos Santos Bezerra, 48 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020).

Nesse sentido, na visão das participantes da pesquisa, consideraram o seu trabalho como algo rentável, embora ainda se utilizam de instrumentos rudimentares, quase sem tecnologia, típica das comunidades tradicionais, não possuindo uma visão

ampliada de mercado, conforme preconiza a visão do capital, pois a valorização do capital que torna o trabalho produtivo se expressa através do lucro obtido pelo capitalista, ainda assim consideram que seu trabalho gera renda e sustento da sua família. Marx (2000, p.180) afirma se os produtos são produzidos como mercadorias, eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda eles podem satisfazer as necessidades dos produtores. Isso se confirma nos relatos das marisqueiras que compõem a amostra da pesquisa:

Meus netos quando querem uma renda para comprar roupas no natal ou alguma coisa vão trabalhar com marisco[...]O marisco é o principal sustento da minha família (Domingas Silva, 63 anos, Bairro São Raimundo / São José de Ribamar, dez.2020);

O mar que Deus fez é bom demais, nos alimenta [...] serve para o sustento da família, pagamento das despesas fixas e comercialização (Ana Isabel Oliveira da Silva, 46 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, dez.2020).);

O marisco me ajudou muito a construir minha casa (Gracival dos Santos Bezerra, 48 anos, marisqueira, moradora da Vila Dr. Julinho, São José de Ribamar, nov.2020);

Eu criei meus filhos com o marisco (Maria Pereira dos Santos, 67 anos, marisqueira, moradora do bairro São Raimundo, São José de Ribamar, out.2020).

Esses depoimentos revelam o que Almeida e Cruz (2011) destacam em relação ao trabalho na mariscagem, no sentido mais amplo, apresenta-se nos moldes em que Marx (2008) delineou como sendo socialmente mais direta de intercâmbio entre o homem e a natureza, desenvolvendo as potencialidades humanas para transformá-la e suprir sua subsistência e ao mesmo tempo, transforma-se a si mesmo.

Essa realidade foi constatada na pesquisa de campo, em que as mulheres costumam trabalhar em casa com marisco. Apenas 2 (dois) maridos ajudam catando sururu em casa, os homens costumam pescar ou trabalhar fora. Os demais são aposentados, pescadores, pedreiro e armador; geralmente, quando o grupo é formado por membros da família, elas ajudam entre elas no manuseio do marisco, ficando cada uma responsável pela venda de seu produto. Isso se comprovou nas três visitas que fizemos nas casas das marisqueiras Delzuita Diniz, Domingas Silva e Ana Isabel Oliveria da Silva, estavam rodeadas de alguns membros da família ajudando. No caso de Sra. Delzuita Diniz, estavam a neta e a filha, ensacando o sururu, os dois netos estavam sacodindo o sururu enquanto estava fervendo a outra produção.

Figura 14 - Sra. Delzuita, netos e filha trabalhando com marisco.



Fonte: Autora, 2020

Como percebeu-se o trabalho das marisqueiras tem seus limites e possibilidades que perpassam não apenas por uma única política pública, mas a articulação de todas as políticas (trabalho, educação, meio ambiente, saúde, assistência social, agricultura) bem como a própria organização política e produtiva dessas mulheres.

Essa fragilidade na organização política das marisqueiras compromete sua consciência de classe, pois é “na luta organizada que os segmentos subalternos da sociedade elevam sua consciência e sua solidariedade e se constituem em sujeitos coletivos, isto é, coletividades onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 55).

Concorda-se com Bruno et al (2011) quando afirma que a participação das mulheres em grupos produtivos, incentivadores de uma prática democrática, contribui em grande medida para a construção de um olhar crítico das mulheres, seja em relação às suas experiências cotidianas, seja em relação a uma maior percepção sobre a desigualdade de gênero.

No entanto as poucas oportunidades existentes para as mulheres nos espaços públicos e a baixa inserção delas em programas do governo demonstram a gravidade da situação vivenciada por elas. Entretanto, a partir das lutas contra a discriminação e preconceitos na sociedade, através dos movimentos sociais e feministas, as mulheres começam a ocupar diferentes espaços e a ter lentamente o alcance de suas conquistas (CARDOSO e PINTO, 2020, p.12).

Portanto reconhecer o trabalho das marisqueiras vai além de garantir os seus direitos ao registro da atividade, deve estender-se a melhoria de suas condições de trabalho (que se estende desde a captura, beneficiamento e comercialização do produto) à sua cidadania.

É nesse cenário de contradições que se encontram as mulheres marisqueiras de São José de Ribamar que cotidianamente lutam pela sobrevivência e proteção da sua prole, com suas próprias convicções de mundo, na perspectiva de garantir seu espaço e contribuir para o desenvolvimento local.

4.4 O empreendimento dos mariscos para geração de renda, trabalho e desenvolvimento local

A produção socioeconômica das marisqueiras, segundo uma perspectiva marxista se configura ainda nos moldes das “culturas tradicionais que se desenvolvem dentro da pequena produção mercantil e se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista”, porque tanto a força de trabalho quanto a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda, isto é, em mercadoria. Isso implica numa concepção e representação do mundo natural e seus recursos essencialmente diferentes (DIEGUES, 1983, 1998, 2002).

O empreendimento do marisco de forma geral dá-se em regime familiar, quando as mulheres trabalham em casa; e quando é realizada na Casa das marisqueiras, é feita através da associação. O produto que compram dos fornecedores, é pago individualmente, cada uma é dona da sua própria produção. Para as mulheres que estão no projeto, a prefeitura proporciona apenas o suporte da estrutura física e compra seus produtos através dos programas governamentais.

É através do marisco que essas mulheres têm “o ganha pão” todos os dias, como forma de enfrentamento da pobreza e da miséria gerado por um sistema desigual. Desse modo, não podemos ignorar a comunidade das marisqueiras, essas

mulheres também tem sua importância dentro da história, ainda que seja com sua forma organizativa de produção similar às comunidades tradicionais, contribuem de algum modo para o desenvolvimento local.

Paradoxalmente, os pensamentos de Polanyi (1968) ganha espaço nessa discussão, para valorizar modos de produção iguais a das marisqueiras, onde faz distinção entre as definições substantiva e formal da economia. O entendimento de Polanyi (1968a) quanto à concepção substantivista:

Define a economia como um processo instituído de interação entre o homem e o ambiente natural e social que o rodeia, o qual resulta em contínua oferta de meios para satisfazer as necessidades humanas, ou seja, aponta para o fato elementar de que os seres humanos, tais como todos os outros seres vivos, não podem existir por qualquer período de tempo sem um ambiente físico que os sustenha[...]. Enquanto as necessidades dependerem de objetos materiais para a sua satisfação, a referência é econômica (POLANYI, 1977b, p. 19,20).

Na economia formal, é uma economia de mercado, o sistema produtivo ou econômico está nas mãos de um aparelho automatizado, ou seja, um mecanismo institucionalizado controla os seres humanos em suas atividades cotidianas assim como os recursos naturais (POLANYI, 1968b, p. 62).

Feito essas considerações, a produção das marisqueiras, um empreendimento tipicamente substantiva, dá-se de forma direta com a natureza, ainda utilizam instrumentos muito rudimentares: lenha, lona, plásticos, monobloco ou jacá, apesar de comercializar seus produtos, ainda assim serve para a sua subsistência.

Nesse sentido ressalta-se as políticas públicas como estratégia capaz de fortalecer o empreendimento do marisco. As políticas públicas são entendidas como as ações coletivas, um compromisso público que visa suprir as demandas específicas de cada localidade, garantindo o bem estar social da população, em especial das marisqueiras. Ou ainda, um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos (PETERS, 1986 apud SOUZA, 2006).

No caso das políticas de fortalecimento da agricultura familiar surgiram no Brasil após uma longa trajetória de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento do latifúndio agroexportador e o fomento de grandes complexos agroindustriais no país, contexto esse envolto no paradigma do capitalismo agrário e do agronegócio (REIS, 2017, p.37).

O objetivo é atender às necessidades específicas dos agricultores familiares e foram implantadas no Brasil na metade da década de 1990, a integração entre elas é de grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003).

Entre as políticas públicas voltadas para o incentivo dos empreendimentos das marisqueiras, destaca-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996 com a finalidade de fornecer crédito e assistência técnica para agricultores familiares que por muitos anos foram os menos beneficiados pelas políticas públicas agrícolas. Depois de alguns anos após a criação e implantação do PRONAF, os produtores familiares se organizaram em movimentos sociais para reivindicar junto ao governo o apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços (MULLER, 2007; LUCENA; LUIZ, 2009).

Os anos que antecederam a criação do PRONAF são tidos como “momentos críticos” (MAHONEY, 2001) no debate da agricultura familiar e nos anos que seguiram novos instrumentos e organizações governamentais foram criadas dando ênfase a esse grupo social. Nesse sentido, destaca-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (mais conhecida como a Lei da Agricultura Familiar), em que o termo agricultura familiar passou a possuir uma definição operacional para fins de acesso às políticas públicas. Para efeito desta lei, no artigo 3º é denominado agricultor todos que preenchem os critérios abaixo:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, Lei nº 11.326/2006).

Esse novo olhar são determinadas por Grisa e Schneider, (2014) como uma nova geração de políticas para a agricultura familiar, em que se destacam os programas de compra institucional de alimentos dos agricultores familiares, entre as quais as marisqueiras, são também contempladas, onde cria cadeias curtas de comercialização e aproxima produtores e consumidores como forma de fortalecer a

segurança alimentar e ampliar a renda dos produtores. Foram criados os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009, aliados à estratégia intersetorial de combate à fome e à pobreza por meio do Programa Fome Zero (PFZ) e das ações do Plano Brasil Sem Miséria.

No Estado do Maranhão, dos 217 municípios, existem 104 municípios participantes do PAA, dentre os quais São José de Ribamar foi um dos municípios pioneiros, a aderir ao programa, isso ajudou muito na melhoria das condições de vida das marisqueiras. A adesão, segundo Reis (2017), ocorreu em um momento de descentralização de políticas públicas que procuravam relacionar o fortalecimento da agricultura familiar com ações de segurança alimentar de populações carentes.

No Estado do Maranhão existe um órgão responsável em fomentar a agricultura familiar chama-se Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão – AGERP, criada pela Lei Nº 8.562 de 28 dezembro de 2006. Um dos seus campos de atuação é prestar assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, remanescentes quilombolas, comunidades indígenas, jovens e mulheres rurais, pescadores artesanais e aquicultores e facilitação ao crédito rural.

Em uma dessas linhas de crédito de incentivo a agricultura familiar está o PRONAF. Para explicar como funciona esse programa, a Sra. Vilacir Moreira Silva Rebouças relatou:

Em linhas gerais, o financiamento do PRONAF é recurso do Governo Federal, é uma política pública de crédito, é liberado pelos agentes financeiros, aqui no MA são os Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco do Amazonas. Cada Banco tem certa liberdade de pôr um nome fictício, no caso do Banco do Nordeste é chamado de Agro Amigo, que é a Linha do PRONAF B, nessa linha de credito, a renda familiar do agricultor é até uma média de 23 mil reais/ano, mas é necessário que tenha ADAP, que é a porta de entrada para o PRONAF e outras políticas públicas de agricultura familiar. Precisa também está com nome limpo tanto do titular como seu cônjuge. A ADAP é por unidade familiar, ou seja, o agricultor pode fazer o financiamento e seu cônjuge também pode fazer outro financiamento com a mesma ADAP. Existem vários tipos de PRONAF, cada linha de crédito tem seu público alvo, com limite de crédito variado e juros também [...] O PRONAF B é a linha mais acessado no MA, porque vai até 5 mil reais, o produtor tem até dois anos para pagar, e paga com desconto, o juro é baixíssimo. No PRONAF B não exige comprovante de imóvel, é menos burocrático, pois nem todos tem esse documento[...]. Existe algumas prerrogativas para ser agricultor familiar: não ter uma área superior a 4 módulos fiscais, um módulo varia de acordo com cada município, em São José de Ribamar, 1 modulo corresponde a 30 hectares, isto que dizer que não pode ultrapassar a 120 hectares, mais de 50% da mão de obra empregada precisa vim da família e a renda bruta precisa ser no mínimo 50% da própria família.

Quanto a AGERP é um órgão estadual que presta serviço de assistência técnica e de extensão rural ao produtor e pesquisa agropecuária. Existem 19 regionais no MA, cada uma regional possui um certo número de técnicos que prestam assistência a um número limitado de municípios. A AGERP também é um dos órgãos que expede a ADAP, há também alguns sindicatos de trabalhadores rurais, mas é bem restrito, porque é feito um trabalho criterioso para atestar se de fato o produtor atende ao perfil, para isso é feito pelo técnico uma visita de inspeção na área de produção. Quando o agricultor recebe o financiamento, ele pode receber essa assistência[...]. Considera um serviço intimizado, porque convive com o agricultor diariamente no campo. (Vilacir Moreira Silva Rebouças, extensionista da AGERP)

Figura 15 - Visita técnica da AGERP e SEMAGRI no campo.



Fonte: AGERP, 2018

No município de São José de Ribamar os programas governamentais são gerenciados pela SEMAGRI; onde as marisqueiras podem se inserir em vários programas governamentais simultaneamente (Compra Local Municipal- CLM, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE). Das 6 (seis) entrevistadas que participavam da Casa das marisqueiras apenas 1 (uma) não estava inserida nos programas governamentais, as (8) oito que trabalham em casa, não aderiram aos programas, devido ao atraso nos pagamentos.

Cada um desses programas tem suas particularidades e sua própria lei. O Programa Municipal de Aquisição de Alimentos é denominado Compra Local Municipal – CLM foi instituído pela Lei nº 699 de 26 de junho de 2007, art.1, cujo objetivo é Incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários e pescados para pessoas em situação de insegurança alimentar e, como reforço à merenda escolar.

O CLM destina-se à aquisição de produtos agropecuários e pescados, produzidos por agricultores familiares e pescadores artesanais, respectivamente, que atendem ao PRONAF (art.1, § 1º).

Os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, **pescadores artesanais**, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede sócio assistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição. (CONAB, 2016).

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública instituída pelo Governo Federal (através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional/MESA) em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), regido pela Lei nº 10.696, em julho de 2003 e revogada pela Lei nº 12.512 em 2011.

Na execução do PAA pode ser feita por meio de cinco modalidades: compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite, compra institucional e aquisição de sementes.

A modalidade Compra Direta Local tem por objetivo principal articular a produção dos agricultores familiares (enquadrados nos grupos A ao D do PRONAF) com a demanda institucional local. O Estado ou a Prefeitura Municipal firma um convênio com o MDS, que libera os recursos, os quais são gerenciados pelo órgão que firma convênio. A Compra Direta da Agricultura Familiar é a modalidade na qual o governo federal, por meio da CONAB, fixa contratos com os agricultores, nos quais fica garantida a possibilidade da compra da produção, a um preço já estipulado (CORREA, 2017, p. 64).

Figura 16 - Banner da SEMAGRI sobre PAA



Fonte: Autora, 2020

O PAA destina-se à compra de produtos da AF para diversos fins, sendo esses adquiridos sem licitação, até um limite financeiro anual máximo de vendas por agricultor familiar e a preços que não podem ultrapassar os praticados nos mercados locais (SOUZA; LOURETE, 2010). Por não ser tão burocrático e o valor do marisco ser do mercado, há uma certa aceitação pelas marisqueiras.

Esse programa é voltado às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA é considerado uma das principais ações estruturantes do PFZ, no qual o governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, adquire alimentos dos agricultores familiares e repassa para pessoas em situação de risco alimentar através de entidades conveniadas (MATTEI et al., 2011).

Em São José de Ribamar funciona apenas a modalidade compra com doação simultânea, executado pela prefeitura, através da SEMAGRI, ou seja, a prefeitura compra direto das marisqueiras o produto e doa simultaneamente às entidades, escolas e cozinhas, visto que o município priorizou essa modalidade no intuito de comprar direto dos produtores do município, no incentivo ao desenvolvimento local. Ressalta-se ainda que para cada proposta cadastram-se as entidades atendidas. Nesse caso, as marisqueiras estabelece uma relação de comércio com a prefeitura, que por sua vez abastece essas entidades.

Tabela 1- Entidades e escolas atendidas pelo PAA/2019.

Nº	NOMES
01	Cozinha Escola Municipal
02	Associação Beneficente Santa Clara Sonho de Aline
03	Associação comum dos Moradores da Vila Operária
04	Centro Social do Idoso
05	Centro Social Sarney Filho - PETI
06	Clube de Mãe “uma luz que brilha”
07	Creche Escola Santa Rita
08	Instituto Educacional Primeiros Passos
09	Abrigo Institucional Renascer
10	Centro de Referência POP

Fonte: SEMAGRI/2019

Essa distribuição é realizada em alguns polos tanto rural quanto urbano do município, conforme quadro abaixo:

Tabela 2 - Polos beneficiados pelo PAA/2019

Nº	POLOS
01	Panaquatira
02	Bom Jardim
03	Santa Maria
04	Mata
05	Sede

Fonte: SEMAGRI/2019

O outro programa governamental de fomento à pesca e agricultura trata-se do PNAE, este foi instituído pela Lei nº 11.947/2009, art. 1 e 4, cujos objetivos são:

Incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários e pescados para pessoas em situação de insegurança alimentar e, como reforço à merenda escolar.

Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola. .

A Lei nº 11.947/2009 estabelece ainda no seu Art. 14, que seja repassado 30% dos recursos para a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Estes recursos são repassados através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em conta corrente específica automaticamente dispensando a realização de convênios para os Estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais, cabendo aos entes públicos fazerem a prestação de contas dos recursos recebidos, sob pena de responsabilização da autoridade responsável por declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita (BRASIL, 2009).

Para que as marisqueiras acessem aos programas governamentais é necessário que todas as beneficiárias tenham a Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP, um documento essencial de porta de entrada do agricultor familiar, pescadores, marisqueiras acessar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda, auxiliando nos seus empreendimentos.

A Sra. Elenildes de Sena Aragão, relatou resumidamente esses programas e como é feita a sua execução:

O município trabalha com os programas CML, onde o município executa e paga os agricultores e marisqueiras. O PNAE, é um programa nacional de alimentação escolar, com recurso federal, mas voltado a educação e o PAA, é um Programa de Aquisição de Alimentos [...]também recurso federal, eles têm a mesma logística, o que muda é que o recurso da CML é recurso do município e os demais são do governo federal, sendo que o PNAE, o recurso é da educação, vem do FNDE, é repassado 30% do recurso para incentivo na agricultura familiar. O PNAE tem um teto para cada produtor até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), CLM e PAA é R\$ 6.500 (seis mil e quinhentos reais) /anual. O PAA e o PNAE, o município faz uma chamada pública é feito um edital, é solicitado os documentos: DAP, situação cadastral do CPF, declaração preenchida, (própria do Edital), projeto de venda, onde os técnicos da secretaria presta gratuitamente assessoria na elaboração do projeto e

abertura da conta também. Aqui na Secretaria a gente tenta facilitar para que todos participem dos programas. Durante a execução dos programas faço o acompanhamento financeiro, temos um romaneio de aquisição e distribuição que é entregue ao produtor assinar, para não passar do valor aprovado, é feito semanalmente, a proporção que recebemos o produto, é feito uma nota fiscal online que era para eles fazerem, mas também geramos aqui, depois da nota fiscal, fazemos a folha de pagamento para ir para o Banco do Brasil para fazer o pagamento. O PAA é mais fácil o processo, lança no sistema, gera um termo de ateste, daí gera a nota fiscal e envio para pagamento (Elenildes de Sena Aragão, assessora técnica da SEMAGRI, São José de Ribamar, out.2020)

Segue abaixo a tabela que trata da quantidade de produtos que as marisqueiras venderam para Prefeitura Municipal de São José de Ribamar durante os anos de 2016-2019, recebidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e distribuídos às escolas municipais e entidades sócio assistenciais do município, através dos programas governamentais: PAA, PNAE e CML. Quanto aos anos anteriores não soube informar, relatou que não tinha no seu banco de dados. Ressalta-se ainda que as lacunas dessa tabela que estão sem informações do CML, referente ao ano 2019 foi justificado pela entrevistada que não houve produção, devido ao período de pandemia.

Tabela 3 - Quantitativo de marisco vendido pelas marisqueiras 2016-2019.

2016			2017	
	KG	VALOR R\$	KG	VALOR R\$
PAA	1.359	29.898,00	155	3.720,00
PNAE	642	14.124,00	301	7.224,00
CML	137	3.014,00	442	10.608,00
TOTAL	2.138	47.036,00	898	21.552,00
2018			2019	
	KG	VALOR R\$	KG	VALOR R\$
PAA	155	3.720,00	50	1.450,00
PNAE	1.330,70	29.237,90	180	4.265,00
CML	418	9.196,00	-	-
TOTAL	1.903,70	42.153,90	230	5.715,00

Fonte: SEMAGRI/2020

Os dados da **Tabela 3** demonstram que os programas voltados ao fomento do marisco precisam ser ampliados e ganhar uma maior visibilidade, indica ainda a necessidade de maior investimento do produto, pois diminuindo o recurso no incentivo

à produção de marisco, automaticamente diminui o número de participação das marisqueiras. Nesse caso é necessário avaliar as fragilidades do programa para atender as demandas dessas mulheres, uma vez que dentre os objetivos do programa é fortalecer a segurança alimentar e melhorar a renda de seus beneficiários. O processo de avaliação consiste em “[...] determinar o mérito e aprioridade de um projeto de investimento ou de um programa social” (HOLANDA, 2003, p. 2).

Percebeu-se que entre as entrevistadas existem opiniões contrárias quanto a adesão aos programas governamentais. Para as mulheres que participam na Casa das marisqueiras os programas ajudaram muito na sua melhoria de vida, o que se constatou como problema maior é o atraso no pagamento, as mulheres que trabalham em casa relataram que ganham muito mais sem depender desses programas. Observou-se por outro lado, que as marisqueiras que recebem recursos dos programas, não buscaram outros meios de comercialização, acabaram se acomodando, ainda sabendo da dificuldade do atraso do pagamento. Este dado é um dos fatores que pode ser avaliado. Importante lembrar que avaliação é:

[...] um procedimento sistemático de levantamento e análise de dados visando a identificar os resultados, efeitos ou impactos de um programa ou projeto e a aferir a sua relevância, sustentabilidade, eficiência e eficácia, em confronto com os objetivos estabelecidos quando de sua concepção ou formulação (HOLANDA, 2003,p.4).

A Sra. Elenildes de Sena Aragão (assessora técnica da SEMAGRI, São José de Ribamar, out.2020) relata que são as mesmas pessoas que concorrem todo ano, não abrem espaço para que outros/as participem: “Os programas governamentais são apenas um auxílio ao produtor, mas as pessoas buscam este auxílio como se fosse a sua única fonte. Acontece que todo ano são as mesmas pessoas que participam[...], gera uma dependência financeira.

No depoimento do Sr. Francisco José da Silva Reis (técnico em recurso pesqueiro, mais conhecido como Chiquinho, São José de Ribamar, out.2020) relatou que a dependência das marisqueiras com os programas governamentais tem impedido as mesmas de buscarem outras fontes de recursos que aumente suas rendas, pois “o funcionamento do seu trabalho gira em torno do recurso dos programas, o que pode se tornar um entrave para seu trabalho”.

São várias fontes dos empreendimentos das marisqueiras, a maioria são mulheres que tem os seus próprios negócios em casa, vendem seus produtos para

atravessadores que comercializam em feiras livres ou repassam algumas vezes para o mercado Menezes, outras vendem seus produtos para a prefeitura, através dos programas governamentais, essas geralmente são as mulheres que participam do projeto. As feiras livres seriam uma grande oportunidade de comercialização, mas devido seu tempo, preferem repassar seus produtos para terceiros. Uma das grandes dificuldades das mulheres que trabalham na Casa das marisqueiras é que o município ainda não possui o selo de qualidade que dar garantia do produto ser escoado para outros supermercados.

Há necessidade de se ampliar a venda para outros mercados, Fui no Supermercado Mateus com o Sr Bruno (gerente da Casa) explicar o nosso produto, mostramos através de vídeo como funciona a Casa, gostaram muito, mas exigiram muita produção e o selo do produto. Temos poucas marisqueiras e nem sempre temos muito produto para vender assim (Graciete Queiroz Santos Oliveira, 50 anos, marisqueira, Vila Dr.Julinho, São José de Ribamar, nov.2020).

Essa necessidade relatada pela participante da pesquisa é uma exigência própria do capital, quanto mais produto para vender, mais lucro. Assim, reforça Marx (2008, p.105) quando enfatiza que a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta portanto, que produza em geral, ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o (a) trabalhador (a) que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.. De qualquer modo nesse sistema, a mulher é impedida de abandonar as tarefas domésticas, e mesmo que não as faça, é ela que deve garantir que sejam realizadas. Essa atividade segue sem custo adicional para o capital, garantindo a reprodução da força de trabalho e possibilitando uma exploração maior da mulher enquanto trabalhadora.

Sobre isso, Álvares; Maneschy (2012) reforçam a referência feita ao trabalho feminino no contexto pesqueiro como algo que pudesse ser executado nas proximidades de casa, de modo que fosse associada às demais tarefas atribuídas à mulher. Assim, estas atividades eram voltadas principalmente para a confecção e reparo em apetrechos de pesca, ou ainda no beneficiamento do pescado, na coleta de crustáceos e mariscos.

Essa concepção tem se enraizado ao longo dos tempos, impedindo o desenvolvimento local e o avanço do trabalho das marisqueiras. Nesse aspecto, a

Casa das marisqueiras pode ser esse grande motor que proporcione uma melhoria nas condições de trabalho dessas mulheres com vista ao desenvolvimento local.

A luta dessas mulheres é um dia fornecerem seu produto para os supermercados em grande escala e não venderem mais para atravessadores, no entanto dependem do selo de qualidade e ter mais produções.

Como podemos perceber a comercialização feita pelas marisqueiras é ainda uma “bandeira” a ser conquistada, pois muitas delas ainda não conseguem vender diretamente para o consumidor, outras vezes é vendido para atravessadores, que compram pela metade do preço, o que desvaloriza muito mais o seu trabalho. Nesse caso, os programas governamentais é ainda a sua fonte de renda mais segura.

Diante desses entraves é assegurado pelo Plano Diretor⁹ do município de São José de Ribamar, um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (Constituição Federal, § 1º do artigo 182) que rege algumas diretrizes e objetivos da Política de Abastecimento, Produção e de Desenvolvimento Rural:

I. Estimular e garantir a participação ativa dos diversos setores de produção, priorizando a participação dos agricultores familiares, dos trabalhadores rurais e dos pescadores artesanais, por meio de suas representações sindicais, associativas e organizações similares, com a finalidade de elaboração, implementação e monitoramento dos planos plurianuais e/ou incentivos de desenvolvimento na área de abastecimento, produção e de desenvolvimento rural; II- estimular e priorizar a produção familiar nos programas de abastecimento alimentar por meio do sistema de comercialização direta entre produtores e consumidores e, também, nas compras institucionais para abastecimento nas escolas públicas, hospitais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e afins; V-desenvolver a política de abastecimento e de produção, objetivando o desenvolvimento rural harmonizado com a preservação do ambiente, conservação do solo e dos recursos hídricos, estimulando os sistemas de produção integrado entre agricultura, pecuária, apicultura, aquicultura e a policultura orgânica, dentre outros sistemas; (PLANO DIRETOR, 2006 art. 57, inciso I,II e V).

Apesar de ser meta do município investir na agricultura familiar, conforme o Plano Plurianual-PPA de 2018-2021, um documento também de grande importância

⁹ A Constituição Federal de 1988 dispõe o artigo 182, § 1º, sobre o desenvolvimento urbano: O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. O Estatuto da Cidade (Lei Nacional n. 10.257/2001), no § 3º do seu artigo 30, determina que, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, os planos diretores devem ser revistos. O Plano Diretor de São José de Ribamar, segundo as pesquisas bibliográficas/2020 foi verificado a última versão em 2006, apenas tem uma lei complementar que ainda não foi aprovada, também encontramos um DECRETO Nº 1263, DE 17 DE ABRIL DE 2017 que institui a Comissão de Estudo e Formulação do Termo de Referência que embasará a contratação de empresa para a execução dos Serviços de Atualização do Plano Diretor Participativo e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Estas informações foram confirmadas junto ao gabinete da prefeitura.

na administração pública que norteia todas as políticas públicas, sabe-se que nem sempre é cumprido, requer também arrecadação orçamentária e vontade política para fazer. “A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes” (Lei nº 1175 de 22 de dezembro de 2017, art.3)

Tabela 4 - Plano Plurianual de São José de Ribamar 2018-2021/ Metas por Programa.

Código	Programa / Produto	Unidade	2018		2019		2020		2021	
			Meta	Valor	Meta	Valor	Meta	Valor	Meta	Valor
0015	Reconstruindo a Produção e Abastecimento			1.250.000,00		837.500,00		396.125,00		423.855,00
	Mercado construído ou reformado	Unid.	3	550.000,00	2	588.500,00	1	129.695,00	1	138.774,00
	Feira de Bairro organizada	Feiras	24	60.000,00	24	64.200,00	24	68.694,00	24	73.503,00
	Agricultor familiar capacitado	Unid.	150	15.000,00	150	30.000,00	150	75.000,00	150	85.000,00
	Poços Perfurados	Unid.	3	150.000,00	1	15.000,00				
	Estufas instaladas	Unid.	3	90.000,00	1	5.000,00				
	Subestações com rede Elétricas instaladas	Unid.	3	90.000,00	1	5.000,00				
	Unidades de Processamento instaladas	Unid.	3	150.000,00	1	15.000,00				
	Unidades de Processamento restaurada	Unid.	1	50.000,00	1	10.000,00				
	Semente selecionada distribuída	kg	120	30.000,00	120	35.250,00	120	39.440,00	120	40.076,00
	Fertilizante distribuído	kg	5.000	25.000,00	5.000	26.750,00	5.000	37.500,00	5.000	37.500,00
	Pescador capacitado		100	40.000,00	100	42.800,00	100	45.796,00	100	49.002,00
0016	Programa Municipal de Aquisição de Alimentos			300.000,00		321.000,00		343.470,00		367.513,00
	Produto da agricultura familiar adquirido	T	75,3	300.000,00	80,6	321.000,00	86,2	343.470,00	92,2	367.513,00
0017	Apoio ao Trabalho e Geração de Renda			100.000,00		107.000,00		114.490,00		122.504,00
	Artesãos apoiados	Pessoa	60	50.000,00	60	53.500,00	60	57.245,00	60	61.252,00
	Pessoas capacitadas	Pessoa	500	50.000,00	500	53.500,00	500	57.245,00	500	61.252,00

Fonte: PPA, 2018

Comparando as **Tabelas 3 e 4** supracitadas, analisou-se que o investimento nos programas, em especial da CML, nos anos 2018 a 2019, houve um crescimento, no entanto percebeu-se pela **Tabela 3** (quantitativo de marisco vendido pelas marisqueiras), o valor é bem menor, correspondendo apenas 0,10% do investimento do programa, o que é pouco demais para alcançar um maior número de marisqueiras.

Consta também na meta da Lei de Diretrizes Orçamentaria-LDO/2021, outro documento da gestão pública, incentivo à pesca e sua comercialização bem como destaque no compra local municipal, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - Anexo de metas e prioridades/2021.

Reconstruindo a Produção e Abastecimento		
<i>Assegurar os mecanismos de fomento à produção agrícola, pesqueira, pecuária e extrativista e de garantia da comercialização.</i>		
Órgão / Ação / Produto	Unidade	Meta
Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Abastecimento		
Promoção e Desenvolvimento da Pesca		
Pescador capacitado	Pessoa	100
Construção, Reforma e Ampliação de Mercados e Feiras		
Mercado construído ou reformado	Unid.	1
Apoio a Comercialização		
Feira de Bairro organizada	Feiras	24
Apoio a Produção		
Agricultor familiar capacitado	Unid.	150
Semente selecionada distribuída	kg	120
Fertilizante distribuído	kg	5.000

Programa Municipal de Aquisição de Alimentos		
<i>Apoiar a agricultura familiar na produção e comercialização de produtos alimentares.</i>		
Órgão / Ação / Produto	Unidade	Meta
Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Abastecimento		
Compra Local Municipal		
Produto da agricultura familiar adquirido	T	92,2

Fonte: LDO, 2021

Essas leis regem a administração do município, direciona toda gestão pública: as prioridades, metas, ações, porém cabe a sociedade civil, conselhos e órgãos de controle fiscalizar se tais leis estão sendo cumpridas. Essa participação se dá na cobrança, na requisição de ações por parte do poder público e na crítica ao que foi ou deve ser feito, ou seja, proporciona um reequilíbrio das forças sociais, gestores e cidadãos. (GOMES FILHO, 2005).

Esses documentos foram mencionados para mostrar que o empreendimento do marisco está na pauta das políticas públicas, é reconhecido pelos gestores que gera desenvolvimento local, porém é necessário um olhar também nas condições de trabalho das marisqueiras, de modo que essas mulheres comercializem seus produtos de forma digna.

Além dos programas governamentais já mencionados, existem outras políticas públicas executadas pela SEMAGRI, direcionadas ao desenvolvimento da pesca no município, informadas pelo Sr. Alberto Carneiro (secretário de Agricultura e Abastecimento de Pesca- SEMAGRI do município de São José de Ribamar, out.2020).

Fábrica de gelo: foi inaugurada em 2008, funcionou por 8 anos e voltou a ser reinaugurada em agosto de 2020. No momento da pesquisa o gerente era o Sr. Francisco José da Silva Reis. O projeto visa ofertar o gelo ao pescador artesanal ao preço de custo. Nas fábricas privadas, no atacado, o valor corresponde a R\$ 16,00 (dezesesseis reais), pelo projeto da fábrica é vendido por R\$ 10,00 (dez reais). O pescador não precisa ser cadastrado, apenas apresentar o DAP. Ele tem direito até 10 sacos por semana, sendo que um saco possui 40kg;

Figura 17 - Placa/ Fábrica de gelo



Fonte: Autora, 2020

Casa das marisqueiras: Foi fundada em 2009 e reconstruída em 2017; é uma fábrica onde é realizada a manipulação do produto de forma higiênica e segura. Possuem os equipamentos adequados para o beneficiamento do marisco. Para participar desse projeto é necessário realizar uma capacitação.

Destaco o projeto da Casa das marisqueiras para entender a sua dinâmica de funcionamento e as formas de organização produtiva dessas mulheres nesse espaço. A fábrica de beneficiamento de pescados e mariscos mais conhecida como Casa das marisqueiras é um projeto criado pelo poder público voltado para gerar recursos para as marisqueiras e de possibilitar a venda de um produto de qualidade, onde é orientado desde o processamento até a conservação do marisco. “Elas são capacitadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR da importância da higienização e da preservação do meio ambiente”, informou Sr Bruno Heleno Almeida Vidal.

O Sr. Francisco José da Silva Reis explicou como começou a ideia desse projeto:

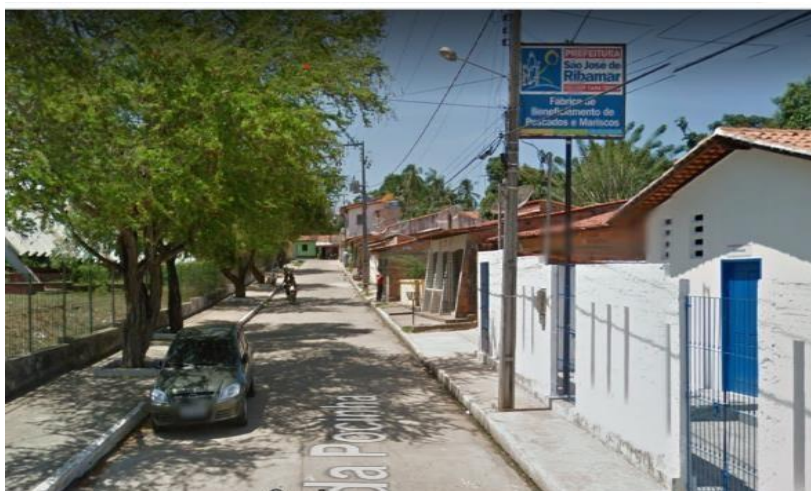
Observamos que no município de São José de Ribamar não tinha local para melhorar o beneficiamento do sururu. Surgiu a ideia de fazermos um local de manipulação. Daí surgiu a Casa das marisqueiras. Primeiro o secretário pensava em fazer uma casa familiar rural, estilo da casa da alternância. Mas faltava recurso. A equipe técnica encontrou um caminho que foi o Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS¹⁰ do Banco do Brasil, tinha que concorrer a um concurso de projetos que atendesse a duas características: atingir uma maior quantidade de pessoas e ter caráter social. Concorremos com 23 projetos. Somente dois projetos foram aprovados: revitalização das feiras de São Luís e a Casa das marisqueiras. Foi aprovado o projeto no ano de 2009, mas o recurso saiu dois anos depois.”. Quando foi criada a Casa, a prefeitura levou a infraestrutura para o entorno do bairro. Fizemos a praça das marisqueiras, asfaltaram as ruas do entorno, a rampa do porto do bairro São Raimundo foi construída. Custou 80 mil reais a Casa das marisqueiras. Nessa época foi criada a Associação também. (Sr. Francisco José da Silva Reis, técnico em recurso pesqueiro, mais conhecido como Chiquinho, São José de Ribamar, out.2020).

A Casa das marisqueiras é fruto de uma política pública formulada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento-SEMAGRI.

A Casa das marisqueiras é uma política pública adquirida. Na hora que fechar, se o coletivo não pressionar os governantes, se não tiver esse empoderamento, pode perder aquilo que foi adquirido [...] Quando você tem desenvolvimento local, você tem políticas públicas que reduzem a fome, a miséria, a violência, agravo a saúde. É um projeto inédito no Maranhão, é procurado por outros municípios (Raposa, Paço do Lumiar, Guimarães) para conhecer seu funcionamento. Possui um gerente e um chefe predial. A casa tem capacidade até 34 (trinta e quatro) pessoas. Têm 3 (três) compartimentos: sala suja, onde fica a mesa grande para limpeza do marisco, sala intermediária para o segundo processo de limpeza e a última sala, de empacotamento e congelamento do produto. A capacitação é o critério para as marisqueiras participarem do projeto. A prefeitura mantém a infraestrutura (água, luz, gás, equipamentos), os insumos (tocas, luvas, embalagens) e a marisqueira entra apenas com sua mão de obra e o produto. Para isto precisam passar por uma capacitação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR que vai orientá-las na manipulação e conservação do marisco (Sr. Alberto Carneiro, secretário de agricultura, pesca e abastecimento do município de São José de Ribamar, out.2020).

¹⁰ O DRS objetiva apoiar atividades produtivas, a partir da identificação de vocações e potencialidades de comunidades de todo o país, com respeito à diversidade cultural e às suas tradições. Com esta estratégia, busca o desenvolvimento das regiões onde atua, gerando trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa.

Figura 18 - Casa das marisqueiras



Fonte: Autora, 2020

Assistência técnica gratuita aos projetos para marisqueiras, pescador artesanal e agricultor: a secretaria oferece gratuitamente os técnicos para elaborarem os projetos, orientarem sobre os documentos necessários de forma que consigam recursos juntos aos programas governamentais (PAA, PNAE, CML). Quando o município não possuem esse suporte técnico fica mais difícil os beneficiários terem acesso aos programas.

Diante dos programas expostos, sabe-se que toda política pública tem suas limitações, seja orçamentária ou de gestão, entretanto percebe-se que o número de marisqueiras inseridas nesses programas é ainda muito reduzido. É necessário realizar uma avaliação de sua execução, ouvindo os beneficiários das suas reais dificuldades de acesso.

Nesse aspecto, vale destacar a atuação do assistente social no acompanhamento dos beneficiários dos programas (PNAE, PAA, CML), é feita uma visita sistemática às famílias dos produtores, onde avalia-se o uso dos programas e o acesso às políticas de saúde, educação, moradia. Realiza-se um trabalho multiprofissional juntamente com o técnico agrícola, agrônomo e técnico em pesca na divulgação dos programas, facilitam também àqueles produtores que precisam regularizar seus documentos para ter acesso aos programas governamentais.

Fazemos visita às famílias dos produtores, acompanhando quanto ao seu acesso às políticas de saúde, educação, moradia. Muitos deles tem uma boa produção, mas não se preocupam com sua saúde, escolaridade [...]. Tem alguns produtores que não possuem documentação completa para ter acesso

aos programas, nossa equipe faz os devidos encaminhamentos a essas pessoas[...] Nem sempre sua produção vem apenas dos programas, nós incentivamos os produtores a buscarem outros canais de comercialização: feiras livres, venda para estabelecimentos comerciais, empresas. (Carliete dos Santos Reis, assistente social da SEMAGRI, São José de Ribamar, out.2020.

Figura 19 - Trabalho da equipe multiprofissional da SEMAGRI



Fonte: SEMAGRI, 2018

Como afirma Iamamoto (1997, p. 14) o papel das assistentes sociais é trabalhar com “a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. [...], ou seja, a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

Nesse aspecto é necessário construir políticas públicas integradas de gênero a fim de reduzir as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas existentes entre homem e mulher. Essas políticas públicas são as que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres (FARAH, 2004; SILVEIRA, 2003).

Esse entendimento coaduna com (Bandeira; Vieira, 2004) quando afirma:

Apenas o compromisso com a abordagem de gênero – em sua interseccionalidade com tais categorias e em sua transversalidade com as diversas searas da vida social (saúde, educação, trabalho, dentre outras) -

poderá atender às inúmeras e complexas reivindicações de uma sociedade injusta, violenta e discriminadora (BANDEIRA; VIEIRA, 2004, p.39).

As desigualdades de gênero estão presentes nas inúmeras diferenças entre homens e mulheres, tais como de acesso aos bens sociais e aos programas de geração de renda, de inserção no mercado de trabalho, nos sistemas de tecnologias e informática. Sabe-se que esses aspectos garantem o acesso às várias dimensões da cidadania.

No que tange as questões que tratam dos programas voltados para geração de emprego e renda, as marisqueiras beneficiárias conseguem relatar que os programas ajudaram muito a melhorar suas vidas.

Para que os resultados sejam satisfatórios, a ampla divulgação dos programas sociais é uma forma de atingir o maior número de marisqueiras e possibilitar o seu acesso, além das informações corretas. A própria Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS art. 4º, inciso V enfatiza em um dos seus princípios a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Conforme os relatos coletados, os programas governamentais ajudaram a melhorar o empreendimento das marisqueiras beneficiárias para o desenvolvimento local, mas percebe-se que estas mulheres encontram ainda muitos desafios, desde a captura até a comercialização do produto.

De modo geral vamos elencar as principais dificuldades e possibilidades relatadas em seus depoimentos, conforme tabela abaixo:

Tabela 6 - Relação de dificuldades e possibilidades do trabalho do marisco para desenvolvimento local

DIFICULDADES	POSSIBILIDADES
Administração da Casa das marisqueiras;	Boa infraestrutura da Casa das marisqueiras;
Selo de qualidade do produto;	Melhoria na qualidade do produto;
Atuação da Colônia e Associação pro direitos e benefícios de melhoria de vida das marisqueiras;	Condições de trabalho adequadas;
Ampliação de financiamento e crédito;	Assistência técnica gratuita para adquirir recursos nos programas federais e municipais;
Mais projetos de geração de emprego e renda;	Existência de programas governamentais que financiam recursos de fomento a produção de marisco;
Maior participação das marisqueiras no projeto e fragilidade política;	Capacitação gratuita de manuseio do marisco periodicamente;
Possuir embarcação própria para transporte dos produtos;	Aumento na produção;
Pequena produção de marisco;	Comercialização do produto para outros mercados;
Constante atraso no pagamento dos programas governamentais;	Criação de cooperativas;
Criação de creches;	Melhoria na Infraestrutura dos portos;
Pouca fiscalização dos órgãos competentes para controlar a extração do marisco;	Garantia de melhoria de vida;
Escassez do produto em época do inverno;	Geração de emprego e renda às famílias;
Falta de equipamento elétrico para bater o marisco.	Existência de políticas públicas locais de incentivo a pesca artesanal.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Como podemos perceber são dificuldades que ao mesmo tempo em que correspondem às necessidades das marisqueiras atendem também aos interesses do capital.

Apesar da vida simples das marisqueiras e de seus instrumentos, sem nenhuma tecnologia, seu trabalho gera renda e sustento da família, conseguem comercializar diretamente com o consumidor ou através dos programas sociais.

As entrevistadas relataram que existem possibilidades do seu trabalho contribuir para o desenvolvimento local. Este item é respondido pelas mulheres que participaram do projeto, tendo a Casa das marisqueiras como seu ponto de partida.

Para as demais marisqueiras que não estão inseridas no projeto, mesmo com suas dificuldades de condições de trabalho, consideraram que o beneficiamento do marisco pode contribuir para o desenvolvimento local porque o marisco é o principal sustento da família e uma fonte de geração de emprego e renda.

Percebeu-se, portanto, que os programas governamentais podem ser uma das alternativas de organização das marisqueiras na geração de renda e trabalho, pois as mulheres que participaram desses programas informaram de forma positiva que muito ajudou na sua melhoria de vida.

Apesar dos recursos desses programas ainda serem escassos e seus atrasos serem constantes, observou-se que a inserção dessas marisqueiras foi uma oportunidade que lhe concedeu certa autonomia financeira bem como seu reconhecimento no espaço de produção. Por outro lado, são poucas mulheres que ainda participam dos programas, preferem trabalhar por conta própria. Isto requer dos gestores da política pensar em outras estratégias de inclusão e de alcance de um maior número de mulheres, de forma que garanta sua melhoria de vida e incentivo no seu empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho trouxe muitas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, que afetaram novas formas de organização do trabalho, causando precarização e flexibilização sobretudo no espaço feminino.

Esse contexto nos mostra que a divisão sexual do trabalho e as desigualdades sociais se acentuaram ainda mais, apesar de se constatar uma expansão de oportunidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. Percebe-se que esta ampliação não foi de “graça”. Para atender o capital, o trabalho feminino avançou e junto a isso, a dupla jornada de trabalho também, ocorrendo baixos salários e perdas de garantias trabalhistas. As tarefas historicamente conhecidas como sendo preferencialmente feminino, não foram eximidas do seu cotidiano, elas seguem, portanto, assumindo uma sobrecarga de trabalho com salários inferiores aos homens.

Nesse aspecto, a pesquisa nos mostrou que no trabalho intensivo das marisqueiras existe uma divisão sexual do trabalho desigual marcado pela informalidade e flexibilidade adotada pelo pós fordismo, resultando assim em condições precárias de trabalho e de vulnerabilidade social dessas mulheres.

São mulheres que ainda exercem suas atividades em meio a situações insalubres, com sobrecarga de tarefas domésticas, o que lhes tem causado sérios adoecimentos físicos e emocionais, ou seja, não possuem condições de trabalho adequadas para produzir o marisco e nem viver dignamente.

Na pesca artesanal ficou bem clara a desigualdade nas relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, de maneira que as marisqueiras vivenciam de forma natural suas atribuições sem muito menos se questionar, do mesmo modo por parte dos homens; as tradições são devidamente aceitas, sem haver oposição, visto que as atividades desempenhadas pelos homens têm a representação do perigo e às realizadas pelas mulheres, são consideradas frágeis por conta de sua capacidade reprodutiva, fruto das relações sociais de poder construídas ao longo dos tempos.

O trabalho desenvolvido pelas marisqueiras no âmbito doméstico, no trato do lar, dos companheiros e dos filhos é vista como uma atividade tipicamente feminina, fruto de uma sociedade ainda com resquícios patriarcais. Nesse aspecto, o trabalho doméstico não-remunerado, considerado como trabalho reprodutivo tem sido a razão da sobrevivência do capital.

Nesse sentido, faz-se necessário ampliar o conceito de trabalho, incluindo as atividades domésticas como trabalho produtivo e não somente reprodutivo, que também exige remuneração, visto que o capital continua explorando a mão de obra feminina, impondo seu papel na reprodução da força de trabalho em âmbito familiar, sem nenhum custo. Vale esclarecer que não é intenção negar que as tarefas domésticas fazem parte do cotidiano das mulheres: cuidado com a casa, às crianças, idosos, preparo da alimentação, mas é necessário lembrar que é uma responsabilidade social, e não exclusiva destas.

Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho mostra-se na atualidade como uma das manifestações das relações de poder e discriminação entre homens e mulheres e uma das maiores expressões de desigualdades sociais. Sabe-se que estas diferenças foram construídas culturalmente dentro das relações de gênero e por vezes são sutilmente aceitas no âmbito da sociedade.

Em sociedades marcadas pelo desenvolvimento, as forças produtivas e de acumulação econômica se expressam em relações desiguais de gênero e divisão sexual do trabalho, onde o “trabalho produtivo”, predominantemente masculino é mais valorizado, fonte de riqueza e poder, e “trabalho reprodutivo”, majoritariamente feminino, é considerado de menor valor.

Nesse panorama, percebe-se que as relações de gênero e desenvolvimento local, palco da discussão deste estudo estão enraizadas no contexto de desigualdade social. Embora aqui apoie-se no entendimento que o desenvolvimento local não se concentra apenas nos aspectos econômicos e produtivos, mas sobretudo na melhoria de vida da comunidade, nos seus aspectos sociais, culturais e políticos.

Observou-se através da pesquisa, que essa discussão nem sempre atende as perspectivas das marisqueiras, seja na elaboração e implementação de políticas públicas ou ainda nos planos de desenvolvimento local que são formulados para o município. Um dos grandes problemas vividos por elas, notou-se que diz respeito ao pouco investimento em políticas que considerem as suas particularidades e que contemplem também a segurança dos seus filhos. adaptando desse modo à sua realidade.

É fato que no Estado brasileiro existem muitas políticas públicas que não consideram as particularidades de cada região, resultando em problemas de desigualdade e concentração de renda, gerando programas sociais frustrantes que não geram desenvolvimento local.

É importante destacar nesse debate a necessidade de formulação e implementação de políticas de gênero, onde a sociedade civil organizada faça o devido acompanhamento e fiscalização dessas políticas, fazendo parte do processo democrático. Nesse sentido, a política deve ser identificada com a questão social e não mero assistencialismo.

Uma outra reflexão que se faz sobre o desenvolvimento local/relações de gênero é que são questões agudizadas pelo capitalismo e que geram desigualdades sociais, pois ainda existe formulação de políticas públicas que compreende um modelo de desenvolvimento socialmente perverso e politicamente injusto.

No caso das políticas de geração de emprego e renda, o primeiro passo é garantir a igualdade de acesso às oportunidades de trabalho, no caso da pesca artesanal, oferecendo capacitação para a atividade produtiva tanto para os pescadores quanto as marisqueiras e condições de trabalho, sem distinção de classe, cor ou raça.

Nesse viés de contradições, destaca-se os programas governamentais e a Casa das marisqueiras, frutos de iniciativas populares, no entanto, não trouxeram tantos resultados para melhoria de vida das marisqueiras como era de se esperar. Constatou-se que os programas governamentais causaram certa dependência financeira das participantes, pois apoiavam-se apenas na venda de seus produtos para a prefeitura, desconsiderando outros mercados. Por outro lado, houve a insatisfação por parte de algumas mulheres, por conta do atraso nos pagamentos, fato este que desmotivou muitas delas a não continuar no programa e tão pouco permanecer no projeto.

Chama-se atenção ainda ao projeto da Casa das marisqueiras, uma política pública que foi sonhada e planejada para fomentar o desenvolvimento local da comunidade, mas não foi pensado em implantação de creches para que essas mulheres deixassem os seus filhos menores enquanto estivessem no trabalho. Essa é a realidade de grande parte das mulheres que possuem filhos menores e não possuem condições financeiras de pagar uma cuidadora ou deixar aos cuidados de alguém, acabam desistindo de enfrentar o mercado de trabalho.

Nesse aspecto é necessária a ampliação e articulação de políticas públicas de gênero entre as diversas áreas (saúde, educação, assistência social, geração de renda meio ambiente, agricultura, habitação, etc) e não apenas dos programas governamentais, a fim de fortalecer a participação das marisqueiras, na geração de

renda e desenvolvimento local. Entende-se que a inserção dessas mulheres nos grupos de beneficiamento do marisco promovem visibilidade das suas atividades tanto no âmbito da produção como da comercialização e também reconhecimento e conscientização dos seus direitos sociais e de sua cidadania.

Ressalta-se que os programas governamentais gerenciados pela SEMAGRI de São José de Ribamar, ao contrário de outros municípios, percebeu-se a disponibilidade de assistência técnica aos agricultores e marisqueiras como forma de facilitar a parte burocrática dos programas, no entanto, nota-se a necessidade de ampliação e divulgação dos serviços que o município oferece à comunidade, no intuito de promover uma gestão participativa e coletiva das ações.

Desse modo, para implementação de políticas públicas é preciso que se tenha um caráter participativo dos atores envolvidos, onde tenham oportunidade de ser atendida os seus anseios e suas reais necessidades.

Apesar das questões levantadas, podemos considerar que o trabalho das marisqueiras tem grande possibilidades de contribuir para o desenvolvimento local no município de São José de Ribamar, todavia é necessária uma consciência de classe, ou seja, a partir da sua própria organização social e política, é possível perceber a necessidade de transformação social, pois existem muitas fragilidades que apontam para o enfraquecimento do seu trabalho e reforçam as condições de vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais, políticas que estas mulheres vivem até hoje.

Sabe-se também que a dupla jornada de trabalho que as marisqueiras possuem com suas cargas de responsabilidades domésticas, já mencionada no início dessa análise, são fatores que dificultam muitas vezes, de participarem de espaços de organização política e produtiva. O cuidado com os filhos e com os afazeres de casa ocupam um lugar central em suas vidas, essa multiplicidade de tarefas demandam sua rotina diária e a impedem de se inserirem em espaço de decisões, em cursos e outras atividades que favorecem, além do aperfeiçoamento da sua prática, a possibilidade de se perceberem enquanto trabalhadoras da pesca e de conhecerem os seus direitos, exercitando assim a sua autonomia .

Portanto elucidar o trabalho das marisqueiras na cadeia produtiva da pesca artesanal é fundamental para que haja reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho feminino na atividade pesqueira e dentro das políticas públicas que formentam desenvolvimento local, pois a mulher sempre exerceu papel importante no trabalho e no desenvolvimento, mesmo como coadjuvante.

Na pesquisa de campo, percebeu-se por parte das entrevistadas, de forma geral, muita insatisfação, não por serem marisqueiras, mas por não terem proteção dos seus direitos e nem uma representação atuante. Por outro lado, notou-se a imparcialidade e falta de resistência dessas mulheres, o que acentua negativamente a sua situação na garantia de seus direitos, visto que o acesso à cidadania perpassa por lutas e conquistas.

Desse modo ainda tem muito que ser feito para incentivar a participação das marisqueiras e sua legitimação em ações emancipatórias, no afã que estas sejam consideradas efetivamente agentes de direito, transformação e protagonistas do meio social em que vivem.

No município de São José de Ribamar existe uma peculiaridade, as mulheres marisqueiras dificilmente se deslocam para o mar na captura do sururu, seu trabalho é predominantemente realizado em casa, conciliando com suas tarefas domésticas, o que facilita ainda mais a invisibilidade e desvalorização do seu trabalho. A produção do marisco compreende a partir da fervura, catação, embalagem e comercialização.

A comercialização, quando não é feita em sua própria residência, vende-se para prefeitura, através dos programas governamentais ou para atravessadores por preço mais baixo que o mercado.

Importante destacar que o trabalho com marisco não foi considerado pelas entrevistadas como fardo, mas prazer. O prazer que advém do retorno obtido com a comercialização do produto e que pode em certos momentos não ser tão lucrativo na visão do capital, entretanto contribui para suprir as suas necessidades imediatas. Pelos seus relatos percebeu-se que essa atividade vai além de uma realização pessoal, é uma maneira de obter sua autonomia e autoestima, significa adquirir algum bem com seu próprio esforço, sem ter que necessariamente depender financeiramente de alguém para isto.

Portanto, é urgente a auto-organização das mulheres marisqueiras com vista a exigir dos gestores do município política públicas pensadas e executadas atendendo as suas reais necessidades, na tentativa de preservar e fortalecer o trabalho de mariscagem e contribuir para o desenvolvimento local das comunidades que sobrevivem desta atividade, bem como a proteção dos recursos naturais.

Essas análises não são portanto acabadas, acredita-se que toda investigação instiga novos questionamentos que podem contribuir para esclarecer outras problemáticas relacionadas ao tema proposto. Pretende-se sim, que as discussões

realizadas no decorrer deste trabalho cooperem para novos caminhos que gerem políticas públicas de desenvolvimento local e de melhoria de vida das marisqueiras.

REFERÊNCIAS

- AGERP-Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão. **Lei nº 8.562 de 28 dezembro de 2006**. Disponível: em: <http://www.agerp.ma.gov.br/agerp/>. Acesso em: 20 de jan.2021.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Tradução: Braga, A. R. P. Fortaleza:BNB, 1998.
- ALMEIDA, Lucio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. 2. ed., São Paulo: EDUC, 2015.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.100-110.
- ALMEIDA, T. B de & CRUZ, S. Z. da. **O Trabalho da Mulher no Cenário da Pesca: Um Estudo Comparativo das Condições de Trabalho das “Marisqueiras” de Apicum (São Cristóvão) e das “Marisqueiras” da Sede do Município de Pirambu**. Monografia. Mimeo, 2011.
- ALMEIDA, Zafira da Silva de, FERREIRA, Dayanne Suele Chaves; ISAAC,Victoria Judith. **Classificação e evolução das embarcações maranhenses**. Boletim do Laboratório de Hidrobiologia, São Luís: 2006, p. 31-40, v. 19. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/blabohidro/article/view/2102>. Acesso em: 20 jun., 2020.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. **Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família**. Trab. educ. Saúde, vol.11 no.2, Rio de Janeiro May/Aug, 2013.
- ALVES, Giovanni **Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI**. In: VIZZACCARO AMARAL; A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, A; (org). Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI — São Paulo. 2011, p. 10-20.
- AMARAL FILHO, J. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**.Planejamento e Políticas Públicas, nº. 23, jun. 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Adeus ao trabalho?**. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004, p. 335-351.

_____. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação).** Caderno CRH, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002, p 23-45.

_____. **O Caracol e sua Concha, ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito.** Vol.10 nº 1, 2008, p.43-61.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, Carla Maria Erre. **Fauna acompanhante do sistema de produção pesqueira pescada amarela (Cynoscion acoupa – pisces: Scianidae, Lacepède 1802) desembarcada na praia do Araçagy área do litoral da Ilha do Maranhão, Brasil: subsídios para sua conservação.** Dissertação- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. Disponível: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Fauna_acompanhante_do_Sistema_de_Produca%20(1).pdf. Acesso em: 03 de mar., 2021.

ARAUJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate.** Psicologia clínica, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** 4.ed.- Petrópolis: Vozes, 1998

ÁVILA, Betânia e Ferreira Verônica (org). **Trabalho remunerado trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** SOS Corpo. Recife, 2014.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo e o trabalho das mulheres.** In: COSTA, Ana Alice, et al. *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.* São Paulo: CUT, 2002. p. 37-46.

ÁVILA, Vicente Fideles. **Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL).** Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 8, n. 13, set./ 2006.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHRY, T. R.; PORCILE, G. **Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período 1968-1999.** In: Revista de economia contemporânea, IE UFRJ, v. 8, n. 1, 2004, p. 05-32.

BANDEIRA, Lourdes; VIEIRA, Fernanda B. Brasil: **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da**

perspectiva de gênero nas políticas públicas, Brasília. Relatório de Pesquisa SPM/Cepal, 2004.

BARBOSA, A. L. N. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. BMT - Boletim Mercado de Trabalho, v. 57, 2014. p. 31-41.

BARHRY, T. R.; PORCILE, G. **Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período 1968-1999**. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2004, p. 5-32.

BELLE, F. **Executivas: quais as diferenças na diferença**. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). *O indivíduo nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1993. p.196-231.

BLANCH, J. M. **Trabajar en la modernidad industrial**. In: BLANCH, J. M. (Org.). *Teoría de las relaciones laborales: fundamentos*. Barcelona: UOC. 2003. p. 19-43.

BOISIER, Sérgio. **Desarrollo regional endógeno em Chile**. Utopia o necesidad? *Ambiente y Desarrollo*, vol. IX-2, CIPMA, Santiago de Chile, 2001b.

BOISIER, Sérgio. **El difícil arte de hacer región: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacioanl**. Cusco, Peru: Centro de estudios Regionales Bartolomé de las Casas, 1992.

BOURDIEU, Pierre Kühner. **A dominação masculina**. 11° ed. Rio de Janeiro 160p. tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BRAICK, Patrícia Ramos; Mota, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**, volume único. 3.ed. reform. e atual. - São Paulo: Moderna, 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) "Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar". Salvador, Editora da UFBA, 2008.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional de Agricultura e Pesca**: Caderno de Resoluções Luziânia/GO, nov.2003.

_____. Lei nº 11.959/2009 - **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 25 de março.2020.

_____. Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003. **Concessão do seguro-desemprego**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.779.htm. Acesso em: 20 nov.2020.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006- **Lei da Agricultura Familiar, 2006**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 21 de nov. de 2020.

_____. Lei Nacional nº. 10.257/2001. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 14 de nov.2020.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de Jun. de 1996. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, Brasília, 28 de junho de 1996.

_____. Decreto nº 6.447 de maio de 2008. **Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 7 de maio de 2008.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**. Lei nº 11.947/2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php>. Acesso: 9 de jan.2021.

_____, **Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE**, Lei nº 11.947/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 9 de jan. 2021.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação** no Brasil. In: Revista brasileira de economia, 45 (2), Rio de Janeiro: abril 1991. p. 187-211.

BRUNO, Regina et al. **Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária**. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 55-86.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

_____. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** R. Bras. Est. Pop., São Paulo, v.23, n.2, p.331-53, jul./dez. 2006.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 55-86.

CALLOU, A.B.F. **Extensão rural no Brasil da modernização ao desenvolvimento local**. In Revista UnircoopAmérica.v. 5, nº 1. Quebec-Canadá: Université de Sherbrooke, 2007.p.164-183.

CARDOSO, Andrezza Ethyenne Rocha e PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. **Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, nº. 8, aug. 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A ideologia persistente do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

CARVALHEIRO, E. M. **A Agroindústria Canavieira do Paraná: evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local**. Dissertação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2005

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Edna. **Estado e Políticas Públicas face à globalização e à integração de mercado**. Revista da ANPEC, vol. 4, Brasília, 2001.

COELHO, Virginia Paes. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 71, Ano XXIII: Cortez, 2002.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. **Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes**. In: BULPORT-KARTCHEVSY, André et al. *O sexo do trabalho* Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-43.

Compra Local Municipal - CLM. **Lei nº 699 de 26 de junho de 2007**. Disponível em: [://www.saojosederibamar.ma.gov.br/](http://www.saojosederibamar.ma.gov.br/). Acesso em: 03 de jan. 2021.

CONSEA-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 10.696, em julho de 2003 e revogada pela **Lei nº 12.512 em 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm. Acesso em: 15 de jan. 2021.

COSTA, Ana Alice A. **As Donas no Poder: Mulher e Política na Bahia**. (Coleção Bahianas; 02) Salvador: NEIM/UFBA- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, Ana Alice, et al (org). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre a mulher e seus direitos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da Reestruturação produtiva**: Rebatimentos na Saúde Pública. EDUFMA, São Luís, 2010, p.49-89.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/secad_pescandolettras.pdf. Acesso em: 03 de out.2020.

DOMINGUEZ, P.S.; ZEINEDDINE, G.C.; ROTUNDO, M.M.; BARRELLA, W.; RAMIRES, M. **A pesca artesanal no arquipélago de Fernando de Noronha (PE)**. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, 2016, p. 241-251.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**, 2008. Disponível em <<http://dowbor.org/livros.pl.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2020.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho**. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez, 2002.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. *Revista Estudos Feministas*. Abr. 2004.

FASSARELLA, Simone Simões. **O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino**. *Revista SER Social*, v. 10, n. 23, p. 171-194, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12956. Acesso em: 11 de set.2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **O Ponto Zero: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, S.C.P.; BENTES, A.B.; PEREIRA, L.J.G.; NASCIMENTO, M.S.; SILVA, B.B. **Variação temporal da captura comercial do peixe pedra, *Genyatremus luteus*, desembarcado em um pólo pesqueiro da costa norte do BRASIL - PENÍNSULA de Ajuruteua - Bragança - PA**. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, 2015, p. 173 – 182.

FERREIRA, Maria Meyre. **Nos bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. EDUFMA, São Luiz: [s.n.], 2010.

FOGUEL, Miguel Nathan, RUSSO, Felipe Mendonça. IPEA. **O Mercado de Trabalho: conjuntura em análise**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=144. Acesso em: 20 de Abril. 2020.

FONSECA, Maria do Carmo da et al. **Divisão sexual do trabalho, rearranjos familiares e relações de gênero em comunidade rural de emigração masculina**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CaxambúMG - Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto & LAVILLE, Jean Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRENCH, Marilyn. **A guerra contra as mulheres**. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO JÚNIOR, Ivan.; TAVARES, Maria Cristina da Silva, BRITO, Carla Suzy Freire de. **Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, maio-ago p. 95-111, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/dsHMfPdTdt6zwZb7KsCpqyS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual**. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup/UFGPA-NAEA, 1987. p. 105-129.

GOMES FILHO, Adhemar B. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente**. Santiago: X Congresso internacional Del CLAD sobre la reforma Del Estado y de La administración pública, 2005

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, 2014, p. 125-146.

GUIMARÃES, Mauro. **Sustentabilidade e educação ambiental**. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, Antonio José T. (Org.). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. 5.ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. pp. 81-105.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, , ago./dez. 2011, p. 244 - 254.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993. p.130-145.

HIRATA, Helena. **Divisão e relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995, p.39-49.

_____. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, 2002. p. 139-156.

_____. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero.** Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo, São Paulo, v. 4, n. 7, 1998, p. 5-17.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848.** 16ª ed. Tradução de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, A. N. C. **Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do ProInfo e a experiência brasileira.** In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Anais. Panamá, 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas,** teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS -CE, Debate n. 6, 1997

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018).** Disponível em: [\[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html\]](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html). Acesso em: 25 de nov. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD. **Diferença do rendimento do trabalho entre homens e mulheres./2018.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf. Acesso em: 20 de dez.2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho (2019).** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34752:pesquisa-mostra-tendencia-de-crescimento-na-participacao-do-brasileiro-no-mercado-de-trabalho&catid=10:disoc&directory=1. Acesso em: 03 de dez.2020.

IZQUIERDO, M.J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero.** São Paulo: SOF, [1994]. Mimeo.

JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local.** In: CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 72-75.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009 [2000]. p. 67-80.

_____. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609.

_____. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Lei Complementar Estadual (LCE) nº 69/2003. **Municípios da Grande São Luís**. Disponível em: <http://www.secid.ma.gov.br/files/2015/04/LEI-COMPLEMENTAR-69-GRANDE-SAO-LUIS.pdf>. Acesso em: 23 de out.2020.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - **Anexo de metas e prioridades/2021**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>. Acesso em: 03 de nov.2020.

Lei Estadual n.º 636, de 11 de março de 1913. **Constituição do município de São José de Ribamar**. Disponível em: http://transparencia.saojosederibamar.ma.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_1175_2017?cdLocal=5&arquivo=%7BD5ED22AD-63EC-C038-A3E3-CEAD5CEBBD05%7D.pdf. Acesso em: 10 de out.2020.

LEITÃO, M. R. F. A. **Transversalidade de gênero e políticas públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil)**. *Vivência – Revista de Antropologia*, 2014.

LEITE, Maria de Paula. **Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo**. *Revista Trabalho, Educação e Saúde* vol. 2, no. 1, março de 2004, p. 57-93.

MACEDO, Márcia dos Santos. **MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO**: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, Maio/Ago. 2008, p. 389-404.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento**. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2012, p. 713-737, Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3FXRfFdKF8kKDNcsk9JxNzb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 537-572.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **A Origem do Capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**. Volume I. 3a. edição, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1982.

_____. **O capital: crítica da economia política**: Livro 1. v.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 62-80.

_____. **Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia**. In: O Capital 14. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **Trabalho assalariado e capital, salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MATTEI, L. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. In: ROMANO, J. e HERINGER, R. (Orgs.). *A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2011.

MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Fortaleza, Ceará. Anais:45, Sober, 2007.

MINAYO, M.C.S. **Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social**. In: MINAYO, M.C.S. & DESLANDES, S.F. (org.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p.83-107.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAGNER, Paula. **A Reestruturação Produtiva e o Desemprego da Mulher** in COSTA, Ana Alice et al. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho/ [Org.]*, São Paulo: CUT Brasil, 2004, p. 71-80.

- MONTELES, Josinete Sampaio, FUNO, Izabel Cristina de Almeida; CASTRO, Antonio Carlos Leal de. **Caracterização da pesca artesanal nos municípios de Humberto de Campos e Primeira Cruz – Maranhão**. Boletim do Laboratório de Hidrobiologia, UFMA, v..23, n.1, p.65-74, 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006b.

NETO CRUZ, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação** in MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org). 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. IN: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

NEVES, Anderson Simões das. **O local como estratégia de desenvolvimento**. Jonas. ACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, nº. 4, dez. 2011, p. 115-127.

NEVES, M. A. et al. **Gênero, flexibilização e precarização do trabalho na indústria de confecções**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n.1, p.11 - 34, jan/abr, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. **As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação**. In: ZEBALLOS, Eliseo; SANTOS, José Vicente Tavares; FIGUEREDO, Dario (Org). América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo. Arequipa, Peru: Unsa, 2004. p. 186-199.

NEVES, Magda de Almeida. **Cadeia automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero**. *Trabalho e Educação*, Revista do NETE/ UFMG, Belo Horizonte, n. 8, jan./jul. 2001, p. 90-110.

NEVES, Magda de Almeida. **Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, ed. 34, 2000. p. 171-185

NOGUEIRA, Roberto P. **Novas Tendências Internacionais da força de trabalho do setor público – o Brasil comparado com outros países**. Brasília: NESP/ CEAM/ UNB, 2005.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos CEBRAP, São Paulo, CEBRAP, nº 2, out./dez. 1972, p. 63-79.

_____. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”**. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Comunicações 5º CEMARX. Campinas: Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença. O feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

OPITZ, Claudia. **O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)**. In: KLAPISCHZUBER, C. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: a Idade Média*. Tradução de Ana L. Ramalho et al. Porto: Afrontamento, 1990, p. 353-435.

OVEJERO, A. B. **Efeitos da globalização no trabalho**. In: OVEJERO, A. B. *Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o stress no trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2010a, p. 37-52.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. 2ème edition. Paris: Syros, 2000.

Lei nº 1175 de 22 de dezembro de 2017. **Plano Plurianual de São José de Ribamar 2018-2021**. Disponível em: http://transparencia.saojosederibamar.ma.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_1175_2017?cdLocal=5&arquivo=%7BD5ED22AD-63EC-C038-A3E3-CEAD5CEBBD05%7D.pdf. Acesso em: 03 de nov.2020.

POCHMAN, Márcio. **O trabalho na globalização**. São Paulo, Boitempo, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIGUEIRO, Inês Cipriano. **DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: Uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social**. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2014.

RIZZINI, Irma. **Pesquisando: Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Universitária, 1999.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes, SALES, Celecina de Maria Veras, FERREIRA, Maria Mary. **“MULHERES EM MOVIMENTO: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos”**, Revista de Políticas Públicas, vol. 24, 2020, p. 492-513.

RODRIGUES, M. A. **Instituições de direito ambiental**. Vol I – Parte Geral, São Paulo: Max Limonad, 2002

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RUBIN, Gayle. **The traffic of wamen**. (traduzido) In: RAYNA R. Reiter. *Toward an Antropology of women*. New York: Monthly Review, 1975, p. 157 - 160.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. Revista de Gestão USP, v. 14, n. 1, 2007, p. 53-66.

SCHAEFFER-NOVELLI, Manguelzal ecossistema entre a terra e o mar. *Caribbean Ecological*. São Paulo, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978. Tomo 1.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método da totalidade ao lugar**. São Paulo, EDUSP, 2005, p. 86-90.

SCHMIDT, Natalia Taiza. **A dupla jornada de trabalho: reflexão sobre o vínculo da mulher com o trabalho doméstico em contexto de ensino e aprendizagem de sociologia para o nível médio**. 1ª edição, nº. 1, Vol. 1, jan-jun. 2012, p.1-10.

SHWENDLLER, Sônia Fátima. **As Relações de Gênero e a Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária**. Questões de gênero e educação, 2002. Disponível em:

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/S/Sonia_Fatima_Schwendler_58.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020..

SCOTT, Joan W. **A mulher trabalhadora**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Tradução de Claudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. **Experiência**. In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Maria Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.) *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1999. Disponível em: <<http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/JoanScot-Experiencia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020, p. 1-23.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20 (2),1995, p. 71-99.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.12-34.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: editora vozes, 1994.

SUAREZ, Sergei. SOARES, Dillon. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília, IPEA, Texto para discussão 769. 2000.

SOUSA, Luana Passos e GUEDES, Diego Rosa. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. • Estudos Avançados. Mercado de trabalho, nº 87, v. 30, May-Aug, 2016. •

SOUZA, M.I. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócioespacial**. Revista Território. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, jul/dez, 1996.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: revisitando a literatura**. Sociedades. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros**. In: IX congresso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública. Madrid, 2004.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Cadernos Marxistas. São Paulo: Xamã. 2001.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

TRUSEN, C. **Desenvolvimento local sustentável: novos desafios para a extensão rural**. In: BROSE, M. Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

TUBERT, Silvia (ed.). **Del sexo Al género. Los equívocos del un concepto**. Valência (Espanha): Universitat de Valencia. Instituto de la Mujer, 2003.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **A política económica local**. Madrid: Pirâmide, 1993.

_____. **A. Pautas de localización de empresas industriales**. Madrid: MOPU, Centro de Publicaciones, 1988.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZAPATA, Tania. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: < [http: www.iadh.org.br](http://www.iadh.org.br)>. Acesso em: 03 de março de 2020.